UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PPGEJA
MESTRADO PROFISSIONAL

DANDARA LOPES CORREIA

Educação Popular e saberes tradicionais dos (as) sujeitos (as) da Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu: um caminho de pesquisa colaborativa

Salvador,
2025

DANDARA LOPES CORREIA

Educação Popular e saberes tradicionais dos (as) sujeitos (as) da Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu: um caminho de pesquisa colaborativa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos - Mestrado Profissional - PPGEJA, do Departamento de Educação, do Campus I da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestra em Educação de Jovens e Adultos.

Área de concentração 1 - Educação, Trabalho e Meio Ambiente.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Liane Nascimento dos Santos.

Salvador,

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Biblioteca Professor **Edivaldo Machado Boaventura - UNEB – Campus I**
Bibliotecária: Célia Maria da Costa – CRB5/918

C824e Correia, Dandara Lopes
Educação Popular e saberes tradicionais dos (as) sujeitos (as) da Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu: um caminho de pesquisa colaborativa/ Dandara Lopes Correia .- Salvador, 2025.
134f.: il.

Orientadora: Carla Liane Nascimento dos Santos.
Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos - PPGEJA, Campus I. 2025.

Contém referências e apêndices.

1. Educação de jovens e adultos – Bahia. 2. Educação popular – Bahia. 3. Negros – Educação – Bahia. 4. Pesquisa educacional. 5. Cooperativa Kitaanda Bantu – Prática de ensino – Bahia. I. Santos, Carla Liane Nascimento dos. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. III. Título.

CDD: 374

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Reconhecido/Homologado pela CNE (Portaria MEC nº 1069, DOU de 11/10/13, seção 1, pág. 13.)

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - MPEJA

DEDC - CAMPUS I (Departamento de Educação)

UNEB

PPGEJA

FOLHA DE APROVAÇÃO

EDUCAÇÃO POPULAR E SABERES TRADICIONAIS DOS (AS) SUJEITOS (AS) DA COOPERATIVA DE ETNODESENVOLVIMENTO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS KITAANDA BANTU: UM CAMINHO DE PESQUISA COLABORATIVA

DANDARA LOPES CORREIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos – PPGEJA, em 27 de março de 2025, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:

Profa. Dra. Carla Liane Nascimento dos Santos
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Ciências Sociais
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Dr. Antônio Pereira Santos (UNEB)
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Luis Carlos Ferreira
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB
Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Dedico essa escrita ao meu avô Elizer Batista Lopes e
às minhas avós Maria de Lourdes Santos Correia e
Dilza Gomes Lopes (*in memoriam*).
A todas as mulheres negras da Kitaanda Bantu e à minha
mãe, Iasmina Eliaci Gomes Lopes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos Nkissis e aos meus antepassados que me deram um Ori de caminho para compartilhar através da comunicação.

Agradeço às minhas avós e meu avô (*in memoriam*) que sempre foram inspiradores para minha vida. Agradeço por ter nascido do útero empreendedor da minha mãe, Iasmina Eliaci Gomes Lopes e pela sua dedicação total, pelos cuidados inifinitos, pelo amor a mim dispensado, pelo encorajamento e abdicações. Pelo meu pai biológico, Jorge Santos Correia, por contribuir na minha educação e meu pai criológico, Edson Santos Costa, por ser uma cabeça pensante que me proporcionou orientação no campo das ideias. E a meus irmãos Mauro Correia e Gabriel Correia por me estimularem a seguir meus propósitos e participarem das etapas da minha trajetória.

Sou grata às minhas tias (uma família de professoras) que sempre foram exemplos de cuidado e que são exemplos de aprendizado e zelo pela comunidade e pela família. Às minhas primas, que sempre foram como irmãs para mim, e exemplos de compartilhamento e coletividade.

Agradeço a minha Mametu Delecongo, por cuidar do meu Ori e pelo encontro ancestral que pude ter com o Unzo Roxê Lê Junsara, e pelos caminhos que foram abertos após este encontro.

Sou muito grata à Ana Placidino por aceitar abrir as portas, me permitindo conhecer mais a Kitaanda Bantu e as mulheres potentes que compõem essa rede. E agradeço a todas as pessoas da ACBANTU e da Kitaanda Bantu que seguraram juntas a minha mão dispostas a participar da pesquisa e a colaborar na construção coletiva.

Aos colegas de profissão da SEPROMI (os CPPCetistas), que se tornaram amigos/as e que sempre me estimularam à pesquisa, auxiliaram nas concessões de horários e contribuíram para eu dar conta do Mestrado.

Agradeço aos amigos e amigas que acompanharam essa minha trajetória no Mestrado, me dando força, estímulo e incentivo para que eu não desistisse.

Agradeço imensamente à minha orientadora que desde a primeira reunião, confiou em meu trabalho e me proporcionou enxergar a pesquisa por um outro ângulo para que eu desbloqueasse na escrita. Ao Grupo de Pesquisa Sankofa, pelos encontros e contribuições no campo acadêmico. Agradeço a Antônio Pereira, por ser meu mentor em Pesquisa Interventiva e por me estimular no campo da metodologia de pesquisa e me mostrar caminhos possíveis. E agradeço ao Universo por trazer em caminhos de diáspora africana, Luis Ferreira, que acolheu

minha pesquisa e de forma dedicada e atenciosa abriu um portal nas suas orientações na banca de qualificação.

Agradeço aos professores/as do PPGEJA, em especial, Edite Faria, que foi uma provocadora e sempre me incentivou e encorajou no meu tema de pesquisa. Aos meus colegas e amigos/as da Turma 10, que fizeram a diferença durante a jornada de permanência no Mestrado. Agradeço aos Programas de Permanência, em especial a FAPESB, que possibilitou a bolsa para que durante um período eu pudesse focar apenas na pesquisa. E também a Nildete e Neide da secretaria do PPGEJA, que nos auxiliam nas demandas administrativas.

Sou muito grata à minha prima Andreia Lopes Nascimento, pela tradução. E à Fabiana Santos Souza por todo o estímulo para a pesquisa e incentivo com indicações de leituras, pela revisão ortográfica, gramatical e semântica desta dissertação, com olhar cuidadoso e criterioso.

Sou muito grata a Gustavo Lisboa e toda sua família pelo apoio e incentivo, e também pela criação das artes.

Agradeço à Profª Dra. Naurelice Melo por ter me apresentado o caminho do Mestrado e me impulsionar para a pesquisa. Agradeço a Profª Dra. Nanci Franco, diretora do departamento de Educação da UFBA que foi uma das mulheres que me preparou para adentrar o Mestrado. Agradeço a Prof. Silvar Ribeiro, por ter me apresentado o Programa e reconhecer a relevância da pesquisa.

Sou grata à Universidade Pública do Estado da Bahia por proprocionar uma educação pública de qualidade e acessível.E a todos os autores e autoras que vieram antes, agradecer também por ter conseguido conhecer vários deles, e ao encontrá-los pude conduzir bem melhor uma escrita sobre povos e comunidades tradicionais e a população negra da nossa Bahia.

RESUMO

Esta dissertação sobre Educação Popular e Saberes Tradicionais dos sujeitos da Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu apresenta um estudo de Pesquisa Colaborativa, na perspectiva de construção de uma consciência crítica, que busca transformar a realidade, a partir das vivências nas práticas desenvolvidas na Kitaanda Bantu. A questão da pesquisa foi: Quais práticas de educação popular e saberes tradicionais da Cooperativa Kitaanda Bantu se constituem como estratégias de fortalecimento da identidade cultural? Para responder a essa pergunta foram realizados círculos reflexivos em Salvador e Cachoeira com os integrantes da Cooperativa, esmiuçando as categorias de análise propostas na pesquisa, que foram: Etnodesenvolvimento, Educação Popular e Saberes Tradicionais. A fim disso, foram utilizadas fotografias como dispositivo disparador dos diálogos (Loizos, 2008). O objetivo geral da pesquisa é analisar as práticas sociais de educação popular e saberes tradicionais que estão estruturadas na Cooperativa Kitaanda Bantu e de que forma se constituem como estratégias de fortalecimento da identidade cultural. A abordagem proposta teve como principais objetivos específicos: a) apresentar a Cooperativa Kitaanda Bantu, na perspectiva do etnodesenvolvimento e do cooperativismo, considerando a relação trabalho e educação; b) descrever e sistematizar as práticas sociais de educação popular e saberes tradicionais vivenciados pela Cooperativa Kitaanda Bantu; c) analisar a relação entre os saberes tradicionais desenvolvidos na Kitaanda Bantu e as práticas pedagógicas. Para a fundamentação teórica nos apoiamos nos escritos de Freire (1967), Ibiapina (2008), Santos (2010), Pereira (2019), Bispo (2015), Ferreira (2021), Gadotti (2011), Brandão (2002), Diegues (2002) e Batalla (1982), que possibilitaram a constituição de um arcabouço teórico que traçaram o caminho reflexivo para o enfoque decolonial, a partir da preservação de memóriase identidades dos sujeitos protagonistas das ações contínuas da cooperativa, ambicionando assim romper com paradigmas opressores. O estudo é de natureza aplicada e abordagem qualitativa, cuja estratégia de pesquisa foi a colaborativa (Ibiapina, 2008) e a técnica de análise dos dados utilizada foi a análise de conteúdos (Bardin, 2011). Por ser uma pesquisa de cunho interventivo, então, os resultados encontrados proporcionaram identificar possibilidades tangíveis. Somado a isso, os dados trazidos são propulsores de concretizações no âmbito da Universidade, da comunidade e também na escola. Além disso, proporcionou uma avaliação crítica a respeito das políticas públicas no campo da EJA e para PCTs, que ainda são sistematizadas por modelos homogêneos. Importante ressaltar que esta pesquisa apresenta experiências reais de práticas protagonizadas pelas comunidades e se constituem como fortalecimento da identidade cultural. O estudo também possibilitou a construção de um Programa a ser desenvolvido na e com a cooperativa para retroalimentar as práticas de educação popular e saberes tradicionais, na perspectiva do Etnodesenvolvimento.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos (EJA); Etnodesenvolvimento; Saberes Tradicionais; Educação Popular; Pesquisa Colaborativa; Povos e Comunidades Tradicionais.

RESUMEN

Esta disertación sobre la Educación Popular y Saberes Tradicionales de los sujetos de la Cooperativa de Etnodesarrollo de pueblos y Comunidades Tradicionales Kitaanda Bantu, presenta un estudio de investigación colaborativa, en la perspectiva de la construcción de una consciencia crítica, que busca transformar la realidad a partir de las experiencias en las prácticas desarrolladas en la Kitaanda Bantu. La cuestión motivadora para la realización de esta investigación fue comprender cuales prácticas de educación popular y saberes tradicionales de la Cooperativa Kitaanda Bantu se constituyen como estrategias de fortalecimiento de la identidad cultural. Para contestar esa pregunta fueron realizados círculos reflexivos en Salvador y Cachoeira con los integrantes de la Cooperativa escudrinãndo las categorías de análisis propuestas en la investigación, que fueron: Etnodesarrollo, Educación Popular y Saberes Tradicionales. Para ello, se utilizaron fotografías como dispositivo desencadenante de los diálogos (Loizos, 2008). El objetivo general de la investigación es analizar las prácticas sociales de educación popular y saberes tradicionales que están estructuradas en la Cooperativa Kitaanda Bantu y de que forma se constituyen como estrategias de fortalecimiento de la identidad cultural. El abordaje propuesta tuvo como principales objetivos específicos: a) presentar la Cooperativa Kitaanda Bantu en la perspectiva del Etnodesarrollo e del cooperativismo, considerando la relación trabajo y educación; b) describir y sistematizar las prácticas sociales de educación popular y saberes tradicionales vividos por la Cooperativa Kitaanda Bantu; c) analizar la relación entre los saberes tradicionales desarrollados en la Kitaanda Bantu y las prácticas pedagógicas. Para la fundamentación teórica nos basamos en los escritos de Freire (1967), Ibiapina (2008), Santos (2010), Pereira (2019), Bispo (2015), Ferreira (2021), Gadotti (2011), Brandão (2002), Diegues (2002) y Batalla (1982), que posibilitaron la construcción de uma estrutura teórica y trazaron el camino reflexivo para el enfoque decolonial, a partir de la preservación de memorias e identidades de los sujetos protagonistas de las acciones contínuas de la cooperativa, ambicionando de esta forma, romper con paradigmas opresores. El estudio es de naturaleza aplicada y abordaje cualitativa, cuya estrategia de investigación fue colaborativa (Ibiapina, 2008) y la técnica utilizada fue el análisis de contenidos (Bardin, 2011). Por ser una investigación, entonces, los resultados logrados proporcionaron identificar posibilidades tangibles, visto que los datos traídos son propulsores de concretizaciones en el ámbito de la Universidad, de la comunidad y también en la escuela. Además, proporcionó una evaluación crítica acerca de las políticas públicas en el campo de la EJA y para PCTs, que todavía son sistematizadas por modelos homogéneos. Importante resaltar que esta investigación presenta experiencias reales de prácticas protagonizadas por las comunidades y se costituyen como fortalecimiento de la identidad cultural. El estudio también posibilitó la construcción de un Programa a ser desarrollado en la y con la cooperativa para retroalimentar las prácticas de educación popular y saberes tradicionales, en la perspectiva del Etnodesarrollo.

Palabras-claves: Educación de Jovenes y Adultos (EJA); Etnodesarrollo; Saberes Tradicionales; Educaión Popular; Investigación Colaborativa; Pueblos y Comunidades Tradicionales.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACBANTU	Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CEABRA	Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros
CESPCT	Conselho Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CONEC	Comissão Nacional de Educação do Campo
DOU	Diário Oficial da União
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FENAGRO	Feira Internacional da Agropecuária
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FLICA	Festival Literário Internacional de Cachoeira
FNE	Fundo Nacional do Ensino Primário
FNPE	Fórum Nacional Popular de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
LDB	Lei de Diretrizes de Base
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro Alfabetizador
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PAFE	Programa de Apoio e Fortalecimento ao Etnodesenvolvimento
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNEERQ	Política Nacional de Educação para as Relações Étnico-raciais e Educação Escolar Quilombola
PNPCT	Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PPG7	Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PPGEJA	Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos
PPGETNO	Programa de Pós-Graduação em Estudos em Etnodiversidade
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEC	Secretaria de Educação do Estado da Bahia
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPROMI	Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial
SPD	Sociedade Protetora dos Desvalidos
SIPAF	Selo de Identificação de Produtos da Agricultura Familiar -
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRB	Universidade Federal do Reconcâvo Baiano
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura
TEEs	Territórios Etnoeducacionais

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 – ATUAÇÃO NACIONAL - ACBANTU 38
FIGURA 02 – EIXO DE ATUAÇÃO DA ACBANTU 39
FIGURA 03 – GRÁFICO COM A POPULAÇÃO DE 18 ANOS E MAIS QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA ... 61
FIGURA 04 – GRÁFICO COM A EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NA EJA (2018-2023) 62
FIGURA 05 – NÚCLEO MAMETU NZUUMBA: BORDADO MANUAL AFRO 69
FIGURA 06 – PROJETO NTOTO – SOCIOBIODIVERSIDADE E ETNODESENVOLVIMENTO: OFICINA DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS 70
FIGURA 07 – PROJETO NGEEMBA - SISTEMA DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL: PAIS 71
FIGURA 08 – FOTOS DA SEDE DA ACBANTU - SALVADOR 82
FIGURA 09 – FOTOS DA FUNDAÇÃO CASA PAULO DIAS ADORNO – CACHOEIRA 84
FIGURA 10 – PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR - GASTRONOMIA E LÍNGUA BANTU 93
FIGURA 11 – SABERES E FAZERES DA KITAANDA BANTU 94
FIGURA 12 – PROJETO NGEEMBA - RECÔNCAVO 103
FIGURA 13 – SABERES TRADICIONAIS E FEIRA REALIZADA NO CENTRO HISTÓRICO 108
FIGURA 14 – PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR NA ÁREA DE GASTRONOMIA E SÍMBOLOS DA KITAANDA 109

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Produção geral com base no descritor Etnodesenvolvimento
QUADRO 2 – Formações realizadas
QUADRO 3 – Políticas Públicas
QUADRO 4 – Ciclo da Pesquisa Colaborativa

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO ---------- 15

2. ETNODESENVOLVIMENTO: CONCEITOS E PERSPECTIVA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS ---------- 23

2.1 ETNODESENVOLVIMENTO: UMA CRÍTICA AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ---------- 23
2.2. ETNODESENVOLVIMENTO E COOPERATIVISMO: RELAÇÃO COM EDUCAÇÃO E TRABALHO -- 31
2.3. A EXPERIÊNCIA DA ACBANTU E O FORTALECIMENTO DA COOPERATIVA DE ETNODESENVOLVIMENTO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS KITAANDA BANTU ----- 36
2.4 CONCEITOS E TESSITURAS DOS SABERES ---------- 43
2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS ---------- 46

3. PROCESSOS EDUCATIVOS SOCIAIS - EDUCAÇÃO POPULAR: O SABER FORA DA ESCOLA E A EJA ---------- 54

3.1 EDUCAÇÃO POPULAR NO CONTEXTO DO BRASIL ---------- 54
3.2 A BAHIA E O CONTEXTO DA EJA ---------- 59
3.3 FORTALECIMENTO DOS SABERES E EDUCAÇÃO POPULAR PARA AUTONOMIA DO SUJEITO--- 64
3.4 A COOPERATIVA COMO ESPAÇO DE PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL ---------- 67

4. O DESENHO METODOLÓGICO COLABORATIVO ---------- 72

4.1 O LÓCUS DA PESQUISA ---------- 73
4.2 A PESQUISA QUALITATIVA ---------- 76
4.3 PESQUISA COLABORATIVA PROTAGONIZANDO OS SABERES ---------- 77

5. A PRÁTICA DA INVESTIGAÇÃO - CÍRCULOS REFLEXIVOS ---------- 82

5.1 A GRANDE GIRA - OLHARES E POSSIBILIDADES ---------- 87
5.1.1 CÍRCULO REFLEXIVO - REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR ---------- 88
5.1.2 CÍRCULO REFLEXIVO - RECÔNCAVO ---------- 96

6. CONCLUSÃO (COMEÇO, MEIO, COMEÇO)----------114

REFERÊNCIAS ----------121

APÊNDICE A - DIÁRIO DE CAMPO ----------127

APÊNDICE B - PROPOSTA INTERVENTIVA DO PROJETO DE PESQUISA ----------128

APÊNDICE C - PROPOSTA DO PROGRAMA DE ETNODESENVOLVIMENTO -------133

1.INTRODUÇÃO

Pedir licença à ancestralidade é o meu primeiro passo para descrever o que me inquieta. Rememorar as vivências históricas às quais nosso povo preto foi acometido é um ato de resistência e de dor, pois é um privilégio estar viva para contar e investigar os conhecimentos que foram traduzidos de gerações em gerações. Esse é o ponto de partida e temática desta dissertação. Sendo esta uma pesquisa de intervenção, que visa a produção de conhecimentos na perspectiva técnica, didático-pedagógica e política, especificamente relacionados aos povos e comunidades tradicionais da Bahia, o que será feito através do reconhecimento da produção de alta qualidade da Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu.

A cooperativa é vinculada à Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU), uma organização da Sociedade Civil que desempenha papel importante na preservação e promoção da cultura afrodescendente no Brasil. Pretende-se destacar a participação coletiva de homens e mulheres das comunidades onde há atuação da cooperativa, e sua autonomia, como geração de emprego e renda – o que se dá pela comercialização de tecidos, miçangas, crochê, rechiliê, culinária ancestral, fitoterápicos, plantas medicinais, hortaliças e frutas. Além das práticas de educação popular, a preservação do meio ambiente e a contínua troca de saberes tradicionais.

Enquanto mulher negra, nascida cem anos após a Falsa Abolição, gerada em um útero empreendedor e soteropolitana, fui convidada pela vida a desfrutar de riquíssimas trocas interpessoais em mais de quinze municípios da Bahia. Enquanto educadora, honrosamente pude contribuir para o processo formativo de jovens e adultos e aprender saberes dos mais variados segmentos sociais. Oportunidade que muito engrandeceu meu pensar e me direcionou quanto aos modos de executar a implementação de Políticas Públicas de Igualdade Racial na Bahia, pensando essas problemáticas do ponto de vista sensível e que, posteriormente, gerou inquietações para o impulsionar desta investigação.

Tudo começou em 2019, quando me encontrei com as mulheres da cooperativa, em meio a um estudo realizado com o objetivo de descrever o processo de ensino e aprendizagem dos empreendedores da Cooperativa de Etnodesenvolvimento Kitaanda Bantu, como era intitulada na época. E nesse dia nossas histórias se cruzaram! A cooperativa atualmente mudou de nome, incluindo o termo “Povos e Comunidades Tradicionais”, a fim de demarcar essas categorias e reforçar a nova abordagem estratégica da instituição. Após a finalização da

pesquisa realizada como parte conclusiva do ciclo na Especialização de Docência do Ensino Superior, pude sistematizar os temas transversais que surgiram na pesquisa e, enquanto pesquisadora e gestora de políticas públicas de povos e comunidades tradicionais, identifiquei que eram caminhos prósperos para a pesquisa no Mestrado de Educação de Jovens e Adultos. Visto que me permite investigar o campo da educação não escolarizada, com olhar apurado para a educação popular e conjecturando a relação entre trabalho e meio ambiente.

Este estudo busca contribuir para a lacuna de conhecimento existente na perspectiva que entrecruza educação, trabalho e meio ambiente. Pesquisando segmentos marcados por invisibilidade e exclusão social, e que necessita de levantamentos de dados para demonstrar a construção de práticas contra-hegemônicas desenvolvidas fora do ambiente escolar. Importante ressaltar, inclusive, que o protagonismo é de atores sociais envolvidos dentro da cooperativa, moradores e moradoras das comunidades, que detém expressões culturais próprias, com conhecimentos ancestrais ligados às atividades produtivas, envolvendo aspectos relacionados à educação, trabalho, sustentabilidade, cultura e com recorte, principalmente, etnicorracial,

A questão central da pesquisa é "quais práticas de educação popular e saberes tradicionais da Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu se constituem como estratégias de fortalecimento da identidade cultural?" Penso sobre isso sem perder de vista a identidade da pesquisadora, enquanto mulher negra de terreiro, gestora e educadora popular. E também guiada pela motivação, a qual se fortaleceu após participar de atividades desenvolvidas pela cooperativa, nas quais pude desenvolver um estudo inicial que, posteriormente, traçou caminhos para esta pesquisa.

As transformações sociais e econômicas, no Brasil, a exemplo da proposta de Cooperativismo, com a ideia de organização social e econômica que visa à cooperação, solidariedade e fortalecimento dentro da perspectiva coletiva, vêm contribuindo para fomento a iniciativas, cooperativas e associações. No entanto, observa-se que a maior parte dos grupos produtivos, principalmente formados por povos e comunidades tradicionais, vivenciam dificuldade de acesso às políticas públicas específicas, que promovam a efetiva valorização do modo de vida, considerando aspectos como a transmissão de conhecimentos através da educação. A qual – identificada nas vivências e objeto de estudo desta pesquisa – é reconhecida como Educação Popular, oriunda dos povos negros, nascida nos movimentos populares, e que ressalta o caráter emancipatório, reforçando as práticas sociais dos grupos subalternizados de homens e mulheres, para os quais foram negados seus direitos, marcados pela exclusão socioeconômica, decorrente do período escravista.

O processo de ensino e aprendizagem se estabelece com o compartilhamento de experiências, sobretudo em ambientes e ações coletivas cotidianas, o que garante a preservação de memórias e identidades. Nesse sentido, a existência de sistemas tradicionais de conhecimento depende de certas condições para a sua produção e reprodução (Carneiro da Cunha e Almeida, 2002). Essas condições citadas perpassam as trocas nas relações cotidianas familiares e também da educação na perspectiva comunitária, contribuindo com o coletivo que se fortalece por meio da transmissão de saberes entre gerações.

A pesquisa é motivada pela relevância das práticas de educação popular, a partir de saberes tradicionais transmitidos ao longo de gerações pelos povos e comunidades tradicionais[1]. Essas iniciativas demandam estudos que possam fundamentar e sinalizar políticas que sejam mais adequadas a esses povos e atendam também às Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), cuja história é marcada por exclusões e negação de direitos que se assemelham às realidades desses povos.

A implementação de políticas educacionais da EJA tem um papel importante no contexto baiano, pois pensar um projeto de educação para pessoas que foram excluídas do processo de educação, exige esforços para que sejam assegurados o acesso, permanência e a continuidade, compatibilizando com os princípios da escola popular e democrática, como defendido por Freire (2001), que caracteriza a Educação de Jovens e Adultos como ato político e de conhecimento. Visto que, deve-se considerar as realidades em que os sujeitos estão incorporados, para a partir daí, apreenderem as habilidades de escrita e leitura, visando transpor em comunidades letradas e participativas.

No contexto baiano observa-se um Organizador Curricular que prevê dentre os princípios teórico-metodológicos reconhecer os (as) estudantes e professores (as) como protagonistas do processo de formação e desenvolvimento humano; valorizar o amplo repertório de vida dos sujeitos da EJA através dos saberes, culturas, valores, memórias, identidades, como ponto de partida e elemento estruturador do estudo das áreas do conhecimento (Organizador Curricular da EJA, 2022 e 2023), mas na prática uma crescente perspectiva de que sirva ao mercado de trabalho precarizado. Observa-se uma contradição fundamental na prática da EJA, que por um lado, a legislação e os documentos oficiais pregam a valorização da diversidade e das experiências de vida dos estudantes, enquanto, por outro, a

[1] O Decreto n. 6.040/2007 (BRASIL, 2007), institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em seu art. 3º, estabelece que Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

educação é cada vez mais instrumentalizada para atender às demandas do mercado de trabalho, muitas vezes precarizado, além de descontinuidades e fragmentações ao longo dos anos, por não ser uma modalidade priorizada pelo Poder Público. A EJA e a educação não formal possuem uma relação intrínseca e complementar. Ambas buscam atender as necessidades educacionais de pessoas que, por diversos motivos, não tiveram acesso à educação.

Para Gohn (2006), a educação não-formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Essas relações sociais, em se tratando de comunidades tradicionais, é preenchida de saberes populares. A aprendizagem de um povo, proveniente do processo de socialização e reprodução de saberes garante a manutenção dos costumes culturais. No decorrer da pesquisa serão discutidas quatro categorias: etnodesenvolvimento, educação popular, saberes tradicionais e EJA como bases relevantes de estudos, considerando o território de disputa nesta sociedade capitalista, com políticas educacionais baseadas no sistema econômico e de produção liberal objetivando atender demandas das classes dominantes.

O etnodesenvolvimento que traz, na perspectiva decolonial, práticas e modelos de produção em prol de um modelo de desenvolvimento sustentável viável, considerando identidade cultural, saberes tradicionais e preservação do território tradicional. A educação popular vai tratar de práticas emancipatórias, que buscam combater as desigualdades, através de transformação político-social, com o protagonismo do povo negro, para fortalecer essas vozes. Os saberes tradicionais são um conjunto de conhecimentos, práticas e técnicas que foram desenvolvidos e transmitidos oralmente e nas práticas sociais do cotidiano por comunidades tradicionais ou originárias. A EJA é uma modalidade de ensino que carrega identidade própria, com sujeitos historicamente oprimidos, que possuem potencial de vivências, saberes próprios e conhecimentos ricos em saber e fazer. A presente pesquisa de intervenção busca analisar de que modo as práticas sociais de educação popular e saberes tradicionais da Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu estão estruturadas de forma a se constituir como estratégias de fortalecimento da identidade cultural.

Povos Tradicionais de Matriz Africana e Povos Originários, no Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (2013-2015), se relacionam aos conceitos de tradição, passado e memória que não são cristalizados. Assim como a etnicidade, que também não é estática, mas decorre do contato com o outro, sendo uma relação construída e reconstruída em uma perspectiva histórica e social.

A história e a identidade destas comunidades não podem ser negadas. A Educação de Jovens e Adultos surge do pulsar do movimento social, lutando pela educação e reparando as desigualdades raciais em prol da justiça social. Segundo Streck e Santos (2011, p. 30)

> a EJA, inspirada na Educação Popular ocupa um lugar de posicionamento político de mudança e libertação, explicitamente assumido. No entanto, a complexidade social traz exigências que desafiam as práticas educativas sob o ponto de vista do enfrentamento das desigualdades e dos sofrimentos por ela infligidos à população.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizado um estudo de natureza aplicada, com característica exploratória e abordagem qualitativa, cuja estratégia de pesquisa foi a colaborativa, desenvolvida, *in loco*, na Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu, por meio de círculos reflexivos com a participação de três homens e oito mulheres dos municípios de Cachoeira e Salvador. A técnica de produção de dados foram os círculos reflexivos, cujo instrumento de produção de dados foram os diários de campo, que trouxeram a descrição e anotações das falas dos participantes a partir de provocações e perguntas reflexivas, feitas com o intuito de gerar percepções sobre as categorias da pesquisa, promover aprendizagens entre os participantes e levantamento de dados. O produto final da dissertação foi o planejamento pedagógico dos círculos reflexivos.

Os círculos reflexivos foram realizados com os sujeitos envolvidos na pesquisa e foram aplicados a partir dos ritos procedimentais orientados pela Observação Colaborativa, de acordo com Ibiapina (2008) que pretende: descrever as práticas dos círculos; informar sobre as práticas observadas; confrontar analisando como essas práticas se expressam e podem servir para interesses do objeto de estudo; reconstruir o que foi proposto e apresentar as contribuições das práticas pedagógicas. O dispositivo de diálogo utilizado para a condução dos círculos reflexivos foram fotografias com registros de produções das participantes e momentos formativos que já ocorreram na instituição, com base em Loizos (2008).

A pesquisa colaborativa, inspirada em Ibiapina (2008), foi escolhida como estratégia, pois pretende-se produção de conhecimento entre a pesquisadora e os/as cooperados/as. A abordagem proposta se estabelece mediante uma parceria entre os sujeitos envolvidos em torno de um objetivo comum. Nesta abordagem, a pesquisadora desempenha dois papéis distintos, que se complementam entre si: o de pesquisadora e o de formadora. Pesquisadores podem aliar-se no processo de construção de saberes, proporcionando a interconexão entre esses mundos (Ibiapina, 2008). O recurso utilizado dentro da pesquisa colaborativa como procedimento foi a Observação Colaborativa por se adequar mais ao objeto de pesquisa

proposto, pois esse procedimento, segundo Paiva (2002 apud Ibiapina, 2008, p. 92), potencializa a descrição, a interpretação, o confronto, e a reconstrução de teorias e práticas relativas ao processo de ensino e aprendizagem, fazendo nascer um saber-fazer, partilhado, construído e reconstruído. Para a técnica de análise dos dados será utilizada a análise de conteúdos que foram colhidos durante os círculos reflexivos (Bardin, 2011).

Além da metodologia descrita anteriormente, foi realizada uma pesquisa documental. De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), a riqueza de informações que pode ser extraída e resgatada dos documentos justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais. No caso desta dissertação, foi necessário situar o contexto histórico e sociocultural, e, por isso, realizei uma investigação nas leis, fotografias, registros de sites, materiais de audiovisual, postagens e mídias sociais.

Neste sentido, o objetivo geral é analisar as práticas sociais de educação popular e saberes tradicionais que estão estruturadas na Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu e de que forma se constituem como estratégias de fortalecimento da identidade cultural.

Os objetivos específicos são:

a) Apresentar a Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu, na perspectiva do etnodesenvolvimento e do cooperativismo, considerando a relação trabalho e educação.
b) Descrever e sistematizar as práticas sociais de educação popular e saberes tradicionais vivenciados pela Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu.
c) Analisar a relação entre os saberes tradicionais desenvolvidos na Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu e as práticas pedagógicas.

Os círculos reflexivos foram a base para analisar quais práticas sociais de educação popular e saberes tradicionais eram estruturantes. Ao refletirmos sobre as temáticas previstas como categoria da pesquisa temos: Educação Popular, Saberes Tradicionais e Etnodesenvolvimento. A pesquisa busca evidenciar o caráter formativo das práticas de educação no campo social e, em razão disso, trazer o conceito de educação popular na perspectiva freireana, baseada na construção de uma consciência crítica, que busca transformar a realidade, a partir da vivência do sujeito.

Para Paulo Freire (1996) não existe ensino sem aprendizagem. O processo de ensinar é dialógico, pois há uma troca constante de papel entre educador e educando. Ele acredita que há uma troca de experiência contínua entre as duas partes envolvidas, há um composto de vivências, histórias e individualidades que circulam na relação, seja ela dentro ou fora do ambiente escolar. E a educação popular surge dos movimentos sociais, dos povos negros, com caráter emancipatório.

Os espaços de terreiros, quilombos e de comunidades de povos originários são centros de saberes que transcendem o processo do ensinar, saberes são produzidos e compartilhados coletivamente, e busca o desenvolvimento integral, humano, completo. Um desenvolvimento que não visa o mercado, mas sim a reprodução dos modos de vida. Segundo Gallois (2005) e Cunha (1999), a marca principal dos conhecimentos ou saberes tradicionais não é seu conteúdo ou sua antiguidade, mas a forma como estes são produzidos e reproduzidos/atualizados, um processo coletivo e acumulativo verificado no cotidiano dessas populações.

O caminho das águas no qual se instaura a trajetória desta pesquisa é banhado pela Baía de Todos os Santos e estabelece a ponte entre o Recôncavo e a Região Metropolitana de Salvador, através das cooperadas que atuam nas cidades de São Francisco do Conde, Salvador, Cachoeira e São Félix. O ponto focal da pesquisa, começou pelo município de Cachoeira, por ser a localidade da sede da cooperativa, porém com o trabalho desenvolvido ao longo dos 20 anos de atuação e a articulação da ACBANTU com outros municípios foi necessária uma inclusão de outros sujeitos para participarem da pesquisa. Outro fator que gerou mudanças na dinâmica da pesquisa, foi o processo de desativação da sede da cooperativa em Cachoeira, após a pandemia de Covid-19. Os dois motivos levaram a pesquisa a ser ampliada, contemplando também os membros/as que atuam na Região Metropolitana de Salvador.

A pesquisa propõe o desenho de elementos que contribuíram para a construção e o desenvolvimento no Capítulo 1, por ser nesse que trazemos o encontro e/ou reencontro com os sujeitos da pesquisa, entrelaçados com as rendas e fios da produção artesanal e com as águas da Baía de Todos os Santos que conecta os sujeitos, desde nossa kalunga afrodiaspórica, e a minha trajetória enquanto mulher negra, de terreiro, pesquisadora, educadora popular,de mente e corpo inquieto. O Capítulo 2 traz a apresentação da categoria Etnodesenvolvimento, o conceito e as contribuições de uma nova perspectiva ampliando o olhar aos povos e comunidades tradicionais. Apresentamos os dados bibliográficos através do Estado do Conhecimento (Morosini, 2015) utilizando o descritor Etnodesenvolvimento, método pelo qual encontramos seis dissertações que trazem essa temática, confirmando assim que o estudo em questão preenche uma lacuna de estudos relacionados à educação e trabalho nesse âmbito.

Nesse capítulo também trazemos conteúdos das ações desenvolvidas na Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu, na perspectiva do etnodesenvolvimento e cooperativismo considerando a relação trabalho e educação, trzendo a experiência da Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU), bem como a relação entre a ACBANTU e a Kitaanda Bantu. Aborda também as tessituras dos saberes tradicionais, e as (re)existências e vivências do lócus da pesquisa, conceitos e as políticas públicas de Povos e Comunidades Tradicionais na Bahia, contextualizando a realidade dos sujeitos da pesquisa.

O Capítulo 3 traz informações sobre Educação Popular e o contexto do Brasil, uma abordagem do cenário da Educação de Jovens e Adultos na Bahia e contribuições de estudos contra-coloniais, conforme abordagem do pensador quilombola, Nego Bispo (2015) e como a educação popular se constitui na Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu, sendo um espaço de preservação de identidade cultural. O Capítulo 4 desenha a construção dos caminhos metodológicos incitados na Pesquisa Colaborativa protagonizando a atuação dos/as cooperados/as e apresentar os instrumentos metodológicos que foram utilizados para a aplicação da pesquisa e conceitos de pesquisa qualitativa, de pesquisa de intervenção e estratégia colaborativa.

O Capítulo 5 sistematiza o resultado da pesquisa a partir da realização dos círculos reflexivos e a análise dos dados, com inspiração em Bardin (2011) utilizando a análise de conteúdos que foram gerados a partir dos encontros realizados. Traz também a matriz com o quadro do procedimento da ação reflexiva que orientam a Observação Colaborativa após aplicação da pesquisa que foi construída coletivamente. Por fim, no Capítulo 6 são feitas as considerações pensando na perpectiva de começo, meio e começo, a partir da referência de Nego Bispo (2015), compreendendo que essa dissertação não é o final de um ciclo e sim possibilidades variadas de um novo começo.

Esta dissertação vai caminhar e navegar por saberes que ultrapassam o academicismo colonial e trará grifos da linguagem dos povos de terreiro de Nação Angola, perpassando pelas etnias umbundu, kimbundu e kikongo, e suas riquíssimas contribuições linguísticas, apesar de também bebermos da língua yorubá, respeitando os sujeitos da pesquisa e reverenciando a ancestralidade de quem escreve e dos que coparticipam dessa produção.

2. ETNODESENVOLVIMENTO: CONCEITOS E PERSPECTIVA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

> "Quando nós falamos tagarelando. E escrevemos mal ortografado Quando nós cantamos desafinando. E dançamos descompassado Quando nós pintamos, borrando e desenhamos enviesado. Não é porque estamos errando. É porque não fomos colonizados." Nego Bispo

Este capítulo traz os conceitos de Etnodesenvolvimento (Batalla, 1982) e as motivações pelas quais o termo é incluído na nomenclatura da Cooperativa Kitaanda Bantu. Aborda o quanto essa perspectiva de Etnodesenvolvimento, enquanto categoria de pesquisa, remete a uma provocação aos modelos de desenvolvimento colonial. Nesta leitura será possível encontrar o Estado de Conhecimento (Morosini, 2015), utilizando o descritor Etnodesenvolvimento, para trazer dados sobre a relevância desta pesquisa para produção acadêmica nesta área e as contribuições possíveis na lacuna de conhecimentos específicos.

Trazemos as experiências da Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU) e a sua relação com o *lócus* da pesquisa, mostrando a realidade, a tessitura dos saberes, conceitos e um panorama de Políticas Públicas dos segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais na Bahia. É um capítulo oportuno para apreender os conceitos de Etnodesenvolvimento ampliando para o campo da abordagem de povos e comunidades tradicionais, compreendendo a amplitude da temática e da importância do rompimento de padrões eurocentrados. Marcando perspectiva de modo de vida contra hegemônico apreendido durante o processo de diálogos com os sujeitos da pesquisa.

2.1 Etnodesenvolvimento: uma crítica ao modelo de desenvolvimento

O termo desenvolvimento sustentável surge no século XX, após um contexto crítico que foi provocado pela urbanização e industrialização. Ao tempo em que o desenvolvimento industrial esteve acelerado e movimentado e se fortalecendo em esfera mundial, iniciando as discussões sobre a temática sustentabilidade e o entendimento da necessidade de medidas urgentes de preservação do meio ambiente. Após esse cenário, todas as esferas públicas, privadas, classe acadêmica e sociedade civil começam a estruturar iniciativas para maior controle e proteção do planeta.

Um dos marcos importantes, em 1972, foi a realização da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, realizada em Estocolmo, Suécia. Esse ponto de partida gerou uma série de encaminhamentos para outras conferências e acordos internacionais. Uma

dessas foi intitulada por “Rio 92”, que trouxe em seu relatório o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo, “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (Relatório Brundtland, 1987).

Outros autores começaram a discorrer sobre essa temática, Leila Ferreira (1998) diz que o padrão de produção e consumo que caracteriza o atual estilo de desenvolvimento tende a consolidar-se no espaço das cidades, e estas se tornam cada vez mais o foco principal na definição de estratégias e políticas de desenvolvimento (FERREIRA, 1998). Já para José Eli da Veiga (2005), “desenvolvimento sustentável é uma utopia para o século XXI, apesar de defender a necessidade de se buscar um novo paradigma científico capaz de substituir os paradigmas do “globalismo” (Veiga, 2005). Observa-se que nestes conceitos e diálogos intensos sobre desenvolvimento sustentável, os fatores que estavam sendo considerados tinham relação com a vida urbana e a capacidade de exploração de recursos naturais, mas mantendo a lógica hegemônica de produção e de pensamento.

Neste período, na década de 80, autores latino americanos como Batalla (1982) e Stavenhagen (1985) começam a abordar críticas ao modelo desenvolvimentista que historicamente marginalizam os povos originários e os povos e comunidades tradicionais que desenvolviam tecnologias sociais, valorizando os territórios tradicionais, no entanto, essas práticas eram consideradas barreiras ao progresso. Não muito diferente do que se institui hoje, o modelo de progresso em desenvolvimento naquela época, meados dos anos 80, compromete as futuras gerações. E a partir desta crítica os dois autores trouxeram o conceito de etnodesenvolvimento. Para Batalla (1982)

> é o exercício da capacidade social dos povos indígenas para construir seu futuro, aproveitando suas experiências históricas e os re-cursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com projetos de-finidos segundo seus próprios valores e aspirações. Isto é, a capacidade autônoma de uma sociedade culturalmente dife-ren-cia-da para guiar seu desenvolvimento.

A proposta de etnodesenvolvimento trazida neste estudo considera questões étnicas, modos de vida e a capacidade de autogestão das pessoas envolvidas nas comunidades. Etnodesenvolvimento é pensar desenvolvimento a partir das características sociais de um povo, aproveitando seus ensinamentos, experiência histórica, potências, recursos, respeitando suas aspirações e valores e, que, por ainda ser uma forma de pensar desenvolvimento, tem relação com aspectos jurídicos, políticos e organizacionais (Batalla, 1982, p. 133). Ou seja, etnodesenvolvimento apresenta um desenvolvimento considerando as particularidades de

grupos diferenciados para pensar uma forma de crescimento solidária e justa, porém com autonomia. É um percorrer com uma nova proposta de gestão territorial e de governança. O que não quer dizer que é pior ou menos vantajosa, ao contrário, acaba angariando vários benefícios sociais e financeiros. É o etnodesenvolvimento um tipo de desenvolvimento que questiona as lógicas capitalistas com base na exploração e busca pelo lucro. De acordo com Stavenhagen (1985) as críticas sobre o etnodesenvolvimento sob a alegação de que ele contribui para o isolamento de grupos étnicos mantendo-os num grau de subdesenvolvimento, segregação e opressões, não prosperam. Isto porque, ao contrário, esta forma de desenvolvimento parte de uma perspectiva criativa, que, ao invés de limitar, abre espaço para verdadeiras manifestações coletivas que por muito tempo foram retaliadas pelos sistemas dominantes. (Stavenhagen, 1985, p. 42-43).

Na perspectiva decolonial, práticas de emancipação em prol de um modelo de desenvolvimento sustentável viável, considerando identidade cultural, saberes tradicionais e preservação do território tradicional vem ocorrendo na atuação das mulheres e homens envolvidos nas iniciativas da cooperativa. Esta vivência passada de geração para geração como forma de vida dos povos e comunidades tradicionais, que traz uma abordagem em desacordo com o modelo capitalista neoliberal é intitulado de Etnodesenvolvimento. De acordo com Batalla (1982) etnodesenvolvimento é o exercício da capacidade social dos povos indígenas para construir seu futuro, aproveitando suas experiências históricas e os recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com projetos definidos segundo seus próprios valores e aspirações.

O etnodesenvolvimento surge como uma resposta crítica aos modelos de desenvolvimento que ignoram as necessidades e valores de comunidades locais. E sua perspectiva enfatiza a existência de características fundamentais, como: a) autogestão comunitária e a autonomia na defesa de seus interesses; b) valorização da cultura, saberes e fazeres tradicionais (formação com base na própria cultura); c) cooperação e a confiança entre os membros; e d) promoção de bem-estar e o empoderamento das comunidades, segundo oMinistério do Turismo, 2023.

O saber-fazer da cooperativa é uma oportunidade de fortalecimento das ações buscando examinar memórias, práticas tradicionais, costumes que são essenciais na vida e na trajetória das pessoas que fazem parte do grupo produtivo, realizando ações que envolvem processos de ensino e aprendizagem baseados na educação popular, uma modalidade de pensamento, de prática pedagógica e de ação política dela derivada, dirigida às/pelas classes populares e devotada a participar de processos em que elas se tornam protagonistas de transformações

sociais (Brandão, 2021). Em se tratando dos sujeitos de grupos étnicos que possuem um potencial para impulsionar redes que reforcem a capacidade de articulação, conhecimentos e habilidades para transformar realidades, enfatizar a autonomia e a capacitação técnica, unindo a preservação, e também a valorização dos patrimônios materiais e imateriais desses grupos.

Ao tratarmos dos aspectos de etnodesenvolvimento é essencial integrar as dimensões política, econômica e cultural, garantindo que nenhuma delas seja negligenciada. A ênfase no âmbito político é crucial, pois envolve a criação de políticas públicas que respeitem e promovam a autonomia e os direitos dos povos e comunidades tradicionais. Produções acadêmicas estão considerando a temática relevante na área de políticas públicas que valorizem a proposta de etnodesenvolvimento na busca de solucionar problemas de recursos, autogestão, tradições locais e integração ser humano e meio ambiente. Organizado por Antonio Carlos de Souza Lima e Maria Barroso-Hoffmann foi publicado o livro "Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: Bases para uma Nova Política Indigenista" com vários capítulos, com o objetivo de discutir sobre novos modelos de intervenção indigenista e promoção do etnodesenvolvimento.

Esse entendimento reconhece e valida a importância de políticas públicas inclusivas e de estratégias econômicas que se alinhem com essas práticas. O termo Etnodesenvolvimento passou a ser incluído nos Programas de Estado, do Governo Federal brasileiro. Um dos primeiros foi denominado Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas, no PPA 2000-2003 (Avança Brasil), e envolvia quatro Ministérios: da Agricultura, da Saúde, da Justiça e da Educação. Atualmente, o Governo Federal lançou um E-book intitulado Programa Brasil Turismo Responsável, que faz parte do Projeto “Brasil, essa é a nossa praia”, que é fruto da parceria entre o Ministério do Turismo e o Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o qual possuium capítulo que aborda sobre etnodesenvolvimento e traz os princípios regentes. O documento versa sobre estratégias de gerenciamento e produção de atividades turísticas que considerem as dimensões da sustentabilidade, alinhadas com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Na atual gestão do Governo Federal, foi instituído dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), alocado na Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais um departamento de Reconhecimento, Proteção de Territórios Tradicionais e Etnodesenvolvimento.

O Decreto 11.396/2023 descreve como competência da Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais, no Art.29, inciso X “promover o etnodesenvolvimento e a valorização da sociobiodiversidade de quilombolas e povos e comunidades tradicionais dos campos, das florestas e das águas”. E ao Departamento de

Reconhecimento, Proteção de Territórios Tradicionais e Etnodesenvolvimento, de acordo com o Art. 30, inciso XIV “fomentar e promover o etnodesenvolvimento de territórios quilombolas e de povos e comunidades tradicionais que reconheça e valorize os saberes ancestrais e práticas tradicionais, dentro do segmento da economia solidária”. A existência desses marcos legais normativos demonstra um esforço do Estado no acolhimento de demandas da sociedade. Mas, é imprescindível que a temática esteja na pauta das discussões com a participação de representações dos segmentos tradicionais e que sejam previstos recursos de implementação.

Pesquisas acadêmicas com a temática etnodesenvolvimento também estão sendo realizadas. O Portal de Periódicos da CAPES revelou que os estudos trazem aspectos sobre a perspectiva dos povos indígenas e comunidades quilombolas e consideram questões como: território tradicional, turismo, etnoturismo, saúde, cultura,interculturalidade, políticas públicas e produção.

O levantamento realizado utilizou-se do descritor “Etnodesenvolvimento” e o período de pesquisa de 2014 - 2024 e demonstrou que existem na Base de Teses e Dissertações do Repositório da CAPES, 70 artigos, 7 capítulos de livro, 6 dissertações, 3 livros e um editorial. Os estudos estão concentrados nas áreas: Multidisciplinar (49), Ciências da Saúde (35), Ciências Humanas (33), Ciências Sociais Aplicadas (21), Ciências Biológicas (9), Linguistica/Letras e Artes (7), Ciências Agrárias (5), Ciências Exatas e da Terra (2) e Engenharia (1). Esta pesquisa concentrou sua análise nas seis dissertações que estão disponíveis do Portal de Periódicos, justificadas na aba critério de inclusão, conforme quadro abaixo.

QUADRO 1 - Produção geral com base no descritor Etnodesenvolvimento

Bancos de Pesquisa	Produção Acadêmica	Autoria	Título	Palavras-Chave	Critério de Inclusão	Universidade /Estado	Ano
CAPES	Dissertação	Fabio Augusto Nogueira Ribeiro	Etnodesenvolvimento e o mercado verde na Amazônia indígena: Os Asuriní no Médio Xingu	Amazônia Asuriní do Xingu Etnodesenvolvimento Produtos florestais não madeireiros Sociedades indígenas	O termo Etnodesenvolvimento é abordado sobre a perspectiva de uma análise de povos e comunidades tradicionais	USP/SP	2015
CAPES	Dissertação	Liliane Pereira de Amorim	As comunidades quilombolas e o direito ao etnodesenvolvimento: uma análise sobre a implementação do projeto	Comunidade quilombola Kalunga Etnodesenvolvimento Direito agrário Resistência	O termo Etnodesenvolvimento é abordado sobre a perspectiva de uma análise de povos e comunidades	UFG/GO	2020

			Baunilha do cerrado na comunidade Kalunga-GO	Baunilha do cerrado	tradicionais		
CAPES	Dissertação	Veuderllane Campos da Silva	O turismo de base comunitária como vetor de etnodesenvolvimento: a comunidade Mebêngôkre-Kayapó na Terra Indígena Las Casas – PA	Turismo de Base Comunitária Etnodesenvolvimento Metodologias Participativas Terra Indígena Las Casas Povo Kayapó	O termo Etnodesenvolvimento é abordado sobre a perspectiva de uma análise de povos e comunidades tradicionais	UFRN/ RN	2015
CAPES	Dissertação	Jorge Luiz da Silva Nascimento	Alternativas de etnodesenvolvimento na comunidade Chácara das Rosas em Canoas/RS: um estudo de memória social.	Quilombo urbano, Etnodesenvolvimento Memória Social.	O termo Etnodesenvolvimento é abordado sobre a perspectiva de uma análise de povos e comunidades tradicionais	Unilasalle /RS	2018
CAPES	Dissertação	Cleuza Noal Brutti	A chamada pública de ater indígena e a perspectiva de construção do "etnodesenvolvimento": análise de uma experiência no Rio Grande do Sul	ATER indígena Etnodesenvolvimento EMATER/RS-ASCAR Subcidadania Capital Cultural	O termo Etnodesenvolvimento é abordado sobre a perspectiva de uma análise de povos e comunidades tradicionais	UFSM/ RS	2019
CAPES	Dissertação	Silvio Raimundo da Silva	Etnodesenvolvimento: análise a partir de uma terra indígena tradicionalmente ocupada	Quintal agroflorestal Terra indígena Etnodesenvolvimento Roças tradicionais Gestão ambiental e Territorial.	O termo Etnodesenvolvimento é abordado sobre a perspectiva de uma análise de povos e comunidades tradicionais	UFGD/ MS	2019

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2024).

Foi realizada uma leitura dos resumos das dissertações encontradas, a partir da metodologia Estado do Conhecimento, que é identificação, registro e categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo (Morosini, 2014, p. 155). Nota-se que os dados apresentados no Quadro 01 revelam que não há uma vasta produção contemplando o descritor Etnodesenvolvimento em dissertações,nenhumadas existentes são de universidades baianas e nem estão vinculados a Programas de Educação.

O Estado de Conhecimento nos auxilia a compreender o campo (Bourdieu, 2004) de uma determinada área de conhecimento. Esta metodologia proporciona uma identificação das principais tendências, lacunas e avanços em uma área de estudo, facilitando a escolha e delimitação de objetivos e temáticas emergentes. Foi observado que as pesquisas realizadas em dez anos no campo do Etnodesenvolvimento versam sobre Turismo de Base Comunitária e Comércio Justo, que foram realizadas no campo do Direito, das Ciências Biológicas e das Ciências Sociais Aplicadas. Trazem fonte bibliográficas e documentais, relatando experiências de comunidades indígenas e quilombolas, focando aspectos de segurança alimentar, experiências produtivas e políticas públicas. Mas, a lacuna no campo da educação e trabalho foi observada, além da restrição das pesquisas para povos originários e comunidades quilombolas, que são reconhecidos como povos e comunidades tradicionais, dentre os dez segmentos reconhecidos na Bahia. Os povos de terreiro também possuem experiências de práticas de Etnodesenvolvimento que não foram encontradas nas dissertações.

Esta pesquisa contribuirá para o campo de implementação de políticas públicas na área do Etnodesenvolvimento e na área de educação, considerando a validação de experiências que ocorrem há 20 anos na Bahia, a partir da fundação da Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu. No Brasil, foi implantado em 2011 o Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento, vinculado à Faculdade de Etnodiversidade (FacEtno) do Campus Universitário de Altamira, da Universidade Federal do Pará (UFPA) e foram encontrados nesta pesquisa uma produção que descreve que o curso integra a política afirmativa voltada à inclusão socioacadêmica de representantes de povos e comunidades tradicionais da região Amazônica. O texto traz que a proposta do curso é subsidiar os discentes para gerenciar e intervir nas instâncias político-territoriais, envolvendo saúde, educação, mediação público/privada e projetos socioambientais (RAF, Belém, 2015, p. 187 - 204).

Na mesma Universidade, em 2024, a Resolução n.º 5.724 aprova a criação do Programa de Pós-Graduação em Estudos em Etnodiversidade (PPGETNO), concebendo o Mestrado, com duas linhas de pesquisa: Linha 01 - Ciências, Etnodesenvolvimento e Socioambientalismo e Linha 02: Territórios, Etnossaberes e Educação Diferenciada. Os estudos da linha 01, conforme informações no site do Programa, se dedicam a produzir novas epistemologias intercientíficas e repensar as concepções e práticas de desenvolvimento, considerando aspectos étnicos, culturais, ambientais e políticos-institucionais intrínsecos às dimensões da etnodiversidade.

Na UNEB existe o Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH) e um Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT), porém não tem produção registrada na Plataforma

Saber Aberto com o descritor “Etnodesenvolvimento”. Identifiquei que na ementa do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental tem o termo Etnodesenvolvimento na disciplina “Etnoecologia”.

A temática Etnodesenvolvimento pesquisada no espectro da área de educação é uma oportunidade de estudo contra hegemômico que pensa, articula e sistematiza pesquisas acadêmicas que abordem marcos teóricos contextualizados para os segmentos de povos e comunidades tradicionais. De acordo com Morosini (2015, p. 02)

> [...] a construção de uma produção científica está relacionada não só à pessoa/pesquisador que a produz, mas às influências da instituição na qual está inserida, do país em que vive e de suas relações com a perspectiva global. Em outras palavras, a produção está inserida no campo científico e, em suas regras constitutivas.

Aspectos e perspectivas antropológicas, a partir da perspectiva de Paul E. Little, trazem possibilidades de micro-modelos de relacionamento com o mercado, oriundos de grupos étnicos (Little, 1998). O autor traz cinco micro-modelos:

1. fortalecimento das atividades de subsistência;
2. estabelecimento de economias paralelas;
3. terceirização de atividades produtivas com fiscalização por parte do grupo local;
4. controle total do processo econômico para parte da organização local;
5. criar um valor econômico étnico para seus produtos.

Os micromodelos são frutos do estudo realizado com 12 subprojetos indígenas do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), que surgiu em 1990, na Convenção de Houston . O primeiro micro-modelo reforça a importância dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais, inclusive de segurança alimentar e nutricional, com o cultivo das produções agroecológicas, baseadas em saberes ancestrais; o segundo micro-modelo trata de produção associada a comercialização por uma macro-organização, ou seja, distribuida para uma associação ou cooperativa para acessar mercados externos à comunidade.

O terceiro micro-modelo prevê a pactuação através de convênios com organizações que realizam assistência técnica, contratação de outros profissionais para fortalecer a produção desenvolvida pela comunidade, mas a comunidade detém o controle formal da produção; o quarto micro-modelo é difícil de ser implementado, segundo Little (2002), pois prevê o controle de todas as etapas de processo, da produção à comercialização e investimentos. No entanto, nem toda organização de povos e comunidades tradicionais possuem conhecimentos técnicos

em todas as áreas; o último micro-modelo só é possível se o grupo étnico conseguir estabelecer controle total das etapas de produção, incluindo comercialização e investimentos, pois prevê instituir um nicho de mercado diferenciado sem perder a originalidade dos produtos e nem os modos de vida do grupo. O modo de vida para os povos e comunidades tradicionais perpassa por elementos essenciais que é a transmissão de saberes, a relação com o meio ambiente e a relação com o trabalho coletivo.

2.2. Etnodesenvolvimento e cooperativismo: relação com educação e trabalho

O Cooperativismo surge como uma alternativa ao sistema econômico que almeja lucro, concentração de riquezas, o que gera desigualdade social e exploração do trabalho. É um modelo de organização social que visa não apenas a melhoria econômica, mas também a promoção de valores como solidariedade, democracia e justiça social. O desafio é propor alternativas que resgatem modos organizacionais mais justos, participativos e solidários, que, apesar de emergirem dentro do sistema capitalista, busquem outras formas de sociabilidade, baseadas em princípios não capitalísticos (Santos; Rodríguez, 2002).

A Constituição Federal de 1988 foi muito importante como marco regulatório para este modelo de organização, pois mesmo tendo se instituido anos antes a Política Nacional do Cooperativismo, no período pós ditadura militar, a constituição possibilitou a autonomia total e a autogestão das organização, impedindo que o Estado fizesse algum tipo de intervenção na administração de cooperativas, conforme artigo 5º, parágrafo XVIII.

Os sete princípios de uma Cooperativa são: Adesão livre e voluntária; Gestão democrática; Participação econômica; Autonomia e independência; Educação, formação e informação; Intercooperação e Interesse pela comunidade. E a relação trabalho e educação estão intimamente ligados a estes principios e favorece a promoção da igualdade, sustentabilidade econômica e, consequentemente, desenvolvimento econômico a partir de processos formativos que fortalecem os cooperados e toda a comunidade do entorno.

Os dados do Anuário Coop 2024 apresenta que a movimentação financeira alcançou R$ 692 bilhões e empregou 550.611 profissionais, representando 23% da população ocupada. Em 2023, os ativos totais do setor atingiram R$ 1,16 trilhões, o que representou um aumento de 17% comparado ao ano de 2022, quando o montante foi de R$ 999,6 bilhões. A região Nordeste está em segundo lugar em número de cooperativas (856 cooperativas) catalogadas neste

Anuário, perdendo apenas para o Sudeste (1.605 cooperativas) e ao analisarmos a distribuição por gênero, 59% são homens e 41% são mulheres.

O cooperativismo no Brasil tem se mostrado uma alternativa poderosa para enfrentar os desafios sociais e econômicos, especialmente para aqueles ramos de atividades que atuam com produção e agropecuária. Este modelo de negócio oferece oportunidade de desenvolvimento profissional e acesso à educação para aprimoramento contínuo. Contribui para a melhoria das condições de trabalho e para a reinserção social e econômica de pessoas em condições precárias de trabalho e, consequentemente, em vulnerabilidade social, em razão das consequências das desigualdades acometidas em nosso país. O cooperativismo assegura ao trabalhador/a uma efetiva integração social por meio do trabalho, pois reduz a pobreza com geração de emprego e renda, mas no cenário atual há uma dificuldade, em razão das pessoas que estão nestas instituições serem excluídas do mercado de trabalho por a falta de capacitação, a inexperiência no trabalho formal e baixa escolaridade.

Os pensamentos que replicam a lógica de mercado estão sendo reproduzidos no ambiente escolar, contribuindo para o não rompimento de barreiras existentes no sistema de ensino e no ambiente externo. Para uma visão dialógica e não bancária conforme Freire (2005), se faz necessárias iniciativas para romper paradigmas inseridos neste ambiente, para provocação de mudanças. Uma alternativa viável é a educação cooperativista, a qual não se limita a espaços de cooperativas, mas sim é acessível a outros locais, incluindo o escolar.

O que observa-se neste ambiente é a inserção da proposta de uma educação empreendedora, atendendo ao marco legal criado em 1993, pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, trazendo no Relatório Delors uma educação como trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social, trazendo a educação o pensamento no desenvolvimento humano incluindo neste desenvolvimento do auto-emprego e do chamado espírito empreendedor (Delors, 1998, p. 268). Mas, a ênfase no empreendedorismo individual sem políticas públicas adequadas, pode contribuir para a precarização das relações de trabalho, com a intensificação da jornada, a redução dos direitos trabalhistas e a instabilidade profissional; o modelo desconsidera as dimensões coletivas e sociais do trabalho, incentivando a competição em detrimento da cooperação, além da vinculação da educação ao mercado de trabalho e à lógica empresarial pode levar à mercantilização do conhecimento e à desvalorização de áreas consideradas menos lucrativas.

Este Relatório favoreceu a implementação de políticas educacionais, com o aval da UNESCO e, posteriormente, o Parecer CNE/CEB nº16/99, que Trata das Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, e as Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico (2000) já pauta ações em prol do empreendedorismo. O cenário vai se adaptando a esta temática instituída por essa macrotendência e o Ministério da Educação - MEC, no governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC, constitui formalmente uma parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE criando o Programa de Formação em Empreendedorismo na Educação Profissional (Técnico Empreendedor), incentivando o ensino do empreendedorismo nas escolas de Ensino Médio e de Educação Profissional, e, logo depois, o Programa de Educação Empreendedora no Ensino Médio Brasileiro.Analisando criticamente, esse movimento nacional se constitui buscando atender interesses das classes dominantes, oséculo XXI é marcado por esses e diversos outros programas que atendem a esse mercado. Mas, o ambiente escolar exige uma perspectiva mais crítica, conforme Veiga (2003, p. 268)

> Desenvolver o educando, prepará-lo para o exercício da cidadania e do trabalho significa a construção de um sujeito que domine conhecimentos, dotado de atitudes necessárias para fazer parte de um sistema político, para participar dos processos de produção da sobrevivência e para desenvolver se pessoal e socialmente.

Na perspectiva de Etnodesenvolvimento e Cooperativismo, o caminho é pensar formações que tragam conteúdos de autogestão, autonomia e uma formação baseada na coletividade, construindo caminhos para uma educação cidadã. Para Brandão (2002), pensar ações viáveis para enfrentamento à desigualdade social. A construção de pesquisas e implementação de um modo decolonial e rompendo as barreiras, ainda é incipiente, o que proporciona uma oportunidade de estudos que tragam a tona esse viés debatendo possibilidade de formação de professores, reestruturação do currículo e até mesmo novos programas que promovam recriação de novos modelos. Conforme Frantz (2001, p. 247)

> O sentido da educação pela cooperação, nas escolas, a sua dimensão pedagógica, é a formação de atores sociais, sujeitos construtores de uma sociedade democrática, isto é, livre, participativa e justa. Assim entendida, a prática educativa, sua dimensão pedagógica, tem também uma direção política e um conteúdo ideológico.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 170, caput da própria Constituição, dispõe que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por finalidade assegurar a todos uma existência digna. Mas, na sociedade capitalista, a exploração nas relações sociais de produção transcende questões relacionadas a fatores econômicos, políticos e históricos, pois os trabalhadores encontram-se em situação de

desvantagem em comparação com as classes dominantes. Por este motivo, é questionável essa segurança prevista na constituição, pois na prática observa-se muitas desigualdades, principalmente se considerarmos fatores étnicorraciais. Os que detêm o capital e os que detêm a força de trabalho, não possuem condições iguais – embora seja esse o discurso liberal (Frigotto, 2010).

Autores como: Ciavatta (1992), Kuenzer (2000), Ramos (2004), Frigotto (2010), Antunes (2000), Santos (2010) discutem relação trabalho e educação. Ciavatta, Marise Ramos e Frigotto discutem o trabalho como princípio educativo do ser humano. Eles consideram que trabalho se configura como princípio educativo – condensando em si as concepções de conhecimento, ciência e cultura – também se constitui como contexto, definido pelo conjunto de ocupações que configuram a realidade produtiva enfrentada pelos trabalhadores. O autor Ricardo Antunes (2000) discorre sobre a importância do trabalho para a sociedade, mas faz uma crítica importante do modo como a relação é precária no contexto da contemporaneidade. Para ele, "[...] o que era uma finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital." Considerando aspectos relacionados aos conhecimentos, competências e precarização do trabalho, Kuenzer (2000) afirma que os processos educativos escolares, sejam de educação geral, profissional ou ambas, se configuram como espaços de articulação com o conhecimento socialmente produzido.

Na perspectiva, de Carla Liane Santos (2010), que traz o recorte racial em sua tese e se propõe a uma construção crítica de novas estruturas analíticas do fenômeno da precarização do trabalho, considera falsas as saídas afirmativas de um "empreendedorismo" para esse segmento de trabalhadores urbanos, visto que, de acordo com Santos (2010) a dimensão geração de renda não pode ser dissociada dos processos macroestruturais de estruturação dos mercados de trabalho urbanos e das mudanças institucionais do Estado. Esta crítica é pertinente, pois a lógica de atendimento ao mercado alimenta o modo de produção capitalista explorando a força de trabalho e energia do trabalhador.

Adriana Barbosa, CEO da Plataforma PretaHUB e presidente do Instituto Feira Preta, afirma que nós glamourizamos o desenvolvimento do empreendedorismo do Brasil. Ela afirma que:

> Um entregador tem que emitir nota, o que classifica ele como empreendedor. E na verdade, não. Ele não é um empreendedor, ele é um entregador, mas que o sistema dele de contratação é um sistema de empresa, ele é um emissor de nota fiscal.

Barbosa (2024) provoca dizendo “que a gente precisa pensar nesse empreendedorismo, que a gente consiga se ver mais a longo prazo, não de resolver um problema aqui de dinheiro que a gente tem agora” No entanto, ao observarmos historicamente, fomos o último país a abolir a escravização, então ao olharmos aspectos em nosso dia a dia, no século XXI, perceberemos características marcantes desse período, e poderemos compreender que as relações de trabalho e educação ao longo de anos teve e tem esses traços de sofrimento cravados nas estruturas políticas, sociais e ecônomicas.

No início do século XX, a educação no Brasil era predominantemente voltada para a elite, com poucas oportunidades para as classes populares, o movimento de reforma educacional, nas décadas de 20 e 30, buscou ampliar o acesso à educação e adaptá-la às necessidades do desenvolvimento econômico e social do país. Segundo Frigotto (2005), a direção que assume a relação trabalho e educação nos processos formativos não é inocente. Traz a marca dos embates que se efetivam no âmbito do conjunto das relações sociais. Trata-se de uma relação que é parte da luta hegemônica entre capital e trabalho.

Na contramão do sistema econômico pautado na acumulação de riqueza e aproximação entre pobreza e informalidade (Santos, 2010, p. 133) e exploração do trabalho, foram (re)criadas estratégias de trabalho e sobrevivência, especialmente no contexto da economia solidária. Iniciativas que surgiram, ao longo da década de 80, como alternativas ao modelo tradicional de organização do trabalho, promovendo formas mais colaborativas e sustentáveis de produção e consumo, através de associações, cooperativas, grupos produtivos, dentre outros. Segundo Tiriba (2008, p. 81),

> [...] está relacionada ao associativismo, entendido como um conjunto de práticas sociais informais ou instituídas desenvolvidas por grupos que se organizam em torno dos ideais e objetivos que compartilham. [...] o associativismo caracteriza-se pela construção de laços sociais calcados na confiança, cooperação e reciprocidade, o que confere aos seus membros o sentimento de pertencimento ao grupo. Quanto à produção associada, ela pode ser entendida de duas maneiras, não necessariamente excludentes: quer como trabalho associativo ou processo em que os trabalhadores se associam na produção de bens e serviços, quer como a unidade econômica básica da “sociedade dos produtores livres associados”.

As experiências de povos e comunidades tradicionais com a produção estão embuídas de uma visão contendo pluralidade de práticas, inovações no fazer, saberes e experimentos que garantem sustentabilidade e identidade cultural. A prática nesses ambientes contribuem para a formação de saberes e conhecimentos, que são vinculados ao processo de educação contínua. Para Edson Caetano (2018), além de contribuir com uma crítica ao modo de produção capitalista

e as mazelas decorrentes do mesmo, a produção e os saberes desse outro modo de organização do trabalho "[...] reforçam o sentimento de pertencimento ao grupo [...]" (Caetano at el. , 2018, p. 03). Esta produção e este pertencimento ao grupo, traz à tona o olhar para as características desses segmentos que é a manutenção do modo de vida, fatores como reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica (Decreto 6040/2007) não estão vinculadas diretamente aos rendimentos financeiros. É a partir dessa lógica que surge o Etnodesenvolvimento, que se torna um alicerce de um desenvolvimento que respeita os valores, relação com os territórios tradicionais e projetos viáveis com recursos reais, utilizando-se de capital social e tecnologias sociais já vivenciadas pelos segmentos de forma histórica e coletiva.

2.3. A experiência da ACBANTU e o fortalecimento da Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu

A Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu é formada por vários núcleos produtivos constituídos por povos de terreiros, quilombos e comunidades negras rurais, vinculada a uma rede de núcleos produtivos. Nossas histórias se entrecruzam por eu ser uma mulher negra de candomblé da nação Angola e pelo acesso que tive ao território que direciona o processo de investigação neste mestrado. Percebo na experiência da pesquisa o grande potencial produtivo que o grupo que compõe a cooperativa tem, e elementos baseados nos patrimônios imateriais e materiais, resguardados de forma a assegurar a ocupação territorial e a utilização dos recursos naturais locais, do capital social de cada pessoa e do coletivo como um todo, além de possuírem expressões culturais próprias e conhecimentos herdados de ancestrais, ligados às atividades produtivas, seja na roça, na produção manual de quitutes, roupas ou artesanatos.

A Cooperativa Kitaanda Bantu teve sua sede localizada no município de Cachoeira, no Território de Identidade Recôncavo, mas foi desativada após o período pandêmico. O Recôncavo Baiano, considerando a divisão espacial, área geográfica que fica ao redor da Baía de Todos os Santos, possui 576,6 mil habitantes (IBGE, 2010), atualmente composto por 20 (vinte) municípios. O nome é fruto da parte côncava do litoral da Bahia e do formato côncavo da região.

O Recôncavo também foi núcleo regional, com papel importante no projeto de colonização do Brasil e Cachoeira já foi sede do governo duas vezes, uma vez durante as lutas pela Independência da Bahia e a segunda foi durante a Revolta da Sabinada, em 1837. Com área territorial de aproximadamente 6.500km², o Recôncavo é um dos berços da cultura

baiana e possui muitos patrimônios materiais e imateriais, que conforme o artigo 216 da Constituição Federal configura patrimônio "as formas de expressão; os modos de criar; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; além de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico".

Segundo o Mapeamento dos Espaços de Religiões de Matrizes Africanas do Recôncavo (2012), Cachoeira possui 48 (quarenta e oito) terreiros das religiões de matrizes africanas e 18 (dezoito) comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, Caonge, Dendê, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Kalemba, Caimbongo, Calolé, Imbiara, Tombo, Engenho da Vitória, Brejo do Engenho da Guaíba, Engenho da Cruz, Tabuleiro da Vitória, Engenho Novo do Vale do Iguape, São Francisco do Paraguaçu, São Tiago do Iguape, Mutecho e Acutinga.

A Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU, tem sua sede na Rua Maciel de Cima, no Pelourinho - Salvador, o qual funciona também como Ponto de Cultura, que é uma política cultural no Estado da Bahia, que visa reconhecer entidades ou coletivos culturais, que componham base social capilarizada com poder de penetração em variados territórios e comunidades, assim promove o fomento através de manutenção, dinamização, desenvolvimento e autonomia de suas atividades culturais.

A Região metropolitana de Salvador (RMS) é composta por 13 (treze) municípios, com 3.899.533 de população residente (IBGE, 2017). Esse território concentra tanto a maior receita e e de renda, quanto a maior concentração de pessoas na linha da de miséria. Embora possua cerca de 25% da população do estado, acumula mais de 40% do PIB oriundo da atividade industrial 60,7%, serviço, comércio e turismo 39,1% e agropecuária 0,2% (PTDS, 2010). Estes percentuais expressam uma invisibilidade e quase inexistência da agricultura familiar no território. Há uma presença de Comunidades Rurais, Quilombolas, Povos de Terreiros e Indígenas, Assentamentos de Reforma Agrária, além de Pescadores e Marisqueiras, Ciganos e Extrativistas, mas as políticas públicas existentes são incipientes para as demandas locais.

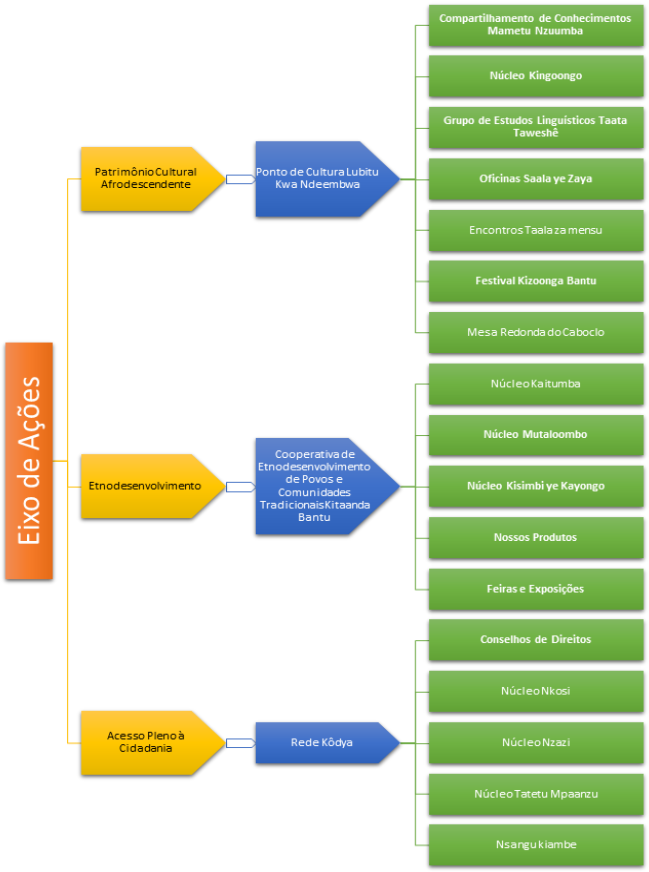
A ACBANTU em 2025, comemora 25 anos de existência e possui articulação em 17 Estados do Brasil, abrangendo cinco regiões, como Nordeste (Bahia, Ceará, Sergipe, Pernambuco, Maranhão, Piauí), Norte (Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia), Centro-Oeste (Brasília -DF e Goiás), Sudeste (Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo) e Sul (Rio Grande do Sul).

FIGURA 01 – ATUAÇÃO NACIONAL - ACBANTU

Fonte: https://share.google/images/ToybKVe7tyq8OSBKY

A entidade possui representação no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, faz parte da Rede Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, tem representação no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional na Bahia e tem representação em conselhos de outros Estados. A ACBANTU é dividida internamente em três Eixo de Ações: O Eixo Patrimônio Cultural Afrodescendente tem como principal ação o Ponto de Cultura Lubitu Kwa Ndeembwa; o Eixo Etnodesenvolvimento que tem como principal ação a Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu e o eixo Acesso Pleno à Cidadania tem como principal ação a Rede Kôdya. Todas as ações desenvolvidas atualmente pela Cooperativa Kitaanda Bantu estão vinculadas ao CNPJ da ACBANTU, pois a cooperativa ainda não regularizou a documentação.

FIGURA 02 – EIXO DE ATUAÇÃO DA ACBANTU



Fonte: https://www.acbantu.org.br/a-acbantu/

Atualmente, possui 40 (quarenta) cooperadas não formalizadas que ficam localizadas nos territórios de identidade Recôncavo e Região Metropolitana de Salvador, nos municípios de Cachoeira, Santo Amaro, São Félix, Camaçari, São Francisco do Conde e Salvador, mas os núcleos produtivos abrangem mais dois territórios, Sertão do São Francisco (Juazeiro) e Litoral Sul. Em razão da articulação nacional da ACBANTU, a Kitaanda Bantu também faz parte da Rede de Etnodesenvolvimento Kitaanda Bantu: realizada em articulação com Estados como Rio Grande do Sul e Ceará.

O público atendido pela rede é da faixa etária de 16 a 70 anos, havendo a predominância de mulheres. A Cooperativa atua com Agricultura Familiar Agroecológica e Orgânica, Gastronomia Afro, Extrativismo, Confecção, Artesanato e Formação Cultural. A partir da pesquisa realizada anteriormente, os/as empreendedores/as consideram a Cooperativa Kitaanda Bantu como uma estratégia de empreendedorismo de povos e comunidades tradicionais. No decorrer da pesquisa realizada em 2019, foi possível observar que a gestão da cooperativa utilizava estratégia de formação continuada e o processo de ensino e aprendizagem com o compartilhamento de conhecimentos entre os participantes e interação com técnicos

contratados ou de entidades parceiras. Os conteúdos que já foram abordados nas formações dos membros foram:

QUADRO 2 - Formações realizadas

Atividades	**Público atendido**
Oficinas sobre os patrimônios culturais das comunidades	Cooperadas, associados/as a ACBANTU e público externo
Oficinas sobre o Patrimônio Cultural Linguístico Bantu	Cooperadas, associados/as a ACBANTU e público externo
Oficinas com foco em gestão administrativa e financeira	Cooperadas, associados/as a ACBANTU e público externo
Oficinas com foco em gestão comercial	Cooperadas, associados/as a ACBANTU e público externo
Oficinas com foco em gestão estratégica e sustentabilidade	Cooperadas, associados/as a ACBANTU e público externo
Intercâmbios culturais e troca de experiências	Cooperadas, associados/as a ACBANTU e público externo
Eco intercâmbios	Cooperadas, associados/as a ACBANTU e público externo
Oficinas de saberes e fazeres tradicionais: bordado, culinária, artesanato, plantas medicinais, habilidades tradicionais	Cooperadas, associados/as a ACBANTU e público externo
Oficinas sobre finanças solidárias	Cooperadas, associados/as a ACBANTU e público externo

Fonte: Elaboração Própria (2024)

A Cooperativa realizava grandes esforços para sua manutenção, produção e comercialização de produtos, mas a sistematização dos aprendizados adquiridos pelos membros da Kitaanda Bantu ainda não ocorria e o cenário pós pandemia mudou muito em razão da desarticulação da sede. No período da pandemia, o foco foi o cuidado com as pessoas, através

da articulação da ACBANTU com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPROMI, do governo do Estado da Bahia, que proporcionou a doação de máscaras e kits de cestas básicas para as comunidades, com a preocupação de assegurar a segurança alimentar e nutricional destas.

E no período de transição, houve a execução de editais pela ACBANTU, que tem como beneficiários/as a rede articulada da cooperativa, como: encontros Tala za mensu (expressão no idioma Kikongo que significa: Olhe nos Olhos), com povos tupinambás da Bahia e povos de terreiro: tendo como base a partilha de conhecimentos e experiências entre os participantes com a assessoria técnico-política de Mestras e Mestres de Saberes e Fazeres Tradicionais; Projeto NGeemba: Agroecologia PAIS, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional CAR/SDR e Secretaria de Igualdade Racial do Estado da Bahia (SEPROMI), atualmente titulada de Secretaria de Igualdade Racial e Povos e Comunidades Tradicionais, no âmbito do Programa Bahia Produtiva que prevê a implantação de 20 sistemas de produção agroecológica integrada e sustentável – PAIS em povos de terreiro e comunidades quilombolas dos municípios de Santo Amaro, Cachoeira, Muritiba, Cruz das Almas e São Félix.

Em 2022 implementou o Projeto Ntoto Sociobiodiversidade e Etnodesenvolvimento - Oficinas de Plantas Medicinais e Fitoterápicas nos municípios de São Francisco do Conde, Cachoeira e Santo Amaro em parceria com Mestra Lucely Pio, da comunidade quilombola de Cedro, localizada em Mineiros (GO) que realizou uma oficina com troca de experiências de conhecimentos etnobotânicos da comunidade quilombola de Goiás, e as importantes ações de geração de renda e trabalho desenvolvidas no Centro Comunitário de Plantas Medicinais do Cerrado e neste projeto foram realizadas também oficina de confecção de máscaras em tecido, com Adelina Lemos, artesã e professora de corte e costura. Houve a Oficina Agroecológica com a Dra. Naiara Célida da UFRB e junto com a oficina teve a entrega de sementes para as beneficiárias das comunidades; Projeto Kuna Luindulu Etu - em nossas memórias financiado pela Carrefour, através do Edital “Juntos para Transformar” com o objetivo de fortalecer estratégias de Promoção das Políticas de Igualdade Racial.

No Programa de Extensão Musakala: Diálogos Ancestrais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), foram realizados Ciclos de Seminários sobre Saberes e Fazeres e foi possível aprimorar a utilização de ferramentas da cultura digital e enfrentar a COVID-19, garantir à associação o acesso ao crédito do Fundo Emergencial da Covid-19 e por meio da assessoria de negócios; o edital da Conexsus que em conjunto com a cooperativa garantiu a manutenção de renda aos associados que tiveram suas práticas comerciais interrompidas

durante a pandemia, além de promover e planejar os caminhos para a retomada, no qual foi possível sistematizar o Estatuto da Cooperativa Kitaanda Bantu.

Na pesquisa realizada anteriormente, como cooperadas da Região Metropolitana de Salvador e Recôncavo, a perspectiva da Cooperativa para o ano de 2020 era a finalização da formalização da cooperativa e sua entrada em redes e fóruns específicos; apoiar as mulheres participantes com oficinas envolvendo temáticas específicas e autoestima; acessar programas de crédito para agricultura familiar, editais de economia solidária; fortalecer a dinâmica de produção bem como a inserção dos produtos em outros estados; conquistar alvarás e licenças para a comercialização de produtos para os quais são exigidos; acessar o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e outros programas de compras institucionais.

Não foram realizadas todas as expectativas por conta de fatores macro e micro ambientais, relacionados a fraquezas internas e ameaças do mercado. Mesmo com as dificuldades existentes, conquistaram o Prêmio Fundação BB de Tecnologia Social, que tem o objetivo de identificar, certificar, premiar e difundir tecnologias sociais aplicadas por instituições legalmente constituidas, de direito público ou privado sem finalidades lucrativas no Brasil.

O Prêmio adquirido reconhece os anos de ações e projetos implantados pela ACBANTU com as articulações dos Eixos de Ações que desenvolve, e dentro dessas atividades tiveram a participação em Feiras Internacionais através de Editais: Quiosque Brasil Orgânico e Sustentável promovido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário durante a Copa do Mundo em 2014; Feira dos Povos e Biodiversidade Brasil – Olimpíadas Rio 2016 promovido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza; Feira do X Congresso Latino Americano realizado em Brasília em 2017; Feira Nacional dos Guardiões da Agrobiodiversidade realizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social em Novembro de 2018 no Ceará; Festival Literário Internacional de Cachoeira/BA - FLICA: 2016 a 2018; Feira Internacional da Agropecuária - FENAGRO: 2015 a 2017; realização da Feira Estadual Agroecológica e de Economia Solidária "Sala ia Njila": Novembro de 2018 em colaboração com a Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial da Bahia. E também a implementação de Tecnologias Sociais em 2005 alcançando: 07 Núcleos produtivos de Gastronomia Afro Baiana implantados; 03 Núcleos produtivos de agricultura agroecológica implantados; 02 Núcleos produtivos de formação e produção de artesanato implantados; 01 Rede de comercialização implantada formada por 30 Núcleos produtivos mapeados em Novembro de 2018; 01 Prêmio de Economia Criativa recebido pelo Ministério da Cultura em

2012; Selo de Identificação de Produtos da Agricultura Familiar - SIPAF: DOU 10/12/13 - Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Em 2024, a ACBANTU conseguiu representação no Comitê Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais do CONDRAF-MDA, criado a partir da Resolução nº 12, de 23 de Julho de 2024, e uma das atribuições é propor, articular e acompanhar as ações voltadas para a promoção do etnodesenvolvimento, da inclusão produtiva, da sociobiodiversidade e do bem viver dos Povos e Comunidades Tradicionais em áreas rurais, periurbanas e urbanas.

As últimas experiências realizadas, no âmbito de comercialização coletiva no ano de 2024, foram a participação na primeira feira de âmbito nacional em Belém do Pará, em parceria com Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, e também ocorreu a participação na feira da Festa de Nossa Senhora da Boa Morte 2024. No entanto, importa reforçar que os componentes dos núcleos produtivos de artesanato e de agricultura familiar realizam suas comercializações, mesmo não estando articulados em edital de comercialização, via Associação. No âmbito do movimento prático e construções coletivas, as instituições com o perfil da ACBANTU traçam seus passos compartilhando possibilidades de autonomia, driblando o cenário do modelo de acúmulo de riquezas, com controle dos sistemas produtivos que fortalecem a propriedade privada e a estrutura estatal. Um dos caminhos para transformação e perpetuação de saberes tradicionais e manutenção das tecnologias sociais dos povos e comunidades tradicionais é a educação popular enfatizando as experiências de povos negros e as contribuições dos conhecimentos ancestrais transmitidos por gerações.

2.4 Conceitos e tessituras dos saberes

A proposta da cooperativa valoriza a troca de saberes, a diversidade de produção e uma técnica coletiva, mais eficiente com base no cultivo utilizando saberes tradicionais das pessoas envolvidas, preservação da cultura e do meio ambiente. Fortalecendo ainda mais a inclusão social e econômica, com a lógica de relação com trabalho digno e geração de renda coletiva, envolvendo as comunidades.

Diante desse contexto, é importante ressaltar a importância da educação popular. Que na perspectiva de Freire (2006) é feita com o povo, com os oprimidos ou com as classes populares, a partir de uma determinada concepção de educação: a educação libertadora, que é ao mesmo tempo gnoseológica, política, ética e estética. Os saberes tradicionais representados nestas práticas de educação são essenciais para gerar impactos sociais a médio e longo prazo para os sujeitos envolvidos nesta pesquisa. De acordo com Diegues (2000) os saberes

tradicionais se caracterizam como conjunto de informações, conhecimentos e práticas oriundos de grupos sociais e comunitários transmitidos por gerações e representados por meio de valores, técnicas, costumes e experiências vivenciados na práxis social.

Os saberes e práticas que envolvem valores, técnicas e costumes são repletos de características próprias, que mesmo com os silenciamentos almejados pela colonização, a África fez-se presente em toda parte, na vida cotidiana e costumes das senzalas, nas línguas, nas práticas religiosas, na vida espiritual, nas artes e artesanato, nas músicas e ritmos da sociedade escravista e pós-emancipada (Hall, 1996, p. 72). E essa realidade se faz presente hoje tendo como realidades vivas a atuação da ACBANTU e Kitaanda Bantu, que desenvolvem projetos e ações tecendo os saberes e promovendo fortalecimento da identidade cultural desses povos. Mesmo sabendo que essa identidade sofre influências. Hall (2004) afirma que em "virtude da globalização, diversos deslocamentos ocorreram no interior das identidades culturais nacionais, promovendo o foco para identidades locais e regionais, assim como um hibridismo das culturas originado pela migração dos povos".

O Brasil e a Bahia possuem uma diversidade étnica enriquecida de patrimônio cultural e conhecimentos tradicionais dos povos de terreiro e comunidades quilombolas, que são responsáveis pela manutenção de práticas sustentáveis e preservação de territórios tradicionais. Esse fato tem por base a cultura que envolve elementos estruturantes. Para Frigotto et al. (2005), cultura é o processo de produção de símbolos, de representações, de significados e, ao mesmo tempo, prática constituinte e constituída do/pelo tecido social.

Estes saberes da educação fora do ambiente escolar, vem sendo constituídos, pois reconhece que são práticas heterogêneas que favoreceu e fortaleceu muitos grupos informais ou formais em comunidades tradicionais e comunidades periféricas, tendo em vista a garantia de direitos sociais e de cidadania da população envolvida. Caetano (2011, p. 08) afirma que:

> Conceber a educação e os saberes numa perspectiva ampliada, ou seja, que não se restrinja ao espaço da escola, não implica desconsiderar a importância da reflexão acerca da educação formal, não se trata de estabelecer critérios valorativos entre a educação formal e a educação não formal. Trata-se isto sim, do reconhecimento da existência de espaços diversos onde os saberes podem ser construídos e dentre esses múltiplos espaços destacamos o da produção ou do trabalho [...].

No processo diaspórico em que foram acometidos os povos negros, esses múltiplos espaços foram necessários para o fortalecimento e para dar conta das ausências do Estado, devido à organicidade dos povos e comunidades tradicionais já abordada no capítulo anterior. E sobretudo, para além de compreender o processo de aprendizagem a partir das trocas de saberes, garantir a circulação de conhecimentos para as futuras gerações. Os estudos que

envolvem experiências de países africanos, como Moçambique, que possuem movimentos de educação popular promovidos por organizações internacionais e alicerçadas por políticas de educação do Estado para sujeitos jovens e adultos. Essas instituições não formais são denominadas de Comunidades de Aprendizagem, sendo instituições não formais de ensino e aprendizagem, mas que são encarregadas de desenvolver ações voltadas para a formação e desenvolvimento de saberes, em espaços não escolares, com ênfase nas práticas de cidadania entre crianças, jovens e adultos (Ferreira; Rubim, 2019, p. 266).

Em minha trajetória como educadora popular no Programa Agenda 21 da Petrobras[2], a docência reacendeu em minha vida, e, com isso, pude ministrar oficinas para Jovens e Adultos das comunidades de cerca de doze municípios na Bahia. A vivência nas comunidades me proporcionou ter um olhar para os saberes populares de forma mais sensível e estratégica. Esta experiência me proporcionou vários momentos singulares, dentre eles, devido à ausência da luz elétrica, tive o privilégio de ministrar uma aula embaixo do pé de Iroko, que é um orixá representado pela árvore sagrada (Mãe Stella de Oxóssi, 2019), cultuado nos terreiros da nação Angola como o Nkisi Tempo ou Kitembo. E as trocas que ocorreram no Terreiro Caxuté, na comunidade Cajaíba no município de Valença foram conduzidas por mim e pelos estudantes da oficina, utilizando a experiência de vivências do terreiro e conteúdos da oficina de projetos que atendessem demandas das comunidades locais. Foi uma das melhores aulas, na qual Mam'etu Kafurengá ou Mãe Bárbara, a mãe de santo da casa, abriu oespaço sagrado, que também é um espaço de socialização de saberes. Sigo me retroalimentando dos aprendizados dentro do percurso de processo formativo nos ambientes que adentro com meu Orí (cabeça).

Neste percurso, retroalimentado pela ancestralidade, encontro no Congresso de Pesquisadores Negros - COPENE 2023 (Maceió), o autor Tássio Ferreira que é escritor do livro "Pedagogia da Circularidade - Ensinagens de Terreiro", o qual além de doutor em Artes Cênicas (PPGAC/UFBA) é também educador e Tata Dya Nkisi do Unzo ia Kisimbi ria Maza Nzambi, e soube perfeitamente trazer encantamentos em sua escrita. Ele afirma que o sistema de aprendizado nas comunidades tradicionais "ensina-se porque se vive, porque é da necessidade das comunidades tradicionais afrodiaspóricas trocar experiências" (Ferreira, 2021, p. 92). Assim como relata no seu livro, observo e sinto esse movimento acontecendo dentro do terreiro

[2] Agenda 21 é um documento elaborado coletivamente e serve como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, que concilia proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. O Programa Agenda 21 na Bahia executado pela empresa Integratio Mediação Social e Sustentabilidade em 2014-2016 foi realizado nos municípios de Araças, Pojuca, Esplanada, Sátiro Dias, Entre Rios, Alagoinhas, Jaguaripe, Valença, Cardeal da Silva, Inhambupe, Mata de São João, São Francisco do Conde, Simões Filho, Dias D'Ávila, Camaçari, Candeias, Maraú, Itacaré e Maragogipe.

que frequento, Unzo Roxe Lê Junsara, de nação Angola, liderado pela Mam'etu de Nkisi Delecongo. Durante as tessituras enquanto pesquisadora observo este outro ambiente não escolar, que é o terreiro, o qual é um espaço rico de trocas afetivas e aprendizados ancestrais, somado a isso, alicerçada por Abdias Nascimento reafirmo que o terreiro é lugar da liberdade e dignidade (Nascimento, 2013, p. 04). Além disso, Ferreira (2021, p. 57) diz

> O Terreiro é escola, em seu sentido mais ampliado, que possibilita o pertencimento, a autonomia e protagonismo para as pessoas de axé. Eu convivi e convivo com mulheres que a partir do axé criaram sua independência financeira, seja costurando para santo, seja vendendo acarajé, seja fazendo parametas para Nkisi, ou até mesmo sobrevivendo através de consultas espirituais, trabalhos, limpezas, etc. O Terreiro antepara uma formação "não diplomizada", que garante, do ponto de vista da sociedade geral, profissionalização, escolarização, produção de pesquisa e conhecimento que circula.

E esta realidade pude analisar ao apreender e experimentar a prática junto com os sujeitos desta pesquisa. As circunstâncias de fazer esse diálogo entre a Universidade, o ambiente escolar e as ensinagens afrocentradas são indispensáveis para uma prática pedagógica antirracista, comprometida com a percepção de formação de professores que englobe conteúdos afrodiásporicos valorizando a identidade cultural e diversidade étnica.

No decorrer dos estudos realizados nesta dissertação, fomos encontrando caminhos e águas que revelam possibilidades de conexão das tessituras dos saberes fora do ambiente escolar. Autores como Maria da Glória Gohn (2005), Moacir Gadotti (2005), Violeta Núñez Pérez (2003), Carlos Rodrigues Brandão (2002), Jaume Trilla (2008) alicerçam esses estudos, mas a educação fora do mundo da escola precisa conjecturar uma pedagogia de libertação e de superação da colonialidade. E, além disso, necessita do sustentáculo de reconhecimento dos saberes tradicionais e implementação de políticas públicas enfrentando as formas opressoras e antidialógicas que cerceiam a educação, envolvendo dimensões de âmbito políticos, éticos, sociais, econômicos. O campo empírico e epistemológico está fértil de possibilidades e essas pesquisas em educação, principalmente em Mestrados Profissionais, conjectura mudanças. A produção de conhecimento legitima, em ambientes democráticos, esforços para constituir diálogos viáveis com o Poder Público.

2.5 Políticas públicas de educação dos povos e comunidades tradicionais

A colonização do Brasil teve início em 1530 e foi consequência do processo da expansão marítima europeia. A estratégia utilizada pelos europeus teve como principais especificidades a exploração do território, mão-de-obra escrava (indígena e africana) e apropriação de terras indígenas. Segundo Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (2018), a escravidão

mercantil africana do período moderno foi um sistema que se enraizou cruelmente na história brasileira, e que produziram marcas profundas no nosso cotidiano.

No Brasil contemporâneo, existe uma grande diversidade étnico-racial, e por reconhecer esta diversidade, o Governo Federal instituiu, através do Decreto 6.040/2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. A partir desta, reconhece formalmente a existência dos povos e comunidades tradicionais, conforme preconiza o inciso I do artigo 3º, do referido Decreto, definindo-os enquanto:

> [...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Diante disso, faz-se necessário, o reconhecimento da contribuição desses povos e comunidades na construção do Brasil e a valorização da ancestralidade que estabelece vínculos identitários entre o continente africano e o Brasil. Os territórios tradicionais desses povos são ricos em transmissão de saberes tradicionais não formais que proporcionam a garantia da reprodução da organização social, que permitem a preservação do patrimônio cultural e desta forma promove a sustentabilidade desses povos. Esta educação não formal constitui um "conjunto de processos, meios, instituições, específica e diferencialmente desenhada em função de explícitos objetivos de formação e instrução que não estão dirigidos à concessão de grau, próprio do sistema educativo formal", de acordo com Jaume Trilla (1993, p. 30).

A educação é uma ferramenta de transformação, pois proporciona uma mudança de realidade, pela retomada e preservação de referenciais das memórias individuais e coletivas. Este projeto surge da atuação enquanto pesquisadora negra da área de educação e vivência na implementação de políticas públicas. Deste lugar avalio que estudos na Educação não formal entrelaçados às práticas de educação popular e saberes tradicionais apontam perspectivas de formulação e monitoramento de políticas públicas, além de contribuir para propostas práticas a partir das vivências no lócus da pesquisa, considerando a interdisciplinaridade do estudo e o protagonismo dos sujeitos integrantes do campo proposto para esta investigação.

Reconhecendo que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se organizou a partir dos movimentos sociais, garantindo direito à educação para populações historicamente excluídas,autores como Gadotti (2011) e Arroyo (2007) reforçam as políticas que promovam a EJA contextualizando a educação não formal, na perspectiva de valorizar os aspectos culturais e históricos dos sujeitos no processo educativo.

Segundo Natorp (1913), a educação do indivíduo está condicionada socialmente às condições da cultura e da vida, quando ele traz essa afirmação fundamenta a ideia da Pedagogia Social, abordada por Paulo Freire como a pedagogia que se caracteriza como um projeto de transformação política social, como o ato que almeja o combate à exclusão e desigualdades que afetam as classes populares. Estes conceitos são importantes para o alcance da proposta de pesquisa, que visa sistematizar uma proposta interventiva tendo como base os saberes tradicionais e educação popular das comunidades, conhecimentos técnico-científicos e experiências, propondo-se uma construção não engessada.

Diante do contexto brasileiro, há uma contradição na afirmação do artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), é reconhecido o direito à educação como direito de todos: "Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino fundamental". E apesar da recomendação no artigo citado acima, a realidade excludente que segrega a história educacional do Brasil, desde o período colonial, demanda iniciativas de estudos que possam fundamentar e sinalizar políticas educacionais que sejam mais adequadas, baseadas nas vivências dos povos do campo e de povos e comunidades tradicionais.

O histórico de ausências do Estado instituído após o período escravista, como estratégias de reparação, que ainda são medidas paliativas, visto que o cenário do Brasil é de extrema desigualdade, por isso é importante compreender que esse tema da pesquisa engloba alguns marcos políticos instituídos no âmbito federal e estadual e trarei para contextualizar o objeto de estudo proposto, através do quadro abaixo a documentação de Políticas Públicas que englobam as áreas de educação (indígena, quilombola, do campo e EJA), no âmbito das políticas públicas de povos e comunidades tradicionais, de segurança alimentar e nutricional. O critério utilizado para apresentação do quadro foi a ordem cronológica da implementação.

QUADRO 3 - Políticas Públicas

Lei/Decreto	Descritivo	Instância	Ano
Decreto nº 26, de 4 de fevereiro de 1991	Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil, o Conselho Nacional de Educação (CNE) instituiu pela primeira vez, através da Resolução CNE/CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999.	âmbito federal	1991
Lei de Diretrizes e Bases da Educação	No artigo 37, prescreve "a Educação de Jovens e Adultos sendo destinada àqueles que não tiveram acesso ou	âmbito federal	1996

Nacional (LDBEN n. 9394/96)	continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria", ou seja, reconhece a exclusão social, acentuada pela defasagem educacional.		
Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002	Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.	âmbito federal	2002
Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titularização das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, de que trata o art. 68 do ADCT.	âmbito federal	2003
Lei 10.639/2003	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática; História e Cultura Afro-Brasileira.	âmbito federal	2003
Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) é a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006	Instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).	âmbito federal	2006
Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008	Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo	âmbito federal	2008
Decreto 6.661 de 27 de maio de 2009	Implementação da Política Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (TEEs).	âmbito federal	2009
Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010	Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica, para famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único ou que tenham beneficiário do BPC.	âmbito federal	2010
Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010	Institui o Estatuto Nacional da Igualdade Racial.	âmbito federal	2010

Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010	Dispõe sobre a política de educação do campo. Mesmo com as resoluções, tivemos alguns desmontes de políticas no período de 2018 a 2024 e muitos fechamentos de escolas do campo. Um dos avanços possíveis é a implementação do Sistema Nacional de Educação pelo Congresso Nacional para fortalecimento das ações no chão das escolas e a institucionalização dos cursos de licenciaturas em Educação do Campo para aprimoramento de formação de professores.	âmbito federal	2010
Resolução CNE/CEB nº 5/2012	Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas, posteriormente, são instituidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.	âmbito federal	2012
Resolução CNE/CEB nº 3, de 16 de maio de 2012)	Diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância. Mas, ainda assim há embates há embates estruturais em razão de serem estruturas federativas, que precisam da articulação de governos estaduais e municipais para a implementação, considerando vontade política, financeira e fatores geográficos e educacionais locais.	âmbito federal	2012
Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, pensada após o Plano Nacional Quilombola, mas historicamente precisou existir o Censo Escolar promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) para reconhecer as escolas quilombolas, identificá-las para que esses dados favorecessem na implementação de políticas públicas específicas. Após o marco nacional, foram instituidas as Diretrizes Estaduais e a Bahia é uma das precursoras. Muitos avanços, críticas e debates ocorreram em âmbito nacional e estadual pelas organizações como Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ, Fóruns de Educação Escolar. Quilombola, através de conferências dos conselhos nacionais e estaduais.	âmbito federal	2012
Decreto 15.634/2014	Instituiu a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que	âmbito estadual	2014

	contemplam os povos indígenas, povos de terreiro, povos ciganos, comunidades extrativistas, comunidades quilombolas, comunidades de fundo e fecho de pasto, comunidades de marisqueiras e pescadores (as) e comunidades geraizeiras. Este marco prevê a construção do Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com o objetivo de fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais e consiste no conjunto das ações de curto, médio e longo prazo para implementação dos princípios da PNPCT.		
Decreto 16.320/2015	Instituiu a Década Estadual Afrodescendente, sendo a Bahia o único estado a fazer adesão ao programa formulado pela ONU. Este decreto tem como objetivo maior, promover o respeito, proteção e cumprimento dos direitos humanos da população negra, a partir da promoção da igualdade racial e a eliminação do racismo e todas as formas de discriminação. E no final de dezembro de 2024, após a 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas, é proclamada a Segunda Década Internacional para os Afrodescendentes, os países que aderiram de imediato a decisão foram: Colômbia, Costa Rica, Jamaica, Estados Unidos e Brasil e a Bahia seguirá pactuando ações de enfrentamento ao racismo.	âmbito estadual	2015
Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016	Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.	âmbito federal	2016
Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021	Institui o Programa Alimenta Brasil, para aquisição de alimentos, que tem como finalidade ampliar o acesso à alimentação e incentivar a produção de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, povos indígenas e demais populações tradicionais.	âmbito federal	2021
Decreto, de nº11.342/2023	Retomada da Secadi outras resoluções, o MEC contratou uma consultoria especializada para contribuir com a implementação dos TEEs, a partir da consulta aos povos indígenas e apoio aos entes federados, com orçamento de	âmbito federal	2023

	R$ 7.829.000,00 por ano, previsto para a implementação (2024 - 2027).		
Resolução CNE/CP nº 1, de 16 de agosto de 2023	Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância[3] na Educação Básica e na Educação Superior e o Governo Federal autoriza a recriação da Comissão Nacional da Educação do Campo (CONEC), que é uma demonstração de retomada da participação social dentro da esfera pública, pois a comissão é composta por representações dos movimentos sociais, sindicais, entidades da sociedade civil e representantes dos governamentais.	âmbito federal	2023
Decreto nº 11.447/2023	Intitulado Programa Aquilomba Brasil: é a reestruturação do Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007, que dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola.	âmbito federal	2023
Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ)	O MEC institui um financiamento específico. Em cumprimento a uma das metas previstas na Política que é formar profissionais da educação para gestão e docência no âmbito da educação para as relações étnico-raciais (Erer) e da educação escolar quilombola (Secadi, 2024)[4], foram oferta de cursos de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola em instituições públicas de Ensino Superior com fomento direto do MEC e da CAPES.	âmbito federal	2024

Fonte: Elaborado pela própria autora, (2025).

No cenário atual, tivemos uma vantagem que foi a reativação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que foi extinta em 2019. Foi nítida a intenção de negar direitos a educação, no governo anterior, de extrema-direita, extinguindo uma Secretaria no Ministério de Educação que é responsável por

[3] Pedagogia da Alternância é uma forma de organização da educação e dos processos formativos que objetivam atender as comunidades do campo, do cerrado, dos rios, das florestas, de outros biomas e de comunidades urbanas específicas. Resolução CNE/CP Nº 1, DE 16 DE AGOSTO DE 2023.

[4] Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão.

> planejar, orientar e coordenar, em articulação com os sistemas de ensino, a implementação de políticas para a alfabetização e educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial (MEC, 2023, s/n).

A Secretaria tem realizado o Selo Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva de Educação para as Relações Étnico-Raciais que pretende reconhecer ações das redes de ensino para execução da PNEERQ; promoveu cursos de extensão em relações étnico-raciais e quilombola para professores que atuam na educação básica; realizou seminário para discutir educação intercultural indígena-quilombola antirracista; implementou Programa de bolsa-permância para as comunidades quilombolas e indígenas no Ensino Superior e aumentou o percentual de necessidades nutricionais para as escolas quilombolas atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

A retomada do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) que através da Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais implementa o Programa de Apoio e Fortalecimento ao Etnodesenvolvimento (PAFE), sendo uma iniciativa voltada para a inclusão produtiva e a sustentabilidade dos povos e comunidades tradicionais, dentre outros, que busca implementar políticas públicas que envolvem a preservação do território tradicional, a redução de pobreza, soberania alimentar e nutricional das comunidades e reparação histórica minimizando as desigualdades raciais.

A minha atuação enquanto gestora de Políticas Públicas de Promoção de Igualdade Racial na Coordenação de Povos e Comunidades Tradicionais na SEPROMI, no período de 2016 a 2023, me fez compreender a importância dos movimentos sociais e a participação popular nas decisões de governo, e os espaços legítimos como nas comissões, nos conselhos são importantes para a implementação, tanto no processo de pensar a política, como no acompanhamento e monitoramento. O fato do Estado ser um ente ainda opressor e racista, não inviabiliza que de forma concreta e fundamentada a sociedade civil reinvidique, paute e também reconheça os avanços fruto da participação popular, mesmo diante de conflito de interesses.

3. PROCESSOS EDUCATIVOS SOCIAIS - EDUCAÇÃO POPULAR: O SABER FORA DA ESCOLA E A EJA

> "Ninguém vai te dar a educação que você precisa para derrotá-los. Ninguém vai lhe ensinar sua verdadeira história, seus verdadeiros heróis, se eles sabem que esse conhecimento irá lhe libertar." Assata Shakur (1988)

O capítulo que apresentamos agora trará contextos, trazendo conceitos de uma das categorias de estudo desta dissertação que é a educação popular e as experiências da educação popular às quais a pesquisadora demonstra de vivências na caminhada da vida profissional e da pesquisa. É uma oportunidade de conectar-se com os povos e comunidades tradicionais através da leitura e de trilhar a ponte da educação popular dos povos negros, que marcou a militância na discussão sobre a Política de Educação de Jovens e Adultos, que de maneira reparatória tem legitimidade, mas é também atravessada por uma veia colonial que nos persegue por séculos.

3.1 Educação Popular no contexto do Brasil

O saber e fazer das comunidades tradicionais são ricos em elementos constituídos por vivências e acúmulos que agregam o campo da cultura, político, econômico e social. E compreender o contexto brasileiro e baiano nesta pesquisa é o que proporcionará abrir uma janela de observação sobre as pessoas que fazem história no seu dia a dia e contribuem para que o aprendizado faça sentido na dimensão palpável do conhecimento. Trazendo contribuições de Soares, Giovanetti e Gomes (2007, p. 07), quais afirmam que: "[...] a educação de jovens e adultos (EJA) é um campo carregado de complexidade que carece de definições e posicionamento claros. É um campo político, denso e carrega consigo o rico legado da educação popular."

Trazer o conceito de Educação Popular explica sobre o quanto o saber fora da escola é legítimo e historiciza uma tradição oral de séculos e manifesta-se de várias formas. Para Ki-Zerbo (1982), uma sociedade educacional de saber oral ou tradicional popular reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, da gestão dos seus saberes e das práticas e usos costumeiros, da tradição oral. Trazer referências africanas para contextualizar a oralidade é retomar o protagonismo daqueles que trazem o legado da história em suas realidades, que precisam ser resgatados no ensino dentro e fora da escola.

A realidade brasileira educacional traz traços do antropocentrismo instituído pela lógica das sociedades industriais ocidentais europeias, que muitas vezes desvaloriza a cultura do

indivíduo e desconsidera os conhecimentos dos educandos. A história do movimento de educação popular se inicia em 1945 e o termo vai ganhando força nas décadas de 50 e 60. Propondo uma relação entre igualdade social e justiça, trazendo a importância da qualidade de vida, a partir da luta e participação social. Os elementos como arte, cinema, teatro, literatura, dentre outros, utilizados pelos movimentos sociais, geram mobilização em espaços como bairros, universidades, sindicatos e coletivos. Brandão (1986, p. 26) em

> um saber da comunidade torna-se o saber das frações (classes, grupos, povos, tribos) subalternas da sociedade desigual. Em um primeiro longínquo sentido, as formas – imersas ou não em outras práticas sociais, através das quais o saber das classes populares ou das comunidades sem classes é transferido entre grupos ou pessoas, são a sua educação popular.

Para Freire (1999), educação popular é esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. E a necessidade de uma construção de consciência crítica, envolvendo conteúdos que estejam contextualizando as realidades dos educandos é o que move o processo de fazer sentido a aprendizagem para a vida. E, por isso, torna-se tão importante destacar a relevância da gênese comum da educação popular e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que surge do engajamento da alfabetização e da cultura popular, e se concretiza de forma sistematizada no início dos anos 60. Período este no qual o Sistema Paulo Freire[5], somado ao movimento de Cultura Popular desenvolveu em Recife a experiência de alfabetização de adultos eobservou que práticas tradicionais alfabetizadoras tinham carátervoltado ao aprendizado instrumental,posteriormente, esse mesmo movimento ganhou visibilidade no Rio Grande do Norte.

A mobilização dos movimentos sociais cultivou experiências no saber e fazer da educação popular fortalecendo os diversos contextos,, em favor das classes trabalhadoras rurais e urbanas. Os marcos históricos, no âmbito do Brasil, reforçam a importância dessa mobilização, a começar pela Constituição de 1934, no art. 150, que institui a responsabilidade do Estado em relação ao ensino primário, integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva, inclusive, aos adultos. A conjuntura internacional e nacional só favorecia com iniciativas da Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO) a favor do combate ao analfabetismo, e em contraponto, o crescimento econômico com a intensificação do capitalismo industrial exigia qualificação de trabalhadores e trabalhadoras.

---

[5] Sistema Paulo Freire: Metódo sem cartilha, sem professor tradicional, fazendo utilização ampla de ajudas áudio-visuais e da motivação a partir de situações existenciais dos grupos a alfabetizar, conscientizando pelo diálogo franco e informal. (MACIEL, 1963).

Em 1935, o Ministério da Educação propôs a exclusão das diferenças entre o trabalho manual, industrial e agrícola, por meio da obrigatoriedade do ensino profissional. No passar dos anos foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, com o papel de formação profissional paralelo e complementar à política estatal de preparação para o trabalho, atendendo as exigências de mercado objetivando a formação técnico-política da classe operária. Nos anos 40, começou-se a ampliar iniciativas políticas e pedagógicas para a EJA: foi regulamentado o Fundo Nacional do Ensino Primário - FNE; criou-se o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP para pesquisas e avaliações sobre o sistema de educação; ocorreu o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos - CEAA. Diante disso, é possível observar que a temática foi ganhando abrangência nacional.

Nos anos posteriores, após o Congresso de Educação de Jovens e Adultos, no Governo de Juscelino Kubitschek, surgiu a proposta de execução do Plano Nacional de Alfabetização de Jovens e Adultos, pensando em um programa Permanente de Educação de Jovens e Adultos. E após a extinção, em função do contexto de ditadura militar, cria-se o Movimento Brasileiro Alfabetizador - MOBRAL, instituído pelo decreto nº 62.455, de 22 de Março de 1968, com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos, atendendo especificamente, a serviço da ideologia política da época e fortalecendo a lógica capitalista autoritária. De acordo com Paiva (1981, p. 86), o desacerto técnico era, porém, a condição para aquilo que os representantes do regime viam como um acerto político.

As décadas de 80 e 90 foram marcadas por avanços, com a Constituição de 1988 declarando que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e afirmando que deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Além disso, houve a instituição da Nova LDB (Lei nº 9.394/96), que visibiliza a EJA. A educação é importante do ponto de vista estratégico, por ser ferramenta indispensável para possibilitar que a economia seja globalizada e mais competitiva, com isso, a formação profissional e educacional se restringe, exclusivamente, para reforçar discursos de grupos hegemônicos, buscando o almejado desenvolvimento do Brasil.

Esse sistema educacional vivenciado pelas classes populares, geram reivindicações populares, principalmente, em razão da concepção de que educação é direito e essas lutas por igualdade de direitos são legítimas, tendo em vista essas marcas que reforçam prejuízos às comunidades. Destaco Capucho (2012, p. 26)

> A difícil conciliação entre o proclamado e o efetivado revela a impossibilidade de conciliação entre a igualdade formal defendida pela democracia liberal e a desigualdade real engendrada pela divisão de classe advinda do capitalismo, pois os direitos sociais, dentre eles o direito à educação exige a redistribuição de bens, serviços e rendas na sociedade.

Os movimentos sociais no Brasil, realizaram e realizam ações voltadas para a educação de jovens e adultos, discutindo que esse modelo ofertado pelo Poder Público distancia as demandas das classes operárias e populares, pois o histórico trazido anteriormente, aborda a imbricação das pautas correlatas entre educação popular, alfabetização e educação de Jovens e Adultos, mas, contraditoriamente, foge ao modelo padronizado pelo sistema formal. O processo de ensino e aprendizagem para EJA exige reflexão, ação educativa e realidade concreta, que envolvam o educando e não uma lógica heterogênea, fragmentada e descontinuada. Segundo Gadotti (2011, p. 37)

> Um dos princípios originários da educação popular tem sido a criação de uma nova epistemologia baseada no profundo respeito pelo senso comum que trazem os setores populares em sua prática cotidiana, problematizando esse senso comum, tratando de descobrir a teoria presente na prática popular, teoria não conhecida pelo povo [...].

As práticas cotidianas dos diversos movimentos sociais ao longo de anos, realizaram ações de oportunizar a jovens e adultos conhecimentos teóricos e práticos, que não se limitasse somente ao contexto escolar, proporcionando transformações sociais e as novas perspectivas emancipatórias, oportunizando estes educandos, função esta, que seria papel da escola de EJA cumprir, a exemplo temos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST, Terreiros de Candomblé, Movimento de Catadores de Materiais Recicláveis, Associações de Trabalhadores Rurais, Sindicatos, dentre outros.

Na Bahia tem muitas experiências de práticas que envolvem o saber popular e potencialidades que valorizem o trabalho e que revelam a importância de aspectos relacionados à sustentabilidade dos sujeitos e econômica. Tive a oportunidade de conhecer muitas experiências de educação popular no interior da Bahia, acompanhando e co-coordenando durante seis anos as reuniões da Comissão, e depois Conselho Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais - CESPCT, realizando intercâmbios em comunidades tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto, quilombolas, pescadores/as, marisqueiras/os, extrativistas e povos de terreiro e indígenas.

Uma experiência exitosa é a Escola Técnica em Agroecologia Luana Carvalho, implementada no município de Ituberá, território Baixo Sul, no Assentamento Joseney Hipólito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. A escola atualmente recebe o nome

da professora Luana dos Santos Carvalho, em homenagem a essa importantíssima liderança.Sendo ela uma jovem negra que nasceu na comunidade, filha de agricultor, que após a formar no magistério, passou a realizar formação e coordenou a educação nas escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Baixo Sul. A escola agrícola atua com o amparo legal do Decreto 7.392, de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo, contextualização do conhecimento ao lugar e segmento social ao qual pertencem os estudantes da escola.

Observei que os jovens estão muito envolvidos nas ações da escola e também nas ações da comunidade, muitos projetos são realizados coletivamente entre a gestão da escola e a Associação. As ações realizadas são: Curso Técnico em Agroecologia, uma parceria do MST com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia - SEC; Seminário Estadual de Saúde Popular e Agroecologia; Projeto Tecnologias Sociais da nossa escola, com realização de oficinas e concurso de poesia e desenho; aulas práticas de agroecologia; realização do Curso Nacional de Pedagogia do Movimento; implementação do Sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), financiado pela Secretaria de Educação do Estado (SEC) e Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR); curso de Apicultura da regional Baixo Sul; criação de um laboratório da escola em parceria com o Coletivo de Saúde Popular Holística realizando produção de produtos agroecológicos a partir de extratos de plantas medicinais, como: barbatimão, aroeira, cravo, citronela, dentre outros e os produtos são comercializados em feiras locais, nacionais e internacionais; Projeto Quintais Produtivos Luanas Negras em parceria com o Assentamento Lucas Dantas, com o objetivo de desenvolver os quintais produtivos para potencializar geração de renda, visibilidade cultural e organizacional, o projeto teve como produto final uma cartilha trazendo conteúdos de Promoção da Igualdade Racial.

A experiência relatada demonstra o potencial de articulação da escola, não somente no assentamento onde está localizada, mas no território do Baixo Sul como todo e para além das parcerias locais, aproveitando a implementação de políticas públicas do Estado para potencializar e buscar recursos financeiros para continuar desenvolvendo projetos que fortalecem a prática de educação popular e promoção de possibilidades de geração de renda e autonomia para as comunidades circunvizinhas.

As escolas podem se tornar um ambiente de troca, e estratégico pensando em dimensões diversas com uma proposta de emancipação e de aproximação das discussões de educação popular. Mas, observamos também diversas ações pontuais, emergenciais, descontinuadas diante das realidades em que o diálogo entre docentes e discentes mantém a historização da

educação brasileira, com intenção de domesticar o indivíduo para o mercado de trabalho. Conforme traz Mészários (2008, p. 15),

> A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista "fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes". Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes.

Esse sistema liberal, baseado na economia mercantilista, perpetua as instituições sociais, principalmente o ambiente escolar, muitas vezes priorizando a geração de lucro acima de outros valores, prevalecendo a proposta mercadológica ao bem estar-social, que não atende as necessidades dos estudantes, principalmente se avaliarmos o cenário da EJA. Por este motivo, Carneiro et al. (2008) afirma que a articulação entre trabalho, cultura e conhecimento fornece ao educador de jovens e adultos uma rica materialidade como ponto de partida de um método ativo para construir e ampliar o saber. Os ensinamentos na EJA precisa fazer sentido para os sujeitos que estudam e são produtores de conhecimentos, pois esses sujeitos em sua maioria negros e negras, 77,7% da EJA de nível fundamental e 70,7% da EJA de nível médio (conforme demonstra o Censo Escolar 2023), pois esses sujeitos lutam para superar suas condições de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, segurança, dentre outras) e que muitas vezes estas demandas colocam estes sujeitos em situação de negação em suas realidades.

3.2 A Bahia e o contexto da EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que perpassa por um olhar crítico e uma construção diferenciada de uma estrutura rígida pré-estabelecida, ou pensando uma perspectiva de adequá-la a estruturas de ensino já existentes, levando-se em conta suas especificidades. Reiterando os princípios da escola popular e democrática, defendidos por Freire (2001), que caracteriza a Educação de Jovens e Adultos como ato político e de conhecimento.

A existência de leis e decretos, o processo participativo da educação e implementação das Políticas Públicas exige de educadores e pesquisadores sensibilização, diante de um cenário de processos desarticulados em todos os níveis governamentais, baseados em movimentos pontuais, de curto prazo, que torna a implementação fragilizada, em razão de interesses de determinados grupos que estão na gestão, como trazido por Paulo Freire "uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política". Os colaboradores desta pesquisa vivem em

condições de exclusão social, necessitando de ações que promovam qualidade de vida das comunidades, fortalecimento das ações de educação e trabalho, reconhecimento e valorização dos saberes tradicionais, promoção de desenvolvimento coletivo de jovens, adultos e idosos. O Plano Nacional de Educação 2014 - 2024 traz nas metas 8, 9 e 10 trazem direcionamentos como, na Meta 8 (BRASIL, 2014, p. 67):

> Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE.

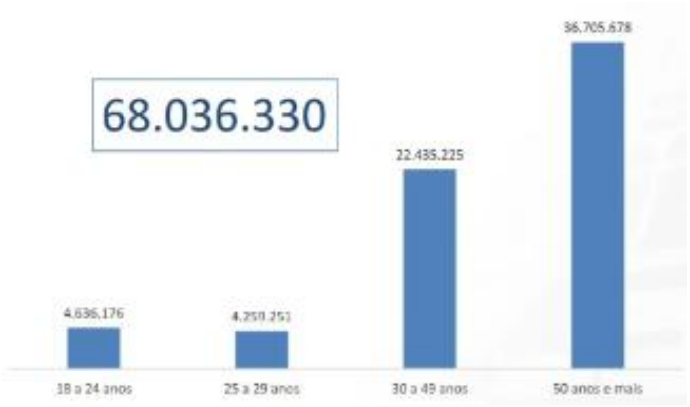
E direciona como estratégia a implementação de Programa de Educação de Jovens e Adultos para segmentos que estejam fora da escola, porém a realidade atual foi de fechamento de muitas escolas. A Meta 9 (BRASIL, 2014, p. 68):

> Elevar a taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais para noventa e três inteiros e cinco décimos por cento até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em cinquenta por cento a taxa de analfabetismo funcional.

Esta meta é identificada como um grande desafio, pois exige esforços da natureza política, envolvendo agentes sociais, como gestores públicos, docentes, comunidade e movimentos sociais. Já a meta 10 traz como proposta “oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional” (BRASIL, 2014, p. 69).

Mas, a realidade brasileira apresentada nos dados publicados pelo IBGE, coletados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) mostram que mais de 68 milhões de pessoas, com idade acima dos 18 anos, não frequentam a escola e não concluíram a educação básica (conforme gráfico abaixo). E os dados do Censo demonstram que desde 2018, as matrículas na EJA caíram 27% no Brasil, revelando redução de quase um milhão de alunos. Essa etapa atendia 3,5 milhões de estudantes e passou a ter apenas 2,5 milhões, no ano de 2023 (INEP, 2023).

FIGURA 03 – POPULAÇÃO DE 18 ANOS E MAIS QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA



Fonte: IBGE (Pnad Contínua - 2023)

Há uma mobilização de militâncias da EJA, principalmente, os Fóruns de EJA do Brasil que atuaram de forma determinante nas discussões realizadas nas conferências nacionais, tendo em vista que os direitos à educação estão instituídos na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Os Fóruns EJA na Bahia também contribuíram para a mobilização em prol da aprovação da Política Nacional de EJA, que em junho de 2024 foi assinada pelo Governo Federal e lançado o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos. O Pacto traz como finalidades: superar o analfabetismo; elevar a escolaridade; ampliar a oferta de matrículas EJA nos sistemas públicos de ensino, inclusive entre os estudantes privados de liberdade; e aumentar a oferta da EJA integrada à educação profissional.

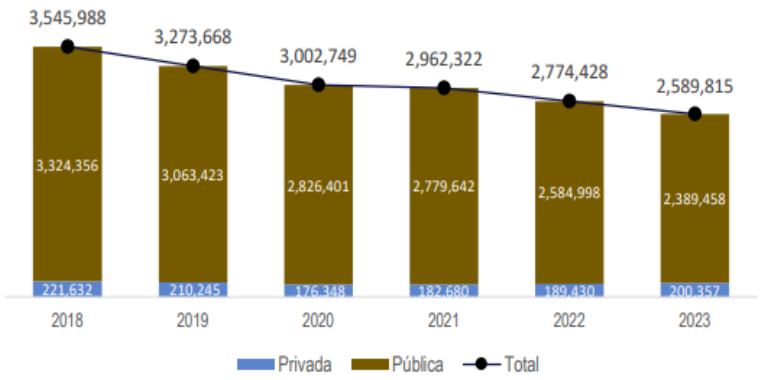
Este Pacto também cria o Programa Brasil Alfabetizado que prevê o pagamento de bolsas de mil e duzentos reais para alfabetizadores conduzirem turmas em espaços alternativos, como associações e centros comunitários e disponibilizadas 900 mil vagas em todo o território nacional, dando prioridade aos 2.786 municípios com os piores índices de analfabetismo. O MEC prevê investimento de R$ 964 milhões em quatro anos (2024 - 2027).

Das 11 propostas de resolução do Pacto, apenasuma delas traz a temática explicitada da Educação Popular “Valorização e reconhecimento da contribuição da educação popular nas ações de alfabetização.”. Nos Programas, ações e estratégias não possuem abordagem direta e explícita que traga a temática da educação popular. Ao analisar outros documentos como o “Manifesto dos educadores e educadoras, estudantes brasileiros e brasileiras: Em defesa da democracia, da vida, dos direitos sociais e da educação” do Fórum Nacional Popular de

Educação (FNPE) cita-se a educação quilombola, educação escolar indígena, mas o termo "educação popular" não é utilizado expressamente neste documento.

Há um cenário preocupante brasileiro que demonstra necessidade de atenção, pois segundo o Ministro da Educação, Camilo Santana (2024) temos mais de 68 milhões de pessoas com mais de 18 anos sem frequentar a escola e sem ter concluído a educação básica e, segundo o Censo Escolar, divulgado e realizado pelo MEC e INEP, as matrículas na EJA caíram 27% no país, em 2018, com a perda de quase um milhão de alunos, a queda do ano de 2022 para 2023 foi de 7%. O professor Luis Ferreira da UNILAB (CE) denomina esse fenômeno de redução por gotejamento (2024). Esse dado nos leva a observar que se faz necessário criar estratégias nos movimentos sociais e do Poder Público que minimizem esse cenário. Maria Clara Di Pierro, importantíssima referência para os estudos da EJA, graduada pela USP, sugere em entrevista dada na Rádio USP que "deveriam ampliar as perspectivas de mudança social, emprego, renda, justiça e cuidado e qualificar a oferta fazendo chamada pública, assegurando assistência estudantil." E além de "adequação de currículos, metodologias, organização escolar" (grifo da mesma autora).

FIGURA 04 – A EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NA EJA (2018-2023)



Fonte: MEC/INEP (Censo Escolar 2023)

Na Bahia, foi instituído o Programa de Mestrado Profissional de Educação de Jovens e Adultos, aprovado pela Resolução CONSU/Uneb e recomendado pela CAPES por meio do ofício nº 229-20/2012/CTC/CAAII/CGAA/DAV/CAPES, o objetivo do curso é a qualificação profissional de recursos humanos com capacidade científica, didático-pedagógica, técnica, política, e ética para atuar no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão na área da educação de jovens e adultos, atendendo às peculiaridades desse campo e aos novos paradigmas

educacionais para esta área. É um programa vinculado ao Departamento de Educação na UNEB, no Campus I, em Salvador, estruturado em três áreas de concentração: Educação, Trabalho e Meio Ambiente; Formação de Professores; Gestão Educacional e Novas Tecnologias.

Importante ressaltar que é o único mestrado no Brasil específico para área da EJA que tem como público-alvo professores, gestores, técnicos e profissionais que estejam vinculados às instituições públicas ou privadas. A matriz curricular do curso foi reformulada após a abertura de turmas, aprovada em 2024, a partir do CONSU de 08 de julho de 2024 constando na Resolução nº 1.655/2024, os Componentes Curriculares: EJA e Educação Popular e EJA e Educação do Campo como componentes optativos para o curso. A ementa do componente curricular EJA e Educação Popular (PPGEJA, 2024) versa sobre:

> Estudo do contexto sócio-histórico e aspectos ético-político-teóricos da educação de jovens, adultos e idosos na América Latina (LA) e no Brasil. Educação Popular em uma relação intrínseca com a Educação de Jovens e Adultos (EJA): concepções, propostas, organização curricular e práticas educativas em espaços escolares e não escolares.

A reformulação é um avanço para provocações e estudos sobre educação popular e uma oportunidade de implementação de políticas públicas de EJA que considere e traga a luz de práticas educativas visibilizando espaços não escolares e o quanto estas práticas podem contribuir para o fazer pedagógico dos sujeitos da EJA. A ementa do componente curricular EJA e Educação do Campo (PPGEJA, 2024) versa sobre:

> Discute aspectos históricos, epistemológicos e normativos da Educação do Campo. Aborda princípios, conceitos e pressupostos metodológicos inerentes à organização do ensino e da aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos (EJA) a partir da Ecologia de Saberes. Estuda práticas educativas relacionadas aos aspectos políticos, socioeconômicos e culturais dos sujeitos do campo, considerando os espaços escolares e não escolares.

Os princípios da educação do campo e da educação popular trazem ao programa aspectos socioculturais e conteúdos acadêmico-científico para geração de pesquisas e conteúdos de caráter emancipatórios, contextualizando ainda mais as realidades dos sujeitos da EJA e proporcionando aos profissionais, que adentrarem no Programa, um outro olhar para aprimorar o fazer docente, utilizando estratégias que fomentem a permanência destes estudantes no ambiente escolar.

3.3 Fortalecimento dos saberes e Educação Popular para autonomia do sujeito

> "Falarei do lugar da escrava. Do lugar dos excluídos da res(pública). Daqueles que na condição de não-cidadãos estavam destituídos do direito a educação e, em sendo esta, segundo Adorno, a possibilidade de 'produção de uma consciência verdadeira', falo também como alguém portador de uma 'consciência infeliz' ou de uma falsa consciência. Dirijo-me a ti Eu hegemônico, falando do lugar do "paradigma do Outro", consciente de que é nele que estou inscrita e que "graças" a ele em relação a mim expectativas se criaram, que mesmo tentando negá-las, elas podem se realizar posto que me encontro condicionada por uma "unidade histórica e pedagogicamente anterior" da qual eu seria uma aplicação. Uma aplicação histórica cuja consciência se renova permanentemente pela memória d'alma da escravidão herdada de minha ancestralidade [...]" (CARNEIRO, 2005)

Trazer a temática de saberes tradicionais e educação popular como centro da questão é reverberar caminhos para a autonomia do sujeito. Para Freire(1980, p. 41) o metódo que ele desenvolve traz, para nós educadores/as, a reflexão de que através do processo educativo, o sujeito conhece, entende e reflete sobre a realidade em que vive, tomando consciência de si mesmo. Nada como a própria consciência do potencial de si, para impulsionar o caminho para autonomia.

Ao pensar nos sujeitos co-participantes desta pesquisa apreendo que o processo emancipatório é contra-hegemônico, autônomo e busca uma liberdade fora dos modelos postos pelo mercado. Não podemos desvincular o fortalecimento dessas comunidades com o seu modo de vida e produção econômica, o que Marcos Arruda (2009) intitulou como "comunidades autogestionárias" como unidades de produção e reprodução da vida, ao tratar de segmentos de povos e comunidades tradicionais, principalmente de povos de terreiro, podemos elencar fatores culturais que envolvem produções artísticas, religiosas que favorecem uma constituição de liberdade e ordem (Bauman, 2012). Esses espaços de terreiro são caracterizados por uma economia atravessada por questões religiosas em seus cultos, mas também modos de produção, modos de sobrevivência e resistência.

O processo educativo e a forma de organização nestes espaços gira no sentido contrário à lógica submissa do pensar desse "sistema de desenvolvimento", Ferreira (2021, p. 78) traz em sua tese que "giraremos na direção contrária [...] quebrando o fluxo e a lógica do colonizador". E é nessa perspectiva que o fortalecimento desses saberes geram autonomia, pois são realidades e modos de vidas próprios que vinculam patrimônios materiais e imateriais. Modos esses que prezam pela relação com a natureza, a qual é diretamente interligada a cada culto sagrado e às suas práticas, com isso, há respeito com o meio ambiente, de maneira a não promover

exploração dos recursos naturais e sim de preservação. Para Brandão e Borges (2014, p. 19) sujeitos povoadores e pertencentes às chamadas comunidades tradicionais

> herdaram como uma comunidade, ou criaram e transformaram ao longo dos anos e através de gerações, sistemas apropriados ou próprios de saberes – as diferentes ciências populares – de representação da realidade e de atribuição de valores de conduta e de atribuição de identidade. Enfim, de tudo aquilo que no passar dos anos sustentou como sistemas de saber de práticas do fazer e de ética do agir, a reprodução física e social da comunidade.

Esses sistemas próprios de saberes geram perscepções próprias, integração de experiência dos mais velhos, com intenso fortalecimento da oralidade. Tudo é aprendizagem! Neste ambiente as relações de aprender e ensinar, se estabelecem, automaticamente, sem necessidade de dispositivos hierarquizantes que determine o que aprender primeiro (Ferreira, 2021, p. 91). E as experiências são somadas à cultura, aos valores e à interação com o mundo, propiciando a formação de pensamento crítico.

Espera-se que as diversas práticas de educação tenham como objetivos transformar e reconstruir modos de pensamentos, para aprimoramento, e compreendam que o espaço escolar não é o único que promove a ciência. As transformações contemporâneas contribuíram para consolidar o entendimento da educação como fenômeno multifacetado, que ocorre em muitos lugares, institucionais ou não, sob várias modalidades (Frison, 2004, p. 88).

Se faz necessário o reconhecimento das práticas de saberes tradicionais e de educação popular, não somente na esfera de compilados de experiências trazidas em escritas acadêmicas, através de diversos autores e autoras, mas também embasados por políticas públicas que reconheçam esses esforços dos fazedores, ou seja, a parte oprimida nas relações de trabalho. Como abordou Freire, que traz a educação popular como uma educação produzida pelos oprimidos, em sua multiplicidade de formas e espaços, e que visa a ruptura da domesticação, sendo assim não domesticadora, mas uma Educação como Prática da Liberdade (Freire, 2014, p. 84). E um dos caminhos é o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas[6], cujo objetivo é promover um campo comum de reflexão e orientação da prática no conjunto de iniciativas de políticas sociais que tenham origem, principalmente, na ação pública e que contemplem os diversos setores vinculados a processos educativo-formativos das políticas públicas do Governo Federal (MEC, 2014).

Ao longo dos estudos foi possível observar também que as políticas públicas se organizam, não por acaso, de maneira fragmentada, o que proporciona, neste nosso regime

[6] Documento na íntegra: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilha/MarcodeReferenciadaEducacaoPopularparaasPoliticasPublicas.pdf

democrático de direito, que o procedimento esteja escrito e instituído em forma de lei ou decreto, porém a descentralização e, muitas vezes, a ausência de vontade política torna a utópica aplicação para modificações na vida dos cidadãos e cidadãs. A partir desta reflexão referencio a liderança quilombola Nego Bispo, que aborda como novos modelos de colonização.

No seu livro "Colonização, Quilombos: modos e significações", Nego Bispo (2015) elucida que a trajetória dos povos contracolonizadores[7] transpõe qualquer texto científico ou literário. E, ao vivenciar os processos de educação nestas comunidades, podemos realmente perceber em cada fala, cada troca os diversos processos de ensino-aprendizagem pelo qual passaram. Ela é visível e palpável, materialmente, e pode ser sentida imaterialmente, tanto quando olhamos para o passado e fazemos referência aos nossos ancestrais, como hoje quando visitamos as comunidades da atualidade (Bispo, 2015, p. 38). Ele também faz um comparativo, considerando as modalidades religiosidades, manifestações culturais e trabalho entre os povos cristãos monoteístas (colonizadores), dos povos pagãos politeístas (povos e comunidades tradicionais) e aborda que as manifestações de matriz eurocristã monoteísta trabalham o coletivo de forma segmentada e as manifestações afro-pindorâmicas politeístas trabalham o indivíduo de forma integrada (Bispo, 2015, p. 42).

Houve e ainda se mantém uma estratégia de disputa de narrativas com o objetivo do apagamento e silenciamento dos saberes desses povos, e ao mesmo tempo estratégia para a utilização da mão de obra para fortalecimento dos mercados capitalistas, pois esses representam as resistências socioculturais e intelectuais. Sentem-se ameaçados pela força e sabedoria da cosmovisão politeísta na elaboração dos saberes que organizam as diversas formas de vida e de resistência dessas comunidades, expressas na sua relação com os elementos da natureza que fortalece essas populações no embate contra a colonização (Bispo, 2015, p. 65).

As comunidades estão em estado contínuo de ameaças, institucionais, físicas, territoriais, mas mesmo assim resistiram após muitos conflitos.E resistem até os dias atuais. Além disso, as relações possibilitam através da oralidade manter vivas as singularidades desses povos passando por gerações, fico extremamente contente por contribuir com este registros, e por saber de outras obras de pessoas que vieram antes e virão depois, porque por meio dos registros escritos perpetuam esses saberes.

[7] Contra colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios. (BISPO, 2013. p. 48)

3.4 A Cooperativa como espaço de preservação da identidade cultural

A Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu é uma estratégia no eixo Etnodesenvolvimento dentro da ACBANTU. Surgiu em 2004 como um espaço para divulgação de literatura negra no hall de entrada do Ponto de Cultura, no Centro Histórico de Salvador e sempre que possível as mulheres realizavam diálogos sobre a cultura bantu. O local era utilizado para exposição de livros, revistas e compartilhamento de conhecimentos. Com a ampliação das ações envolvendo a distribuição de alimentos do Fome Zero[8] e a articulação entre as comunidades que realizavam projetos de inclusão social, a ACBANTU iniciou a estratégia de captar apoio para os projetos destas comunidades com foco nas famílias em situação de insegurança alimentar. Com isso, a partir das demandas destas comunidades, criou a cooperativa para comercialização de produtos, pois observou e catalogou diversos grupos produtivos, mas que não estava articulado coletivamente para comercialização.

Em 2007, passa a ser gerida por um coletivo feminino negro composto por empreendedoras dos diversos segmentos de povos e comunicadades tradicionais: Indígenas, de Terreiros, Quilombolas, Marisqueiras e etc. O cenário em 2004 foi marcado por plenárias de segurança alimentar e nutricional realizadas pela ACBANTU com as comunidades associadas, nas quais o foco era a situação das famílias em situação de insegurança alimentar grave ou moderada e, a cooperativa foi constituída na lógica de criar uma estratégia de formação de núcleos produtivos para a produção coletiva e comercialização de produtos em rede, sendo que cada núcleo produtivo iria realizar sua produção dentro do segmento que mais se relacionava com suas potencialidades, vocações e tradições locais.

O termo Kitaanda Bantu significa Mercado do Povo em kimbundu. O kimbundu, ou língua de Angola, pertence ao grande grupo linguístico da família designada por "bantu". A cooperativa é fruto de tecnologias sociais que prezam por autonomia e inclusão econômica. Em 2019 recebeu o Prêmio de Tecnologias Sociais do BB, como reconhecimento dos anos de trabalho desenvolvidos pelas lideranças que atuam. A estrutura da cooperativa e da ACBANTU são todas estruturadas para valorizar as práticas e linguagem da cultura bantu, a partir da preservação da linguagem. Os núcleos são divididos em:

[8] Programa Nacional do Governo Federal instituido em 2003, como estratégia de articulação de políticas em vários Ministérios para erradicar a fome, instituindo quatro eixos, como: (I) acesso aos alimentos; (II) fortalecimento da agricultura familiar; (III) geração de renda; (IV) articulação, mobilização e controle social. (MDS, 2010)

- Núcleo Kaitumba (Nkisi das folhas que detém o domínio das folhas e dos remédios): hortas e pomares coletivos agroecológicos, criação de pequenos animais, produção de ovos e mel de abelhas. Acesso das famílias ao Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, feiras e exposições para comercialização de produtos;

- Núcleo Mutaloombo (Nkisi das matas, da caça e da fartura, energia que provém da aldeia): promoção de assistência técnica e extensão rural agroecológica aos agricultores familiares, extrativistas e pescadores artesanais de povos e comunidades tradicionais. Realização de pesquisa na área de plantas medicinais e fitoterápicos;

- Núcleo Kisimbi ye Kayongo (representa Nkisi de água doce e o vento): unidades de beneficiamento e cozinhas comunitárias com produção de alimentos típicos da culinária afro baiana e comercialização no Programa Nacional de Alimentação Escolar, feiras e exposições diversas.

O último núcleo está em fase de reestruturação, por conta da ausência da sede em Cachoeira, mas muitas das mulheres continuam realizando suas produções em seus núcleos. Existem algumas empreendedoras que atuam com o núcleo de produção cultural e artesanato, mas ainda está sendo constituído. No decorrer da pesquisa e reuniões com as empreendedoras observei que há um clima de desarticulação entre elas, em razão de uma ausência de recursos financeiros para a mobilização de feiras e exposições. Existem algumas parcerias estabelecidas com outras organizações, mas a falta da constituição formal têm fragilizado a atuação dos núcleos. Há uma oscilação de ações dos núcleos produtivos, em alguns momentos ativos e outros com baixa produção. Uma das parcerias realizadas é com o Projeto Núcleo Jurema, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que a partir da implantação do Projeto Jandairas - Mulheres e Saberes Tradicionais transformando a Sociobiodiversidade Nordestina está sendo implementado no terreiro Unzo Angurusena Dya Nzambi (São Francisco do Conde/Bahia) com metodologia participativa, realizando análise da FOFA (matriz que analisa Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) e Fluxograma de Produção, para fortalecer a produção agroecológica e artesanato com a fibra da bananeira.

A desarticulação institucional é fruto do projeto de colonialidade. Para Quijano (2013), “a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista”, que, neste caso da cooperativa, perpassa por racismo institucional, vinculado às ausências da estrutura do Estado, a partir da existência de mecanismos que geram desigualdades ligadas à educação escolar, à seletividade do mercado de trabalho, à pobreza, às condições de saúde/adoecimento, dentre outras (Guimarães, 2005). Mesmo existindo a implementação de Políticas Públicas, as estruturas da sociedade civil encontram dificuldades na manutenção das

instituições, apesar de ter potencial para sanar os problemas sociais identificados para os segmentos de povos e comunidades tradicionais atendidos pelos projetos.

Traremos algumas experiências formativas que demonstram a cooperativa como espaço de fortalecimento da identidade cultural destes povos. O portfólio de ações realizadas e implementadas pela ACBANTU e a Kitaanda tem muitas atividades, porém neste capítulo faremos a descrição de três, duas que já foram apresentadas em Congressos Acadêmicos com a autorização da gestão e uma delas que foi muito citada no momento da realização dos círculos reflexivos. As imagens utilizadas abaixo estão disponíveis no portfólio da associação e nas plataformas eletrônicas.

FIGURA 05 – NÚCLEO MAMETU NZUUMBA: BORDADO MANUAL AFRO

Oficina de Bordado Manual Afro Mametu Nzuumba - Pelourinho

Oficina de Bordado Manual Afro Mametu Nzuumba - Pelourinho

Fonte: Portfólio da ACBANTU.

Em 2019, a ACBANTU recebeu o apoio técnico do Programa de Fortalecimento da Produção Associada ao Turismo Cultural aos municípios da zona turística da Baía de Todos os Santos (Programa PAT BTS) e, juntamente, com o Mametu Nzuumba - Núcleo Bordado Manual Afro realizaram através do Eixo Etnodesenvolvimento (Cooperativa Kitaanda Bantu) oficinas de bordado manual afro utilizando a técnica barafunda. Os encontros foram realizados pela Makota Damuraxó Itana Neves, que desde 2008 coordenava cursos e oficinas desta técnica ancestral. A pesquisa desenvolvida por Makota Itana Neves resgatou 40 tipos de pontos tradicionais da cultura Bantu e repassou essa técnica às artesãs e artesãos. Os artesãos e artesãs que até então só produziam roupas de candomblé para os terreiros da Bahia, deram início a uma diversificação de sua produção, elaborando jogos de mesa, capa para almofadas, guardanapos e outros itens utilitários, expandindo a divulgação de sua cultura e atendendo o interesse de novos públicos e mercados. A partir das formações foram formados mais de 1.200 mulheres e 350 homens nesta arte.

A técnica de bordado barafunda foi muito utilizada por mulheres africanas escravizadas que utilizavam o próprio fio do tecido para costurar suas roupas e foi uma técnica quase esquecida. Os terreiros de candomblé começaram a resgatar esse bordado para preservar a tradição e potencializar esses saberes tradicionais em rendas.

FIGURA 06 – PROJETO NTOTO – SOCIOBIODIVERSIDADE E ETNODESENVOLVIMENTO: OFICINA DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS

Fonte: Portfólio da ACBANTU

Fonte: Portfólio da ACBANTU

Fonte: Portfólio da ACBANTU

O projeto Ntoto Sociobiodiversidade e Etnodesenvolvimento foi realizado com as mulheres da Cooperativa Kitaanda Bantu nos municípios de Cachoeira e São Francisco do Conde, com o apoio financeiro da Secretaria de Igualdade Racial do Estado da Bahia - (SEPROMI), atualmente titulada de Secretaria de Igualdade Racial e Povos e Comunidades Tradicionais, através do Edital da Década Afrodescendente em 2021. Uma das metas do projeto foi a realização das oficinas de Plantas Medicinais e Fitoterápicos que aconteceram no Terreiro

Angurusena Dya Nzambi, em São Francisco do Conde e na comunidade Belém, no município de Cachoeira. As oficinas ocorreram com o compartilhamento de conhecimentos sobre a cosmetologia natural a partir das Farmácias Vivas e o manejo das plantas fitoterápicas para preparo artesanal de medicamentos, a partir da experiência da comunidade do Cedro localizada em Mineiros (GO), facilitada pela Mestra Lucely Pio, membro da Rede Cerrado. Os conteúdos abordados foram as especificidades de cada planta e seus poderes curativos. Além da troca cultural e saberes memorados das mulheres presentes e suas vivências com as plantas, raízes e troncos, a facilitadora relatou sobre sua experiência de conhecimentos etnobotânicos da comunidade quilombola de Goiás, e as importantes ações de geração de renda e trabalho desenvolvidas no Centro Comunitário de Plantas Medicinais do Cerrado. Lucely informou que o Centro possui cerca de 100 medicamentos formulados, aprimorados a partir de centenas de anos, que fortalece, através da multiplicação de conhecimentos, 200 farmácias comunitárias e caseiras que comercializam medicamentos a baixo custo e, muitas vezes, realizam doações para as comunidades mais vulneráveis.

FIGURA 07 – PROJETO NGEEMBA - SISTEMA DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL: PAIS

Fonte: Portfólio da ACBANTU

O projeto Ngeemba: Agroecologia PAIS foi uma realização da ACBANTU, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional CAR/SDR e Secretaria de Igualdade Racial do Estado da Bahia (SEPROMI), atualmente titulada de Secretaria de Igualdade Racial e Povos e Comunidades Tradicionais, no âmbito do Programa Bahia Produtiva que prevê a implantação de 20 sistemas de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS entre

povos de terreiro e comunidades quilombolas dos municípios de Santo Amaro, Cachoeira, Muritiba, Cruz das Almas e São Félix. O projeto promoveu a efetividade da inclusão produtiva, a valorização das culturas locais, práticas de fomentar a economia local e incentivar a produção agroecológica, garantindo a segurança alimentar dessas famílias e observando a importância da relação com o trabalho e geração de renda, em prol do etnodesenvolvimento. A experiência foi importante para garantir a segurança alimentar das famílias envolvidas no território do Recôncavo e envolveu as mulheres que fazem parte da cooperativa, atuando com comercialização de fitoterápicos, plantas medicinais, hortaliças, frutas e mudas, foram realizados compartilhamentos de saberes e comercialização dos produtos provenientes do projeto para a comunidade local, além de participação de espaços de comercialização.

As vivências relatadas, anteriormente, evidenciaram estratégias formativas organizadas a partir de um processo de ensino e de aprendizagem dialógico e participativo (Freire, 2005). Os princípios de Educação Popular e Saberes fundamentados a partir do modo de vida dos povos e comunidades tradicionais proporcionou um aprendizado aberto e coletivo, que envolve conteúdos das práticas cotidianas e de conhecimentos ancestrais. Na perspectiva decolonial, práticas de emancipação em prol de um modelo de desenvolvimento sustentável viável, considerando identidade cultural, saberes tradicionais e preservação do território tradicional, constatamos que isso é o que vem ocorrendo na atuação das mulheres envolvidas nas iniciativas da cooperativa.

A perspectiva dessa pesquisa colaborativa impulsionou para a necessidade de transpor os limites institucionais e oferecer uma educação fundamentada também pela inclusão, destacando os saberes oralmente mantidos de geração em geração, problematizando e potencializando as realidades vividas que valorize o legado de povos com ensinamentos plurais que se agregam e articulam para o aprimoramento da prática educativa na Educação de Jovens e Adultos. O diálogo permanente com a gestão e os membros da cooperativa favoreceu o desenho metodólogico da pesquisa.

4. O DESENHO METODOLÓGICO COLABORATIVO

A prática docente requer sempre o movimento de se reinventar a partir de ferramentas coletadas em prol do aprimoramento e transformação do fazer pedagógico. Trabalhar a partir da colaboração implica que todos os envolvidos tenham vez e voz dentro do grupo e compartilhem de seus conhecimentos, caminhando juntos para um novo aprendizado (Ferreira, 2012). Neste capítulo, faremos a descrição do desenho metodológico inspirado na pesquisa

colaborativa. Foi um caminho coletivo e participativo no qual as pessoas envolvidas se dispuseram a colaborar ativamente.Nesta leitura você conseguirá percorrer junto, e entender a pesquisa interventiva como um potencial de aplicação que reúne a teoria e a prática, além de proporcionar um processo formativo.

4.1 O lócus da pesquisa

A pesquisa foi realizada com onze pessoas, incluindo pessoas da cooperativa e da associação. Foram sete mulheres, três homens e uma criança. O critério de seleção das pessoas foi de acordo com a disponibilidade delas, nos municípios de Cachoeira e Salvador. As/os empreendedoras/es de Salvador são negras/os de comunidades periféricas que atuam com comercialização de artesanato, licor artesanal e roupas, já as do município de Cachoeira são mulheres de terreiro, produtoras rurais, erveiras, quilombolas. Durante os dois encontros houve a participação de criança, pois uma das integrantes é mãe solteira e não tem com quem deixar o filho.

O encontro em Salvador aconteceu na sede da ACBANTU, localizada no Centro Histórico de Salvador, Rua Maciel de Cima, 17, Térreo – Pelourinho, e ocorreu na primeira sexta-feira do ano, dia 03 de janeiro de 2025. E o segundo encontro ocorreu na primeira terça-feira do ano, dia 07 de janeiro de 2025, na Fundação Casa Paulo Dias Adorno, Rua Maest Irineu Sacramento, nº 4 - Sede, Cachoeira. A Fundação foi criada em 1978 com a missão de defender os direitos sociais e valorizar a cultura afro-brasileira, em especial, dos povos de terreiro, atualmente gerenciada por Doté Marcelino, Humbono da Nação Jeje-Mahi.[9]

Cada co-participante da pesquisa, educador/a oriundos/as de comunidades periféricas, pertencentes aos segmentos de povos de terreiro, negros/as, com suas identidades, formas de expressão e conhecimentos advindos de trajetórias de luta será apresentado para que você possa conhecer algumas características. Cada pessoa que participou escolheu sua própria identificação nesta pesquisa:

Dui: Homem negro, pai solteiro, filho de Logun Edé e se afirma católico apostólico romano (fruto do sincretismo religioso). E faz parte da Irmandade dos Homens Negros do Rosário dos Pretos. É empreendedor e passou 20 anos produzindo bolsas de couro que eram vendidas internacionalmente. Atualmente, empreende no ramo da costura, comercializando roupas em linho e bordados.

[9] Jeje-Mahi é um culto de voduns que se originou na região de Maí, a noroeste de Abomei. E Doté é o título dado aos sacerdotes cujo Vodun pertence à família de Hevioso e/ou que tenha iniciado pelo menos um filho para um Vodun desta família.

Flor da Memória: Mãe solo, empreendedora no ramo de moda e costura, tem uma marca própria. É Iaô do Terreiro Ilê Kodedê, em Cachoeira. Já fez parte de outros coletivos voltados para a produção feitas por mulheres negras. Afirma que Cachoeira é o lugar dela no mundo.

Maza mabundi: Homem negro empreendedor, criativo e que comercializa bonecas e licor produzidos por ele mesmo, que são apresentados em um carro móvel que ele mesmo idealizou e confeccionou.

Ksangi: Uma guardiã. Kota, tesoureira da ACBANTU e sabedora das artes de bainha aberta e produção artesanal afrodiásporica.

Hayalla: Bisneta de costureira, neta de costureira e filha de costureira. Costura há anos e já costurou para o Olodum, Didá e outros blocos afros. Coordena a Kitaanda Bantu. Filha de Iansã com Oxumarê, afirma que suas velas nunca ficam apagadas e os banhos nunca deixam de percorrer seu corpo.

Saputi: Artista que produz Orixás feitos à mão e faz vestidos com tecido cru. Afirma que na sua produção cada Orixá que escolhe a roupa que vai vestir, ela apenas corta os tecidos e vai compondo as vestimentas e as ferramentas que são feitas com material reciclado, como latas. Tem um sonho: morar em Cachoeira.

Morango: Ekedi da Casa de Obá Negun, primeira filha da Casa, em Amado Bahia, distrito de Mata de São João. Moradora da comunidade Belém, em Cachoeira. Coordenadora de agricultura familiar da ACBANTU. O projeto dela é plantar para colher e resiste tentando convencer outras mulheres acerca do cultivo das próprias terras na comunidade.

Zuri: Desenvolve trabalhos de agroecologia com crianças e adultos nas comunidades. É formada em Zootecnia, acompanha o Projeto Ngeemba e representa a ACBANTU no Comitê Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais do CONDRAF-MDA.

Okademin: Mulher negra, Ekedi do Ilê Axé Ibá Balé Caxulé, extrativista, erveira, agricultora familiar. Se identifica como etnoempreendedora.

Lubitu: Taata Lubitu do Terreiro Unzó Kwa Mpaanzu, presidente da ACBANTU, atua como membro do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e tem experiência em Patrimônio Linguístico da Cultura Bantu.

Os círculos reflexivos foram marcados com uma abertura saudando a ancestralidade, ao Nkissi do dia e com a oração do Pai Nosso. O círculo em Salvador foi marcado pelo reencontro de 2025 e cada pessoa se deslocou para a sede da associação. Para o círculo de Cachoeira foi alugada um carro Doblô, para que todos fossem de Salvador para Cachoeira pela BR 324. E o

caminho foi marcado por dialógos formativos sobre assuntos pessoais, e observei muito o potencial de ensinamento de cada fala. A chegada em Cachoeira já é marcada pela forte energia da ancestralidade, por ter sido um território de luta pela independência da Bahia e a cada esquina ser possível identificar elementos culturais de histórias de muitas pessoas que passaram e vivenciam a realidade do Recôncavo. O círculo reflexivo realizado no município, foi uma oportunidade de conexão entre as integrantes da Região Metropolitana de Salvador, que produzem mais artesanato e costura com as integrantes do Recôncavo, responsáveis pelo cultivo da terra, através da atuação com agricultura familiar.

Foi observado em diversos momentos que a própria Cooperativa e a Associação possuem muitas ações e atividades desenvolvidas, mas não possuem a sistematização de todas as ações. A oportunidade da realização da pesquisa trouxe essa reflexão coletiva da necessidade de retomar algumas atividades que estavam no âmbito da memória das pessoas. O círculo reflexivo também serviu como uma oportunidade para desfrutarmos a experiência de caminhar nas ruas de Cachoeira e experimentar a gastronomia local afrobrasileira, bem comofortalecer o comércio local.

O diálogo contínuo com as/os empreendedoras/es foi importante para a constituição da pesquisa com a realização de círculos reflexivos. Após a primeira reunião com a gestão e lideranças, foi relatada a dificuldade de comercialização no Ponto de Cultura em Salvador, por uma questão estrutural com o espaço físico. E a ACBANTU está buscando outro espaço no Centro Histórico, pois possuem barracas de comercialização novas, que foram disponibilizadas pela SDR, porém não dispõem de espaços para comercialização.

As lideranças de Cachoeira estão envolvidas no projeto Ngeemba, que implantou o Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) em parceria com a Secretaria de Promoção de Igualdade Racial (SEPROMI) e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). Estão tentando manter a produção, mas possuem também dificuldade de escoamento dos produtos. Atualmente, estão consumindo e distribuindo na comunidade.

As mulheres e homens da Região Metropolitana de Salvador tem um perfil diferente das cooperadas do Recôncavo, pois atuam com comercialização diferente. Contudo, os dois núcleos possuem dificuldades de inserção dos produtos no mercado, gerenciamento administrativo, comunicação para escoamento dos produtos, equipamentos de produção e espaço para comercialização de todos os produtos e acesso a crédito para fortalecimento financeiro.

Uma das áreas que está sendo fortalecida a partir de iniciativa da juventude é o Núcleo Azuele Comunicação Jovem de Terreiro, o qual está realizando formações e aquisição de

parcerias e equipamentos para realizar a comunicação dos projetos desenvolvidos pela cooperativa e pela ACBANTU. Um dos integrantes do coletivo, participou do círculo reflexivo em Cachoeira e realizou registros, tanto audiovisuais, quanto fotográficos do momento.

4.2 A pesquisa qualitativa

A pesquisa de abordagem qualitativa é um método de investigação científica que objetiva conhecer as formas como as pessoas se relacionam com seu mundo cotidiano. A pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (Minayo, 2014).

O pensamento de uma teoria dialética de conhecimento e pensamento, focaliza no potencial criativo da cognição humana, e por sua vez busca explicar as mudanças qualitativas nas práticas humanas no decorrer do desenvolvimento da pesquisa. Na área de educação é importante o caráter subjetivo do objeto analisado pela pesquisa, fortalecendo a busca incessante de conhecer e aprimorar o processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, é preciso reconhecer a complexidade do objeto de estudo, descrevendo, comparando e/ou interpretando.

Ao se tratar de uma pesquisa de intervenção, como proposta no Mestrado Profissional de Educação de Jovens e Adultos, a proposta é que proporcione as relações entre a pesquisadora ou pesquisador, pesquisados, com um compromisso de mudança, sendo assim, os processos sociais tornam-se as fontes onde explicações e relações podem ser identificadas e aprofundadas.

A pesquisa interventiva proporciona que pesquisador e sujeitos do estudo interajam entre si, realizando a possibilidade de retorno palpável e resultados, que gerem mudanças no lócus de pesquisa e desenvolvendo um desenho real que valoriza o profissional da educação e pesquisador/a, além de oportunizar o olhar apurado da prática e teoria, impulsionando novas trajetórias de reflexão e aplicabilidade prática. Em função das discussões que focalizam o papel da linguagem na constituição do sujeito e nos processos de interação, a abordagem tem cunho sócio-histórico, o que favorece registros e mudanças de realidades.

A educação é uma ferramenta de transformação, pois proporciona uma mudança de realidade, pela retomada e preservação de referenciais das memórias individuais e coletivas. O estudo na área de educação e principalmente, com sujeitos da EJA, exige da escolha da pesquisadora a perspectiva dialógica, que a abordagem qualitativa proporciona, além de além de relacionar de forma colaborativa a compreensão de saberes, experiências, e interação na formação humana no tocante aos saberes tradicionais e às práticas de Educação Popular para sujeitos da EJA. A abordagem qualitativa proporciona a inserção dos sujeitos no contexto social

como um processo em que os procedimentos utilizados na pesquisa identificam panoramas para análise, sistematização e (re)construções.

4.3 Pesquisa colaborativa protagonizando os saberes

A pesquisa colaborativa é uma abordagem poderosa que promove a troca de ideias e a construção conjunta do conhecimento, pois ela incentiva participação e gera pertencimento, quanto maior diversidade e experiências diferentes, a análise dos dados se apresenta de forma mais rica, além do desenvolvimento de uma prática coletiva possibilita resultados de resolução de conflitos e aumenta o engajamento dos sujeitos contribuintes, pois se sentem pertencentes dentro da sistemática das etapas propostas pelo método.

A pesquisa colaborativa tem como prioridade que os pares discutam a prática docente e fomente ideias para favorecer o objeto pesquisado de forma pedagógica e interativa. Na perspectiva colaborativa, compartilham-se as decisões e todos os envolvidos são responsáveis pelo trabalho que produzem (Ibiapina, 2008).

Segundo Pereira (2019), a pesquisa prática é de intenção formativa de novas atitudes colaborativas, críticas, reflexivas e emancipatórias nos diversos atores sociais, que modificará o ambiente social, cultural, político, educacional. O fato da pesquisa colaborativa ter o envolvimento do docente, do pesquisador e do discente faz com que gere possibilidades inovadoras de resultado de pesquisa. O estudo que foi desenvolvido na cooperativa teve como natureza pesquisa de intervenção na educação e como método de investigação a Pesquisa Colaborativa, por ser método que possibilita a trabalhar com a teoria e a prática, beneficia a construção de conhecimento e reflexão crítica. A partir da pesquisa colaborativa observa-se o protagonismo da comunidade pesquisada e uma interação com a pesquisadora.

Tem como objetivo analisar as práticas sociais de educação popular e saberes tradicionais que estão estruturadas na Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu e de que forma se constituem como estratégias de fortalecimento da identidade cultural. A metodologia proposta proporciona aprendizado compartilhado, através de trocas contínuas baseadas na co-responsabilização de construção de saberes desenvolvidos de forma coletiva. Ao tratarmos de pesquisas acadêmicas que se propõe inter-relação de saberes, a estratégia Colaborativa proposta por Ibiapina (2008) é a que proporciona a prática entre os conhecimentos acadêmicos e a realidade do contexto educacional, além de ser possível análise político-pedagógica de conteúdos a partir das contribuições das vivências das pessoas envolvidas na pesquisa.

Desta forma, foram desenvolvidos círculos reflexivos visando a análise das práticas de educação popular e saberes tradicionais, tendo luz a Pesquisa Colaborativa. Cabe analisar os espaços de participação comunitária, vendo de que maneira contribuem para a implementação de ações de etnodesenvolvimento dentro da comunidade que atua, fortalecendo a organização popular através do olhar crítico sobre as questões sociais e os saberes que envolvem todo o processo formativo na Cooperativa. Para isto, fez-se necessário historicizar todo o processo de auto-gestão, objetivando compreender de que maneira a organização popular contribuiu para a construção em rede, desenvolvida por povos e comunidades tradicionais, envolvendo consciência crítica e organizativa, trabalho e geração de renda. A perspectiva do processo de formação fundamenta-se em contribuir para a emancipação das pessoas, tornando-as autônomas, autogestionárias e independentes, capazes de buscar alternativas que superem positivamente as desigualdades raciais e, consequentemente, a exclusão social, na medida em que são atendidas as dimensões sociais e individuais dos povos. Conforme Ibiapina (2008, p. 49)

> Nesse movimento interativo, os partícipes negociam sentidos, compartilham significados, questionam ideias fossilizadas, concordam ou discordam dos pontos de vistas expostos pelos companheiros, fazendo uso de descrições, informações e confrontos justificados que desencadeiam a reelaboração das práticas e a compreensão da unidade teoria-prática.

A proposta de Colaboração viabiliza modificações nos espaços educacionais em que pesquisadores e pesquisadoras compartilham, propõe mediações e reconstroem conhecimentos coletivamente. Pretende-se com esta pesquisa uma maior interação dos cooperados, com abordagem qualitativa. Realizamos coletivamente o planejamento dos círculos reflexivos com participação dos sujeitos envolvidos, através de reuniões. A sessão reflexiva é baseada na reflexão crítica, que para Liberali (2004, p. 73)

> é marcada pela descrição de ações, discussão das teorias que embasam essas ações, autocrítica e proposta de reconstrução da ação. [...] Em outras palavras, a abstração do conceito cotidiano sobre a própria prática através de sua relação com a teoria formal cria a possibilidade de transformação da ação num sentido mais amplo.

Esta reflexão crítica perpassa por quatro etapas previstas na metodologia: as ações de descrever, informar, confrontar e reconstruir. O descrever permite a visualização das ações a serem analisadas, o informar trata da explicação ou generalização das ações, o confrontar traz a avaliação e o reconstruir irá reformular as ações, promovendo novas ações (Liberali, 2004).

Na fase da descrição das práticas,os observadores/as foram motivados a descrever sobre

a práxis de educação popular e saberes tradicionais que ocorriam na Cooperativa. Na etapa de informação, a pesquisadora sistematiza as práticas observadas e as respostas às provocações que ocorreram nos círculos. Na terceira etapa, que é a do confronto, observou-se o que as práticas expressam, o que limita e o que serve de muito interesse. E na última etapa, que é a reconstrução, foram respondidas perguntas como: O que poderia ser feito de forma diferente? O que é importante na prática pedagógica? O que é necessário fazer para realizar mudanças?

De acordo com Ibiapina (2008), esse procedimento de Observação Colaborativa auxilia no processo de produção de conhecimentos e desenvolvimento profissional do professor e contribui para aproximar o processo de investigação, pesquisa e formação. Esse quadro com as quatro etapas constará no final da pesquisa, sistematizado, com direcionamento de possibilidades a partir da análise dos dados produzidos.

Conforme Ferreira (2012) e Ibiapina (2008), na pesquisa colaborativa o projeto da/o pesquisadora/o precisa estar amalgamado aos objetivos formativos do contexto, partindo das demandas em comum do grupo docente atrelado às questões que o pesquisador/a almeja responder. Através desta estratégia de pesquisa é possível a construção de um ambiente democrático protagonizado pelos pesquisados envolvidos na pesquisa, sendo permitidas manifestações e construções baseadas nas suas realidades, se propondo a transformar a própria realidade revelada. Esta ação conjunta amplia a prática, reorganiza e avalia partindo dos questionamentos que são provocados ao aplicar a metodologia. A metodologia proposta requer a realização de etapas de pesquisa:

1) Inicialmente a sensibilização dos cooperados foi realizada, assim como a apresentação da proposta de pesquisa. Já realizamos a partir de um encontro na sede da cooperativa, o planejamento de encontros dos círculos reflexivos para o desenvolvimento da técnica de produção de dados, círculos reflexivos, e o roteiro do diário de campo, instrumento utilizado para produção de dados.

2) A segunda etapa importante foi o planejamento e reflexão sobre as temáticas problematizadoras. Os temas escolhidos foram: Educação Popular, Saberes Tradicionais e Etnodesenvolvimento.

3) A terceira etapa foi a realização dos círculos reflexivos com as/os colaboradoras/es, que fizeram reflexões sobre os conhecimentos que se tem acerca dos temas problematizadores, auxiliando a análise, e a troca entre todos os participantes da pesquisa. Os temas problematizadores foram: Educação

Popular, Saberes Tradicionais e Etnodesenvolvimento. E além das categorias das pesquisas, utilizamos fotografias como dispositivo de diálogo para provocar a mediação.

4) A quarta etapa foram os registros das percepções dos sujeitos e da pesquisadora, a fim de promover levantamento dos pontos de erros e acertos durante a aplicação dos círculos reflexivos.

5) A quinta etapa foi a de reformulação de novas ações possíveis. O que se deu a partir dos registros realizados, somados à análise dos erros e acertos visualizados e registrados no diário de campo.

Segundo Viana (2003 apud Ibiapina, 2008, p. 91):

> A observação reflexiva é realizada por meio de processos cíclicos e sistemáticos de reflexão na e sobre ação. No caso da observação de espaços educativos, se constitui no Centro e no motor da ação em que observador e observado interagem na procura de caminhos que superam os dilemas da prática pedagógica.

Esta pesquisa se propôs a romper com as práticas tradicionais de investigação, pois promove um processo de conscientização dialógica, no contexto de se tratar de um ambiente não escolar que pulsa conhecimentos e saberes, sem hierarquização de poderes. Se destacando inclusive por tem como proposta o formato circular na práxis pedagógica, que tanto prezam as comunidades tradicionais, sendo assim, importa ressaltar que "o trabalho conjunto e colaborativo oferece condições de troca, de intercâmbio e de introdução de uma cultura movida por objetivos comuns de transformar o cotidiano escolar" (Ibiapina, 2008, p. 46).

As temáticas propostas nos círculos reflexivos buscaram responder a questão da pesquisa que é: Quais práticas de educação popular e saberes tradicionais da Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu se constituem como estratégias de fortalecimento da identidade cultural? Para responder a essa pergunta, os objetivos específicos da pesquisa traçaram um caminho para que possamos sistematizar quais práticas são essas e como podemos realizar através da Observação Participativa, a partir dos ciclos de pré-intervenção, intervenção e pós intervenção (Paiva, 2002). Observando através dos círculos reflexivos com a análise das práticas de educação popular e saberes tradicionais, depois descrevendo e sistematizando essas práticas e problematizandopara rompimento da lógica individualizada de construção de plano pedagógico, no qual esteja o protagonismo

apenas do educador/a e, que, para além disso, seja uma construção de um paradigma emancipatório. Segundo Ibiapina (2008), esta metodologia permite que processos formativos criem espaços para o trabalho colaborativo, facilitando a análise e a discussão entre professores, incentivando uma nova leitura prática. (Ibiapina, 2008).

A observação reflexiva faz com que o observador além de descrever o contexto observado, procure interpretar os dados descritos com ajuda do próprio observado, que é levado a retomar os momentos vividos pelo olhar do observador. Segundo Viana (2003 apud Ibiapina, 2008, p. 91). Essa observação favorece o processo formativo e possibilita um distanciamento da prática que está sendo observada. Paulo Freire (1974) diz que nos distanciamos para então nos aproximar, porque assim instiga nossa curiosidade epistemológica, estimulando a constante reflexão sobre as ações que estamos desenvolvendo. Afirma também que os estudos que consideram o ambiente escolar como único viés de compartilhamento de saberes, nos distancia das possibilidades para além das estruturas hierarquizadas dos muros da escola. E por isso, é construtivo que possamos reconhecer e observar a importância da organização comunitária para o desenvolvimento de um novo modelo de sociedade e uma nova lógica de desenvolvimento, pautadas na cooperação mútua, tecnologias sociais, valorização das culturas locais e compartilhamento de saberes por gerações.

A proposta de intervenção com os jovens, adultos e idosos da cooperativa, visa dar continuidade nos estudos iniciados com a Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu, tendo em vista a aplicabilidade dos conteúdos para benefício dos próprios atores sociais envolvidos na organização e a responsabilidade da pesquisadora enquanto educadora, gestora e imersa em ações pela promoção da igualdade racial e autonomia dos sujeitos. Dessa forma, foi possível realizar como um dos produtos, ação formativa, além da proposta de investigação, considerando as realidades vivenciadas no dia a dia e uma análise documental a partir das fontes e da categorização das informações . Para Freire (1987, p. 102) “[...] o que se pretende investigar, realmente, não são os homens como se fossem peças anatômicas, mas o seu pensamento-linguagem referido à realidade, os níveis de sua percepção desta realidade, a sua visão do mundo.” Conforme Freire (1987, p. 102), “[...] quanto mais investigo o pensar do povo com ele, tanto mais nos educamos juntos. Quanto mais nos educamos, tanto mais continuamos investigando.”

5. A PRÁTICA DA INVESTIGAÇÃO - CÍRCULOS REFLEXIVOS

Neste capítuto apresentarei os resultados da construção coletiva que foi constituído com Oris pensantes, engajamento, disponibilidade e companheirismo pelas pessoas envolvidas que deram licença para o acesso aos lugares mais íntimos e a roda de compartilhamentos de saberes com responsabilidade e energia de trocas.

Os círculos reflexivos foram uma oportunidade de unir a perspectiva das sessões reflexivas propostas pela pesquisa colaborativa, que é marcada pela descrição de ações, discussão das teorias que embasam essas ações, autocrítica e proposta de reconstrução da ação, de acordo com Liberali (2004, p. 73), e o modo de vida dos povos e comunidades tradicionais. De acordo com a leitura de Bispo (2015, p. 65), os povos contra colonizadores vivenciam a circularidade nas relações sociais, produção de conhecimento, expressões culturais: nos cultos a deusas e deuses, nas danças, na capoeira.

O primeiro círculo reflexivo ocorreu no dia três de janeiro de 2025, foi a primeira sexta-feira do ano e estávamos a maioria vestidos de branco. Para o povo de terreiro, na sexta-feira cultuamos o Nkissi Lembá (nação Angola) e o Orixá Oxalá (nação Ketu). Agendamos a reunião para às 10h e iniciamos com a saudação ao Nkisi do dia e também realizamos a oração do Pai Nosso. A sala da sede da Associação em que nos reunimos foi preparada com uma esteira de tranças de palha circular (dicissa para o povo do candomblé). Nos cultos de candomblé a dicissa é usada para nos isolarmos e nos protegermos de qualquer força externa. Em cima da esteira colocamos peças artesanais de mulheres que realizam trabalhos manuais, material gráfico de atividades realizadas pela ACBANTU e Kitaanda Bantu, uma cabaça, um caxixi, o Estatuto de Igualdade Racial e Intolerância Religiosa da Bahia e os nomes Saberes Tradicionais, Etnodesenvolvimento e Educação Popular escritos à mão no papel ofício.

FIGURA 08 – FOTOS DA SEDE DA ACBANTU - SALVADOR

Fonte: Fotos registradas pela pesquisadora

Iniciei a fala me apresentando e pedindo que todos se apresentassem. Após esse momento inicial retomei a fala informando sobre a proposta metodológica do círculo reflexivo e apresentei a proposta da pesquisa. O círculo reflexivo serviu como um momento de reencontro de alguns membros, retomada de diálogos sobre a cooperativa, formação e reflexões sobre as categorias propostas na pesquisa. A reflexão ocorre melhor quando existe um grupo trabalhando por um mesmo objetivo, segundo afirmam Ibiapina, Loureiro e Brito (2007). E foi essa percepção que observei durante o momento dos diálogos. Mas, que também há uma necessidade individual de cada pessoa que precisa ser adequada ao objetivo coletivo.

Durante as provocações que realizamos em forma de perguntas: 1. Quais as práticas de educação popular a cooperativa realiza? 2. Como as práticas de educação popular se mostram no cotidiano da cooperativa? 3. Quais as práticas de saberes tradicionais a cooperativa realiza? 4. Como os saberes tradicionais se mostram no cotidiano da cooperativa? 5. Como são pensadas as práticas pela cooperativa? 6. Como vocês avaliam a relação de cooperativismo, trabalho e educação nas práticas da Kitaanda Bantu? Fomos mostrando as imagens de práticas formativas realizadas pela Cooperativa como um dispositivo de reflexão.

O segundo círculo reflexivo ocorreu no dia 07 de janeiro de 2025, foi a primeira terça-feira do ano. Agendamos a reunião para às 10h, no município de Cachoeira (Bahia), agendamos o carro para levar as pessoas de Salvador às 7h, saímos de Salvador às 7h40 e chegamos em Cachoeira por volta de 9h40, nos reunimos na Fundação Casa Paulo Dias Adorno e iniciamos com a saudação ao Nkissi do dia, Nkossi, e também realizamos a oração do Pai Nosso. Criamos o ambiente também com uma esteira de tranças de palha circular, a mesma utilizada no primeiro círculo. Mas, somamos com as peças artesanais de mulheres que realizam trabalhos manuais, material gráfico de atividades realizadas pela ACBANTU e Kitaanda, o caxixi, os nomes Saberes Tradicionais, Etnodesenvolvimento e Educação Popular escritos à mão no papel ofício, uma tintura de alecrim produzida por uma erveira, produtos da agricultura familiar das comunidades de Cachoeira (banana e manjericão), Nsabas (folhas sagradas), a bandeira da ACBANTU, um cesto de produção dos povos originários, uma caneca de barro e um pano de cozinha produzido de crochê.

FIGURA 09 – FOTOS DA FUNDAÇÃO CASA PAULO DIAS ADORNO – CACHOEIRA

Fonte: Acervo da pesquisadora.

Fonte: Acervo da pesquisadora.

Iniciei a fala me apresentando, pedindo licença ao território sagrado do Recôncavo, pedi a benção a todos e todas presentes e solicitei que em círculo todos se apresentassem.Após todos se apresentarem,retomei a fala informando sobre a proposta metodológica do círculo reflexivo e apresentei a proposta da pesquisa, pedindo mais uma vez a licença aos gestores da ACBANTU e Kitaanda Bantu que estavam presentes. Retomei falano acerca da minha trajetória enquanto pesquisadora, relembrando a pesquisa realizada em 2018 e as conexões de estudos de educação fora do ambiente escolar que realizei durante a trajetória no Mestrado. O círculo reflexivo realizado em Cachoeira foi uma oportunidade de todos e todas presentes vivenciarem a realidade das agricultoras familiares e erveiras que fazem parte da cooperativa e, puderam estabelecer intercâmbio com as cooperadas que moram nas periferias de Salvador e produzem artesanatos e costuras. Foi mais uma oportunidade de formação e reflexões sobre as categorias propostas na pesquisa.

No município de Cachoeira evidenciei mais a provocação sobre os termos escolhidos como categorias na pesquisa. No período da manhã falamos sobre Etnodesenvolvimento. Com algumas provocações no seguinte teor “Quando falamos o termo Etnodesenvolvimento, o que vocês pensam? O que significa para vocês?” Logo após a rodada de falas, que movimentou reflexões sobre o termo Etnodesenvolvimento, apresentei as fotografias, trazendo realidade das comunidades de Cachoeira e o projeto que está sendo desenvolvido lá, em seguida, pedi que relatassem sobre o que imaginavam quando observavam as fotografias. Atividade essa quetambém rendeu muitas reflexões e trocas entre as duas realidades.

As perguntas eram feitas, enquanto as imagens iam sendo projetadas simultaneamente. Durante as provocações que realizamos em forma de perguntas: a) Considerando os produtos

que são comercializados, como a autonomia é gerada a partir dessa comercialização? Conta um pouco para a gente. b) Vocês observam inseguranças a partir desse trabalho e geração de renda? Quais seriam? c) Quais as práticas de educação popular a cooperativa realiza? d) Quais as práticas de saberes tradicionais realizadas na cooperativa que você participou? e) Como os saberes tradicionais se mostram no cotidiano da cooperativa?

Logo após a primeira rodada de trocas, fomos almoçar e ao retornar, no período da tarde promovemos os diálogos no círculo reflexivo sobre Educação Popular e Saberes Tradicionais. Foram projetadas mais imagens sobre os registros de formações realizadas pela cooperativa e as perguntas foram: a) O que vocês entendem como educação popular e saberes tradicionais? b) Como vocês avaliam a relação de cooperativismo, trabalho e educação nas práticas da Kitaanda Bantu? c) Vocês gostariam de ter alguma vivência formativa que envolva práticas de educação popular e saberes tradicionais? Quais seriam os temas?

As imagens utilizadas como dispositivo de reflexão foram escolhidas a partir de vivência do cotidiano da cooperativa e da associação. E foram disponibilizadas do acervo virtual da instituição. As imagens utilizadas no círculo reflexivo 01 foram: 1. Formação de gastronomia que ocorreu na sede da Kitaanda Bantu em Cachoeira; 2. Formação de linguagem bantu realizada pela ACBANTU e a Kitaanda Bantu; 3. Mosaico com fotografias dos Orixás produzidos à mão, um pano de mesa feito de bainha aberta, uma boneca preta de tecido, costurada à mão, vestidos e produção com crochê.

No círculo reflexivo 02 foram: 1. Mosaico com fotografias da implementação do Proketo Ngeemba (produção de hortaliças, galinheiro e verduras); 2. Registros da parte interna do galinheiro e da horta com muita produção; 3.Formação de gastronomia que ocorreu na sede da Kitaanda Bantu em Cachoeira; 4. Moisaco com com fotografias dos Orixás produzidos a mão, um pano de mesa feito de bainha aberta, uma boneca de tecido preta costurada à mão, vestidos e produção com crochê; 5. Feira Agroecológica Nkaanda - Centro Histórico - Pelourinho; 6. Fotografia com elementos: cachimbo, nsabas (folhas sagradas), caxixi. 7. Mosaico com fotos: produção agroecológica em Cachoeira, Feira de Cachoeira na FLICA com produtos das comunidades; produtos da feira - abóbora, limão, aipim e hortaliças.

A imagem com ou sem acompanhamento de som, oferece um registro restrito, mas poderoso das ações temporais, dos acontecimentos reais - concretos, materiais (Loizos, 2008, p. 137). Ao mostrar as imagens, utilizando o equipamento de projeção, como dispositivo de reflexão algumas pessoas foram se identificando com suas produções. E os registros fotográficos foram gerando memórias de momentos vividos por alguns presentes. As fotografias como dispositivo disparador são uma técnica de pesquisa. No livro Pesquisa

Qualitativa com texto, imagem e som de Martin Bauer e George Gaskell de 2008, o capítulo que aborda sobre vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa, Peter Loizos traz ao discutir alguns tipos de empregos de imagens fotográficas como aplicações potenciais para pesquisa, e explicita também que aplicações históricas de fotografias podem ser recomendadas (Loizos, p. 143). Ele afirma que vários tipos de investigação de história oral podem ser facilitados se o pesquisador vai a uma entrevista preparado de antemão com algumas fotografias relevantes.

Essa técnica utilizada durante o círculo reflexivo, foi muito útil, pois ao mostrar as fotografias e fazer as provocações a partir de perguntas, foi conduzindo as/os pesquisadas/os a abordarem suas individualidades com as produções próprias, e a conectar as memórias coletivas de produção e momentos que vivenciaram na cooperativa. Segundo Loizos (2008, p. 143)

> A fotografia, adequadamente aumentada, pode servir como um desencadeador para evocar memórias de pessoas que uma entrevista não conseguiria, de outro modo, que fossem relembradas espontaneamente, ou pode acessar importantes memórias passivas, mais que memórias ativas, presentes.

Os objetivos dos círculos reflexivos foram atender os caminhos para alcançar o objetivo geral da pesquisa, já abordada anteriormente. O primeiro objetivo foi descrever e sistematizar as práticas sociais de educação popular e saberes tradicionais vivenciados pela Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu, e o segundo foi analisar a relação entre os saberes tradicionais desenvolvidos na Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu e as práticas pedagógicas. O instrumento de produção de dados foram os diários de campo, cuja os dados que constavam eram: a) Participantes da pesquisa; b) Data do círculo reflexivo; c) Hora de início e hora de término; d) Itens do roteiro atendidos; e) Itens do roteiro não atendidos; f) Itens que emergiram e não estavam previstos no roteiro; g) Observações; h) Registros fotográficos. Segundo Pedro Demo (2012, p. 33)

> [...] O analista qualitativo observa tudo, o que é ou não dito: os gestos, o olhar, o balanço, o meneio do corpo, o vaivém das mãos, a cara de quem fala ou deixe de falar, porque tudo pode estar imbuído de sentido e expressar mais do que a própria fala, pois a comunicação humana é feita de sutilezas, não de grosserias. Por isso, é impossível reduzir o entrevistado a objeto.

Realizar uma pesquisa qualitativa com a perspectiva colaborativa é ter a oportunidade de através do contato com os participantes colaboradores observar cada detalhe, e trazer a luz

das observações na ferramenta “diário de campo”, todas essa percepções que foram refletidas na vida real do processo da realização das etapas da pesquisa. O diário também é utilizado para retratar os procedimentos de análise do material empírico, as reflexões dos pesquisadores e as decisões na condução da pesquisa (Araújo et al., 2013, p. 54). A utilização desse instrumento possibilitou o delinear da pesquisa e revelar temas que emergiram no momento dos círculos reflexivos, que não estavam previstos, e o que foi possível seguir do roteiro, bem como as impossibilidades. Além de informações e observações pertinentes para a gestão da cooperativa e favorecem o desenvolvimento de trabalhos posteriores que eles queiram promover.

Os dois círculos reflexivos foram gravados pelo aplicativo de gravação de voz e transcritos posteriormente pela pesquisadora para realização da análise. As narrativas das pessoas que participaram foram transcritas estritamente como foram ditas. E no processo de análise dos dados registrados foi possível realizar uma apuração e conectar com as categorias de estudos da pesquisa e com as referências bibliográficas utilizadas. A técnica utilizada para análise dos dados foi a Análise de Conteúdos, conforme Bardin (2011) que prevê os critérios de organização da análise: pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados. O tratamento dos resultados compreende a codificação e a inferência. A análise dos dados da pesquisa foi realizada a partir das falas dos círculos reflexivos e a categorização prevista no cerne da dissertação.

A proposta de intervenção prevista após a realização da pesquisa é um Programa formativo com conteúdos voltados para as cooperadas. O objetivo é realizar atividades formativas para as mulheres da Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu acompanhando e desenvolvendo habilidades para com a temática Etnodesenvolvimento e fortalecimento da promoção de (etno)desenvolvimento integrado e sustentável.

5.1 A grande gira - olhares e possibilidades

O círculo foi girando e os olhares e falas sobre as categorias proporcionaram uma interligação das realidades vividas. Traremos neste momento explanações realizadas durante os círculos reflexivos, com a escrita literal do que foi dito durante os encontros. Por se tratar de uma análise de conteúdos, permitiu que os achados da pesquisa respondessem possíveis questões da pesquisa. Para Bardin (2011, p. 15), a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a

discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. A escrita que segue proporciona a análise da relação entre os saberes tradicionais desenvolvidos pela Kitaanda Bantu e as práticas pedagógicas desenvolvidas.

Por se tratar de uma pesquisa colaborativa e os sujeitos da pesquisa, participarem de cada etapa da elaboração, os nomes que serão citados foram escolhidos pelos coparticipantes. Durante a leitura, prepare o olhar para vivenciar e experienciar realidades, potencialidades, encontros, desencontros e possibilidades dessa gira. Prepare-se para sentir.

5.1.1 Círculo Reflexivo - Região Metropolitana de Salvador

Iniciamos o círculo reflexivo na sede da Associação em Salvador e durante a apresentação dos presentes, alguns trouxeram memórias da vivência na Cooperativa Kitaanda Bantu. Hayalla disse:

> "A proposta da Kitaanda Bantu era trabalhar com um projeto produzido dentro dos terreiros de Candomblé, a gente não queria que perdesse o sagrado. A gente sempre manteve o sagrado como prioridade. A proposta não era que o empreendedorismo fosse a estrela da casa do terreiro, era assim: se uma casa tivesse um espaçozinho ela produzisse qualquer coisa que fosse ajudar o terreiro. Tipo, uma casa grande que tem um quintal enorme, tem aquelas roças maravilhosas, poderia fazer a preservação das folhas sagradas, né? Podia se criar bicho, criar um bode, criar um bicho sagrado. Uma casa já era pequenininha, não tinha muito ela tinha aquele quartinho que podia ter a oficina de contas sagradas. Entendeu? Já uma casa aqui tinha um pouquinho mais de espaço, já podia ter as máquinas para fazer a roupa de ração. E a gente fazer disso uma rede. Aonde nós mesmos, povos de candomblé, pudéssemos consumir nossos próprios produtos. Essa era a proposta inicial da Kitaanda. E o Banco do Brasil abraçou e conseguimos as barracas." (Hayalla, 03/01/2025, Salvador)

A fala acima trouxe voz a um dos principios básicos do Etnodesenvolvimento, segundo Stavenhagen (1985 apud Azanha, 2002, p. 31), [...] "dar respostas prioritárias à resolução de problemas e necessidades locais: valorizar e utilizar conhecimentos e tradições locais na busca de soluções de problemas [...]". A base do etnodesenvolvimento é justamente a auto sustentação, desenvolvimento a partir de recursos independentes, pensando uma ação participativa. Um outro ponto importante ao pensar etnodesenvolvimento é a autonomia. E uma fala de Maza mabundi foi sobre o processo de articulação para realizações de ações coletivas e a necessidade dessa atitude mais autônoma. Maza mabundi afirma:

> "É isso que eu não estou entendendo dá a parada e a gente procurar as coisas caminhando certo? Não adianta a gente chegar aqui se quando precisar de fazer alguma coisa ficar correndo atrás de Konmmnanjy e atrás de Ana, que fulano quer mandar que não sei o que. A gente fica dependente também, certo? E essa dependência tira a credibilidade com as outras pessoas. Por quê? Se a gente começar

> a fazer uma feira pequena, certo? Mas está fazendo, feira constante. Estando organizado, as pessoas vão aparecer.” (Maza mabundi, 03/01/2025, Salvador)

Foi observado que como atualmente a cooperativa não está instituída formalmente, há uma dificuldade de articulação financeira e de pessoas que sintam-se mobilizadas para participar. Durante o círculo foram surgindo provocações sobre a prática do mercado e o diferencial da atuação da cooperativa. Flor da Memória falou

> “A gente pode colocar como o conhecimento né? A gente precisa conhecer melhor nossos valores que precisamos reforçar e fortalecer na nossa comunidade de terreiro. Porque são valores diferentes, são valores que estruturam e estruturam essas comunidades, né? E são diferentes dos valores das comunidades ocidentais.” (Flor da Memória, 03/01/2025, Salvador)

Nos estudos aprofundados sobre a categoria da pesquisa, encontramos afirmações também de autores como Batalha (apud Verdum, 2002), que reforçou que o etnodesenvolvimento é o exercício da capacidade social dos povos indígenas para construir seu futuro, aproveitando as suas experiências históricas, os recursos reais e potenciais de sua cultura, tendo como base os projetos segundo seus próprios valores e aspirações.Isto é, a capacidade da prática da autonomia de povos culturamente diferenciados para trilhar seu desenvolvimento.

Estudos mostram que não só os povos originários que abordam o modelo de Etnodesenvolvimento. Segundo Parente e Miléo (2021, p. 12) embora a noção de etnodesenvolvimento no Brasil esteja associada aos povos indígenas, toda a discussão no cenário internacional evidencia que pode ser aplicada aos povos tradicionais de uma maneira geral. E na Bahia, as primeiras representações de povos de terreiros que trouxe o tema, foi a ACBANTU, através da proposta da Kitaanda Bantu. A incorporação desse modelo também está sendo visibilizada em comunidades quilombolas. Foi possível observar na fala de Dui

> “Eu acredito fazendo um passeio para conhecer outras comunidades como ela funciona. É muito importante. Fui pro quilombo Kaongê, eles tem uma moeda própria. Você ver a mulher negra preta falar e mostrar quem ela estudou que hoje ela tem alguma coisa acho que são momentos inspiradores também se a gente tá com a autoestima abalada você vê outros negros falando e mostrando que ele tá tendo um sucesso né? A gente se espelha a querer ser melhor né? Outras vivências são muito importantes.” (Dui, 03/01/2025, Salvador)

O quilombo criou a iniciativa da criação da própria moeda (o sururu), que foi uma prática dos antepassados escravizados, para reduzir as dívidas que as mulheres da comunidade estavam com os comerciantes locais. A comunidade recriou a estratégia da moeda própria e um banco comunitário solidário, que realiza empréstimos sem juros e favoreceu a redução das dívidas na comunidade, segundo relatos de pessoas locais. Na minha experiência de andanças pelo Estado da Bahia pude conhecer, em 2015, uma outra moeda própria no município de Canavieiras, a iniciativa surgiu da Reserva Extrativista - RESEX[10], voltadas para o segmento de comunidades tradicionais extrativistas. Durante o círculo reflexivo, foram apresentadas fotografias de momentos de formações que a cooperativa já desenvolveu. E abordamos sobre educação popular e as práticas que são desenvolvidas internamente. Ao analisar esta categoria de estudo, foi falado por Flor da Memória:

> "Essa questão da educação popular e da educação tradicional ou principalmente na universidade. Eu acredito que assim: é estratégico e é político né? Que exista essa separação. Dessa educação porque tudo que a academia hoje coloca como tudo que a academia tenta sistematizar na verdade são saberes que ela procura se apropriar dentro das nossas comunidades né? Sejam comunidades de terreiro, sejam comunidades periféricas, ou comunidades indígenas. Sempre foi assim, historicamente sempre foi assim e continuará sendo. Então quando você fala que as pesquisas da academia vão lá e os pesquisadores fazem o seu trabalho de pegar os dados e tudo e a comunidade fica de fora, e isso é muito comum justamente, eu acredito devido essa decisão política. De fazer essa apartação e de nos colocar também, procurar nos dar algum tipo de valor, ou seja, a gente só recebe validação quando a academia começa a ver aquilo como interessante, importante, valioso porque é isso. Tudo que a gente já faz dentro do terreiro, dentro da nossa casa, que a gente aprende com os nossos mais velhos, são saberes valiosos e que na verdade quem precisa são eles é que querem ter esse acesso então a gente precisa dessa percepção e também dessa via de mão dupla né? Porque a gente não quer estar afastado mais de nada. Mas, a gente também não quer depender da validação deles pra dizer que é importante né?" (Flor da Memória, 03/01/2025, Salvador)

Essa fala trazida no círculo como uma indignação, me fez relembrar de Sueli Carneiro (2024), em entrevista para o Instituto Serrapilheira:

> Pelo menos no que diz respeito à diversidade humana, a ciência tem sido perversa. Nós produzimos uma forma de ciência, uma forma de civilização e não fomos capaz de coexistir harmonicamente com diferentes outras civilizações produzidas pela humanidade e muitas vezes reduz-se a essas pessoas à condição de fonte primária de pesquisa, informantes do conhecimento mas, nao reconhece a autoridade da fala dos portadores desses saberes. Então o epistemicidio são todas essas práticas que negam ou que nos expropria da condição de sujeitos de conhecimento, de produtores de cultura, de conhecimento, de ciência e todo esse procedimento de negar ao outro como sujeito cognoscente produziu uma redução do horizonte de conhecimento possível

[10] RESEX é a sigla para Reserva Extrativista - são áreas de florestas protegidas cedidas ao segmento de comunidades tradicionais extrativistas, os quais atuam com extrativismo de sementes, frutas e outros.

> para a humanidade, a prática concreta é essa, são saberes sepultados o que nos coloca no desafio de… Isso é o que nós temos sido muito eficientes pra discriminar, excluir, causar esse tipo de dano ao ser humano. Se nós fomos capazes de fazer isso pra obter esse efeito, a gente deve ser capaz de consertar esse tipo de coisa. [...] somos capazes de inverter isso e escolher, aceitar e nos regojizar com a diversidade humana.

Esta pesquisa tem interesse de servir enquanto produto de utilidade pública, visando valorizar os conhecimentos dos povos tradicionais, que muitas vezes não são considerados relevantes em contextos de educação formal eacadêmico. Reforçando os autores já citados, Carneiro da Cunha e Almeida (2002) afirmam que o processo de ensino e aprendizagem se estabelece com o compartilhamento de experiências, sobretudo em ambientes e ações coletivas cotidianas, o que garante a preservação de memórias e identidades. Foi revelado nas falas sobre a importância dos espaços de compartilhamentos de experiências, pensando na perpectiva da educação popular. Maza mabundi disse “

> É super interessante porque geralmente a gente convive, certo? O tempo todo na internet. Sim. E por incrível que pareça, a gente não troca os nossos saberes. Né? É. Eu faço uma pequena palestra, mas acho que “Hayalla” nunca foi. Eu faço oficina de turbante, amarrações, mas para a maioria do pessoal a gente conhece o trabalho, mas a gente não conhece como funciona.” Acho necessário primeiro uma troca entre nós e depois uma troca com outros. (Maza mabundi, 03/01/2025, Salvador)

Para Almeida, Mohn e Souza (2019, p. 36), “[...] as políticas educacionais são hoje orientadas pelas proposições capitalistas que consideram o mercado, o eixo das relações sociais”, acredito que não somente as políticas educacionais. Para os segmentos tradicionais que observam a relação com a produção e o trabalho de outro ângulo, a produção da existência acontece por meio da coletividade. Por isso, o trabalho não é estranhado, as pessoas são proprietárias dos meios de produção e não almejam lucro, a propriedade, a gestão, e inexiste a dominação, subordinação, hierarquia, exploração da força de trabalho de outrem, acumulação, competitividade e a obtenção da mais-valia (Caetano at el. , 2018, p. 04). E ao provocar uma pergunta envolvendo autonomia e relação com o trabalho, Flor da Memória afirmou:

> “Todos nós que somos empreendedores e empreendedoras de alguma forma nós queremos e buscamos essa autonomia. Nós enquanto pessoas negras e é isso é muito importante: quando a gente sai de um mercado que é explorador, que é racista e a gente tenta aí por outro lado, que é um lado que respeita mais a nossa identidade, e a nossa forma de produzir, de viver, a gente quer buscar nossa autonomia, mas aí é que tá: não temos educação suficiente pra isso. A gente não tem educação financeira, a gente não tem educação de gestão, a gente não tem educação emocional!” (Flor da Memória, 03/01/2025, Salvador)

A realidade dos segmentos tradicionais é que o modo de vida produz cultura e trabalho e este trabalho está vinculado à produção igualitária e faz parte da organização social, fortalecendo a coletividade. Este trabalho também está vinculado ao entendimento da valorização do território tradicional e as identidades culturais com tecnologias sociais próprias. Flor da Memória reforça afirma que:

> "Talvez seja a gente tenha que pensar mais nas soluções do que em replicar os mesmos problemas. Por exemplo, o nosso povo é um povo que carece de formação para empreender. A gente tem muito conhecimento, a gente sabe tudo que a gente sabe fazer pode virar uma (eu não gosto muito dessa palavra), mas uma falta de outra, né? Um empreendedorismo. Mas a gente não tem uma formação para empreender?" (Flor da Memória, 03/01/2025, Salvador)

No decorrer dos estudos e vivências com os segmentos são nítidas as habilidades e os saberes, mas a lógica do mercado é hegemônica. E este viés impacta em áreas como educação, economia, social. Para Frigotto (2010), desenvolvimento tem que gerar soberania, mas o que observamos muitas vezes são políticas educacionais que são implementadas para atendimento do mercado capitalista hegemônico. No qual, esses segmentos além de irem na contramão por suas especificidades, possuem estratégias para organizar o trabalho e a vida que pode ser conduzida à emancipação do capital. Conforme Singer (2002, p. 138), "[...] os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista". Ao tratarmos de povos e comunidades tradicionais observa-se a criticidade é um exercício de prática desvinculadas da lógica capitalista ocidental. Uma fala que também trouxe o fortalecimento dos saberes foi a de Hayalla:

> "A cultura é nossa, a riqueza é nossa, os saberes são nossos. Por que passar adiante? Né? Na época que Kitaanda estava ativa, o único terreiro que tinha de fortalecimento de velas sagradas era o terreiro de Tata Anselmo do terreiro Mocambo, Mas, outros terreiros poderiam ter, de forma pequenininha mas podia ter. Podia ter um terreiro só pra fazer a roupa de ração, podia ter um terreiro só de produção de adississas. Então a gente tem tudo, a gente tem a riqueza." (Flor da Memória, 03/01/2025, Salvador)

As imagens utilizadas no círculo reflexivo na Região Metropolitana de Salvador gerou importantes lembranças das práticas de educação que ocorreram na Kitaanda Bantu.

FIGURA 10 – PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR - Gastronomia e língua bantu

Fonte: Portfólio da ACBANTU.

Essas fotografias geraram lembranças e foi perguntado: Como as práticas de educação popular se mostram no cotidiano da cooperativa? E foi feita uma reflexão sobre a pergunta da pesquisa: Que práticas identidade cultural Flor da Memória respondeu, dizendo:

> "Eu poderia dizer que todas as práticas são importantes para o fortalecimento da identidade cultural. Por exemplo: desde quando a gente pisa na comunidade a gente entende que é importante o respeito. A reverência ao mais velho, tudo é um saber importante para o fortalecimento da nossa identidade, desde que a gente entende que a nossa identidade está sendo apagada, quebrada, né?" (Flor da Memória, 03/01/2025, Salvador)

Hayalla completou dizendo:

> "Quando tinha feiras, né? Sim. Às vezes a ACBANTU trazia pra gente o conhecimento indígena, né? Tinha palestras, tinha Mãe Itana, mas passava muito conhecimentos sobre bainha aberta. Teve Ojé Miguel que falou sobre o enigma do culto de babá, né? Sim. Mas ele falou o que ele podia falar. Pois, muitas coisas são sagradas. Sobre saberes griots também." (Hayalla, 03/01/2025, Salvador)

O que se observa diante dos relatos é que as práticas educativas são importantes para fortalecimento da identidade cultural e que muitas trocas foram desenvolvidas a partir dos encontros. O desenvolvimento de momentos de formação possibilita a troca de saberes, muito comum nas comunidades quilombolas, nos terreiros, nas aldeias indígenas, estes saberes transmitidos através da oralidade são de grande importância trazendo a memória dos mais velhos e as narrativas legitimam valores, buscando práticas que asseguram a tradição e o compartilhamento para as próximas gerações.

As falas foram direcionando para a importância da troca de saberes, até que então foi

perguntado: Vocês gostariam de ter alguma vivência formativa que envolva práticas de educação popular e saberes tradicionais? Maza mabundi trouxe sobre possíveis intercâmbios:

> "Acho necessário primeiro uma troca entre nós e depois uma troca com outros. Quanto a experiência não seria a troca do pessoal mostrar pra gente, mas a gente levar pra eles. Lá em Porto de Sauipe tem uma comunidade que o pessoal trabalha com palhas, com palha trançada e é tão simples, o pessoal fica na porta de casa fazendo aquilo é uma coisa bacana. Aí vai fazer uma esteira e tal poxa, e porque a gente não vai lá e fica conversando com eles sobre a produção, entre uma fala e outra, vamos aprendendo. Entre a gente e depois com outras comunidades." (Maza mabundi, 03/01/2025, Salvador)

Ao demonstrarmos as fotografias da produção dos grupos, cada um foi trazendo informações de suas criações e afirmaram: "Cada um tem sua identidade." A partir dessa afirmação eu perguntei, o que vocês chamam de identidade na produção?

FIGURA 11 – SABERES E FAZERES DA KITAANDA BANTU

Foto: Portfólio da ACBANTU.

Hayalla disse:

> "Cada um tem que ter sua identidade. Eu sempre oriento as pessoas a focar. Eu acho que o foco, te traz resposta. Eu faço de tudo, mas assim… o meu artesanato são minhas bonecas de pano. Eu instruí pessoas aqui na Kitaanda a ter identidade. Eu faço minhas produções e meus ganhos, mas no ofício de artesã: eu sou bonequeira." (Hayalla, 03/01/2025, Salvador)

Maza mabundi explanou: "o meu trabalho são as bonecas de turbante e amarração, mas eu preferi focar na parte de culinária. Você precisa ter resultado e ter identidade" (Maza mabundi, 03/01/2025, Salvador).Em seguida, Saputi falou, apontando para a imagem "eu faço os orixás, mas também trabalho com tecido cru, olha ali…" (Saputi, 03/01/2025, Salvador).

O olhar para essa identidade observada e escutada traz uma visão intercultural, que conforme afirma Candau, interculturalidade aponta à construção de sociedades que assumam as diferenças como constitutivas da democracia e sejam capazes de construir relações novas, verdadeiramente igualitárias entre os diferentes grupos socioculturais, o que supõe empoderar aqueles que foram historicamente inferiorizados (Candau, 2012).

Logo depois, foram pontuando as dificuldades do que gostam de fazer, seja viável para comercialização e o saber de vários conhecimentos que possuem. Foi retratado dificuldades nessa decisão de produzir e ter retorno. Dui diz: “Precisamos ter uma fonte de renda. Se nós fossemos pessoas com poder aquisitivo, estaríamos realizados.” (Dui, 03/01/2025, Salvador). Ao adentrarmos nesssa questão, perguntei: Qual a relação do processo de comercialização com a autonomia? Dui respondeu “Produzir para o nosso povo negro não é nenhum tabu, o tabu é escoar. Como vender? Pra quem vender?”

Maza mabundi afirmou que:

> “É como eu sempre digo artista, sabe fazer, mas não sabe cobrar. Então… Uma das coisas prioritárias seria uma educação financeira. Que nós não temos é educação financeira. Outra coisa é a questão do marketing. O que nós sabemos fazer é gastar. Agora que eu estou percebendo isso.” (Maza mabundi, 03/01/2025, Salvador)

Quando eu perguntei sobre a relação trabalho, cooperativa e autonomia foi respondido: “Eu acho que favoreceria no sentido de que a gente tem muitos saberes para trocar, mas a gente também precisa um estar mais junto e fortalecendo o trabalho um do outro.” (Flor da Memória, 03/01/2025, Salvador). Já Maza mabundi afirmou que: “o processo é muito complicado justamente por isso. Não saber escoar o produto, não saber risco e isso termina sendo uma bola de neve porque saber produzir, todos nós sabemos, produzir muito bem, o problema é escoamento” (Maza mabundi, 03/01/2025, Salvador).

Existem demandas latentes de implementação de políticas públicas aplicadas a cooperativas, as quais facilitariam o escoamento dos produtos, porém há uma dificuldade na constituição jurídica em razão da necessidade dos investimentos financeiros para se constituir formalmente. A gestão já realizou um levantamento, porém ainda não foi viável. No final do encontro, realizamos uma articulação e encaminhamentos para a realização do encontro em Cachoeira.

5.1.2 Círculo Reflexivo - Recôncavo

Iniciamos o círculo reflexivo na Fundação Casa Paulo Dias Adorno em Cachoeira. Após a minha saudação inicial e meu pedido de licença, Lubitu fez uma reza na língua kimbundu, saudando o dia, saudando o Sol, saudando o espaço sagrado e pedindo permissão para iniciar os trabalhos e Dui rezou a oração do "Pai Nosso". As apresentações ocorreram em forma de círculo e cada pessoa presente se apresentou e informou com o que atuava.

Iniciei a apresentação, falando sobre a pesquisa do Mestrado e explicando a dinâmica do círculo reflexivo para que todas e todos ficassem à vontade para explanar sobre as categorias da pesquisa e sobre as imagens que foram mostradas na projeção, com o auxílio do equipamento utilizado para a realização da pesquisa. A primeira pergunta feita foi: O que é Etnodesenvolvimento? Dui explanou:

> "eu não acredito que exista um Etnodesenvolvimento. Pois, olha quanto tempo nós já temos de libertos, na verdade já nascemos libertos. Mas, não vivemos como libertos, vivemos como aprisionados. Então, assim, para você viver numa coisa mascarada eu acho muito complicado. Eu acho que o nosso povo tem muito o que desenvolver, como povo, como raça negra. Tem muito racismo. A colonização deixou marcas profundas, que não sei quando vamos conseguir curar essas feridas. Temos muito preconceito com o povo negro. [...] eu acho que a gente precisa se unir de verdade, enquanto não tivermos consciência de que povo negro tem que ajudar povo negro. Eu acho que falta isso para ter um etnodesenvolvimento. [...] na teoria é uma coisa, mas na prática é diferente." (Dui, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

Ao realizar essa pergunta, fomos surpreendidos pela resposta do filho de Flor da Memória, de 11 anos, que estava presente no encontro e disse: "eu penso em um desenvolvimento próprio do nosso povo, sem a interferência do capitalismo, das regras que eles colocam." O círculo reflexivo foi uma troca entre os mais novos e os mais velhos, proporcionando um ambiente potente de aprendizagem. Okademin iniciou sua fala dizendo:

> "Por outro lado, o Etnodesenvolvimento existe. Ali no Pelourinho tem aquela Igreja de São Francisco de Assis, igreja de ouro, né? Ouro puro, muitos quilates, batem fotos, tem flash ano após ano e o ouro tá ali brilhando, reluzindo. Feita por brancos, livres, não foram nem brancos libertos, foram brancos livres, que eram donos de outros seres humanos, senhores fazendeiros. E quantas torres tem na igreja de São Francisco? Uma. Por que? Porque na época do Brasil colônia, a igreja quando fossem fazer e a igreja tivesse completa tinha que mandar parte do imposto para o imperador, então as igrejas ali do Centro Histórico tem uma torre só. Pra dizer que a igreja ainda estava incompleta. Aí as doações ficavam com o padre, pois não pagavam impostos, pois ainda não tinham sido concluidas. Ai não ia nada para o império. E a Igreja do Rosário dos Pretos? Levou quantos anos a ser construída? Foi quase um século, porque quem fez era escravizado. Depois a construção passou para libertos. Quantas torres a igreja do Rosário? Duas. E eles mandavam o imposto para o imperador.

> Porque eles não iriam fazer nada incompleto. Isso é etnodesenvolvimento. Isso é herança.” (Okademin, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

A fala de Okademin sobre as realidades do período do Brasil colônia nos trouxe informações que não foram contadas em nossos livros de história, que costumamos ter acesso no período escolar. E mostrou também, o quanto a Irmandade do Rosário dos Pretos, representa ainda hoje, um símbolo de luta dos povos afrodiaspóricos. As decisões tomadas pela Irmandade são bastante consideradas, mesmo diante da hierarquia que existe dentro da estrutura da Igreja Católica, no regramento, a Irmandade é consultada para qualquer decisão interna. Uma outra instituição pouco conhecida, é a Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD) que foi fundada em 1892, por negros libertos que se associaram para arrecadar recursos para libertar outros negros e negras, em situação de escravização. Essas foram algumas das estratégias coletivas de consquista de autonomia para a população negra. E Okademin completou sua fala dizendo:

> “Brigamos, brigamos sim. Temos vários enredos: a minha Kisimbi com a Iansã, dela. Viemos de tribos e nações diferentes, mas como disse aqui nosso Pai é o desenvolvimento de nossa própria raça, independentemente das tribos. Nós somos unidos em algumas coisas, desunidos em outras, mas o Etnodesenvolvimento nos alcança. Olha como nós estamos vestidos? Olha o que nós temos no nosso pescoço. [...] Cada terreiro nosso, quem manda nele? A Mãe de santo, o pai de santo. É etnodesenvolvimento. É um território tradicional onde nós somos autonômos e onde nós construímos o nosso futuro, o nosso empreendedorismo. Ele não existe, eu concordo. Mas, ao mesmo tempo, ele existe. Porque tudo que é de preto é mágico, é encatado, é secreto, é soberano, que brota.” (Okademin, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

A roda foi girando e foi possível escutar mais sobre o que ressoa ao falarmos de “Etnodesenvolvimento” e também a conexão com a proposta da cooperativa. Hayalla trouxe que:

> “A Kitaanda Bantu desde quando eu comecei, desde 2008, comecei a entender um pouco, comecei a pesquisar. Foi muito em cima desse etnodesenvolvimento mesmo que a Kitaanda Bantu foi se formando. Né? Sempre foi a nossa proposta, era trabalhar produtos que eram consumidos e produzidos dentro das comunidades de terreiro, Né? Aí a gente passou depois a trabalhar não só com o povo de terreiro, mas com os povos e comunidades tradicionais, que entrou índio, cigano, quilombolas, né?” (Hayalla, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

A ampliação da atuação da Kitaanda ocorreu também em razão da capilaridade da

ACBANTU em muitos territórios na Bahia e no Brasil. Além de que, o Decreto Nacional que institui a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais tinha recentemente sido instituído, em 2007. E a Bahia passou a reconhecer os dez segmentos de povos e comunidades tradicionais, em 2014. Após esses acontecimentos, muitas políticas públicas foram implementadas, ampliando os direitos dos povos e comunidades tradicionais. Hayalla fala do que a Kitaanda proporcionou para ela e a importância dos saberes tradicionais relacionados aos conteúdos do sagrado para a instituição.

> "Eu acho que o etnodesenvolvimento também é essa mistura de tudo um pouco. Mistura de raça, de cultura, de trabalho, empreendedorismo, não é? Às vezes a gente fala de energia. Energia pra mim é uma coisa muito valiosa. Através da ACBANTU, eu conheci muitos lugares que eu não imaginava conhecer. Fui para Brasília duas vezes, Pernambuco, Recife, São Paulo, tudo através da ACBANTU dar palestra sobre a Kitaanda Bantu e eu confesso a vocês que às vezes acontece, aquela coisa de energia mesmo, era tão verdadeiro de desenvolver o trabalho da Kitaanda, falar sobre o nosso mundo, sobre nossa cultura, sobre empreendedorismo afro, sobre tudo que acontecia. E assim uma coisa que a Kitaanda sempre fez foi exaltar o sagrado. O empreendedorismo, as produções, os artesanatos, nada nunca se colocou acima do sagrado. Eu sempre deixei assim, claro. Porque assim, a Kitaanda é feita dessas energias, somos frutos dessas energias, e nada do que venha acontecer tem que estar acima do sagrado. Entendeu? É isso!" (Hayalla, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

Alberto Acosta (2016); Reinaldo Fleuri (2022); Fernando Mamani Huanacuni(2010); Ailton Krenak (2020) trazem as vivências e as reflexões dos povos tradicionais para pensar o Bem Viver, e ao observarmos atentamente, é possível identificarmos essa relaçõ com esse sagrado na fala de Hayalla. O Bem Viver é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza (Acosta, 2016, p. 23). Nos momentos dos encontros da pesquisa escutei em outras falas e no próprio terreiro, onde sou ndumbi[11], que a natureza é o sagrado e não existe separação entre nós, seres humanos e esse sagrado. Durante a fala de Hayalla ela também traz o termo "empreendedorismo afro", e na apresentação de Okademin, neste círculo, ela se intitulou como etnoempreendedora. Para mim, que sou uma pesquisadora na área de afro empreendedorismo e atuo realizando, há pelo menos 10 anos, formações nesta área, pude escutar e apreender que não se trata do empreendedorismo que atenderá a proposta desigual do mercado. Conforme afirmação de João Martins (Presidente

[11] Pessoa recém chegada no candomblé.

do Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros - CEABRA), em 2014, afirmou:

> "Não é o nosso propósito defender o desenvolvimento de uma nova casta de capitalistas afro-brasileiros, descomprometidos com a sua história, com o seu papel social na comunidade, suas responsabilidades com o meio ambiente, com a qualidade de vida, com a educação, com as crianças e adolescentes, enfim, com as transformações necessárias que o país precisa realizar. A nova ordem que se instala exige uma relação ética e de respeito entre empresas, sociedade/consumidor e o meio ambiente. Antes de seguir qualquer modelo externo, enfim, que seja pensada a realidade do país e de sua própria comunidade." (MARTINS, João, apud NOGUEIRA, Carlos, 2013, p. 22)

Em se tratando da população negra, pertecente ao segmento de povos e comunidades tradicionais, esta afirmação de Martins é ainda mais ratificada, demonstrada nas próprias afirmações dos co-participantes da pesquisa. No ano de 2014 aqui na Bahia estava sendo aprovada a Lei 13.208, que institui a Política de Empreendedorismo de Negros e Mulheres, sob a responsabilidade da SEPROMI, na qual trabalhei por sete anos, e coordenei esta política. Foi justamente neste lugar da gestão, que observei e implementei ações de fortalecimento das comunidades, com a proposta de caminhar na contramão da exclusão social, contra a lógica ideológica da substituição do trabalho escravizado para um trabalho remunerado. A proposta desse etnoempreendedorismo ou empreendedorismo afro, ou como queiram chamar, é pautado nas ações afirmativas e implementação de uma nova referência de desenvolver essa cadeia, considerando aspectos como território, identidades, modos de produção, integração sustentável de particularidades e saberes próprios. Após a fala de Hayalla, Lubitu trouxe:

> "Etnodesenvolvimento sobre energia. A energia circula. Então aqui é um momento de energia. É… Falar em etnodesenvolvimento… Em 2005, essa palavra não era dita para nós negros, principalmente não era ligada a pessoas de candomblé. Eu falo isso, pois fui para uma reunião no MDS e estavámos articulando um projeto em 2005, das Cozinha Comunitárias e soberania alimentar, e fomos falar com Patrus Ananias, que era o ministro do MDS, na época, e aí quando falamos de etnodesenvolvimento, ele deu pra traz e disse: Mas, quem faz isso não são os índios? Então, pra vc perceber que essa palavra etnodesenvolvimento, ela vem ganhar força para nós negros, para nós de terreiro, através da ACBANTU, em 2005. E fomos falar e ele nem sabia quem era nós, e nem o que nós faziamos." (Lubitu, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

Foi possível perceber durante o Estado do Conhecimento, apresentado anteriormente nesta dissertação que mesmo no período posterior a 2005, ainda tem poucos estudos sobre Etnodesenvolvimento que trazem relatos de outras comunidades tradicionais. A maioria traz estudos dos povos indígenas. E Lubitu complementa:

> "Então, o que Dandara tá fazendo não é só uma pesquisa, de etno, que desenvolve algo não. É o que deu liberdade para nós. É uma palavra mais forte do que vocês imaginam. Que envolve questões espirituais, que envolve fazeres e deveres nossos, nossos conhecimentos. Antes de 2005, não se falava. Então é muito importante essa nossa filha falar sobre etnodesenvolvimento, sobre kitaanda, mas hoje. Antigamente não se falava disso. Fica parecendo uma coisa fácil, superficial, o que a gente faz todo dia. Mas, tem mais significado do que vocês imaginam. Hoje tá muito fácil, e nós conquistamos isso. Então.. É uma palavra de furar barreiras, envolve questão racial e resistência." (Lubitu, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

Confesso que neste momento da fala, arrematou em mim um pensamento de responsabilidade de estar trazendo para o campo acadêmico algo que para os povos de terreiro é sua essência, e é inédito ser estudado. Mas, ao mesmo tempo, cheguei ao entendimento da importância de buscarmos o papel social em nossas pesquisas acadêmicas. Conforme a afirmação de Leite (2005, p. 27), "uma universidade será inovadora quando puder promover o necessário equilíbrio entre a busca de excelência, sem exclusão interna e externa e com compromisso de novas articulações sociais". Trabalhos que trazem as vozes das comunidades pensando no âmbito interventivo, proporcionam um caminho possível para novos ambientes acadêmicos participativos. E, para além disso, como é um estudo realizado no âmbito de um Programa de Educação, pode ser uma oportunidade de se pensar novas formas de educação, a partir da contribuição dessas falas, dessas vivências.

Na sequência, Zuri traz seu olhar sobre Etnodesenvolvimento:

> "Normalmente quando eu sempre digo, né? Pensar o etnodesenvolvimento é… Eu não consigo dissociar de não pensar a comunidade, né? Eu acho que a melhor definição pra pensar o etnodesenvolvimento é a comunidade, que a comunidade por si ela já tem um sistema ali que a gente precisa ali só auxiliar. Porque ela já se organiza num processo que é local ali de etnodesenvolvimento, e que normalmente quando a gente chega, a gente aprende mais com a comunidade e só agrega alguns conhecimentos que a comunidade já tem. né? Então normalmente eu sempre digo que o etnodesenvolvimento é pensar a comunidade. E aí a partir daí a gente caminha por alguns eixos né? Que é do desenvolvimento de fato local e das potencialidades que as comunidades já tem. E a gente acaba ali chegando para agregar e aprender mais do que levar. Então sempre que eu penso em agir no etnodesenvolvimento eu trago isso: é aprender com a comunidade. Chegar lá às vezes e só levar alguma coisa, porque eles já fazem bem." (Zuri, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

Pensar a comunidade, pensar as pessoas é o essencial. Muitas vezes vivenciamos desenvolvimento de projetos e de políticas públicas sem pensar nos seus beneficiários e muitas vezes sem sequer escutá-los. Como esse processo de escrita é um reencontro, consigo identificar, nessa fala de Zuri, como foi o meu processo de ensinagem e aprendizagem nas comunidades nas quais realizei formações para jovens e adultos no interior da Bahia. E fiquei refletindo sobre como muitas vezes o sistema de educação hierarquizado em Programas e

Projetos não criam essa ambiência de escuta das comunidades. E será que estamos diante de um cenário de evasão ou de não preenchimento de vagas, em razão das ausências dessas escutas? Deixo aqui uma reflexão também necessária, já que esta pesquisa não dará conta de adentrar essa investigação, em razão do seu objetivo. Mas, trazemos aqui possibilidades, através de implementações reais, utilizando modelos participativos que geram resultados e que tem transformado a vida de muitas pessoas.

Flor da Memória abordou que para ela Etnodesenvolvimento é:

> "Então quando eu penso na palavra etnodesenvolvimento, por exemplo, é… Eu gosto de… É que nem quando alguém me pergunta: O que é empreendedorismo? e ainda poucos meu irmão aqui falou, às vezes tem palavras que a gente não sabe explicar, mas a gente entende. E a gente sabe o que é. Porque daqui atravessou o Atlântico, né? A gente sabe, pode dar alguns nomes, mas, a gente nunca teve esse reconhecimento, mas pertencimento sempre. E se hoje estamos aqui foi graças a esse nossos antepassados, tanto africanos, quanto os povos indígenas também, né?" (Flor da Memória, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

O círculo reflexivo viabilizou muitos temas que são corriqueiros no cotidiano dos envolvidos na pesquisa, mas foi bem provocativo para repensar, olhar para dentro e refletir como as comunidades são vistas e como querem ser vistas pelo olhar externo. Quando Flor da Memória afirma a questão do pertencimento, ela traz a característica real do fazer das comunidades. Muitas vezes, não temos as habilidades técnicas da gestão, fruto de muitos anos de exclusão de direitos, mas sobrevivemos até hoje, utilizando nossas tecnologias sociais. Porém, os padrões de desenvolvimento postos, não consideram as riquezas culturais, as identidades e a diversidade, reproduzindo até os dias atuais a valorização das ciências ocidentais como verdades.

Lubitu provocou:

> "Candomblé não é só religião, nós somos tudo isso aí, somos religião, somos cultura, somos territorialidade, somos o futuro. Se falar só de religião não vai achar os fazeres nossos, não vai achar território. O que a gente tem que falar, Dandara, é da cultura negra, da cultura da matriz, que não só os ancestrais, vem os nossos antepassados. Porque é isso que a gente precisa ver, nós não somos brancos, nós somos negros e temos que pensar como negros. Temos centenas e milhões de etnias que morreram, foram estuprados, ameaçados, homens e mulheres. E precisamos reverenciar quem são nossos antepassados, quem são os nossos avós tataravós, bisavós, que nos deu direito de falar. Mas, não só como religioso, como os nossos antepassados viviam. Os índios também sofreram muito, foram estuprados, mas eles são mais estudados. Nós temos que produzir. A gente precisa mostrar para os outros que a gente existe. E o povo ver que a gente não é só religião. Mas, somos filhos dos antepassados que aqui

> resistem. Axé! Eles pensavam que só os indigenas que plantavam, que faziam artesanato. Mas, nós também produzimos.” (Lubitu, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

A provocação de Lubitu trouxe uma elucubração sobre a produção acadêmica a respeito dos povos indígenas e sobre a visão do Estado de não compreender o modo de vida das comunidades de terreiro, que acaba recaindo na mesma questão trazida anteriormente, de ausência de escuta. As implementações, mesmo no Estado Democrático de Direito, ainda acontecem de cima para baixo. Atualmente, o que favorece é que há uma abertura de diálogos entre Sociedade Civil e Estado, através de comissões, conselhos, grupos de trabalho, dentre outros. Outro fator que contribui para essa visão, de uma certa forma minimalista, é a comunicação.

Jorge Rasta, uma das lideranças afrodiaspórica e panafricanista no Quilombo D'Oiti - Itacaré, afirmou no Djumbai[12] sobre Sustentabilidade e Construção no evento XXIII Caruru de Ibeji e as Pedagogingas, em Itacaré, que um dos três princípios de dominação do planeta é terra, água e comunicação. E para uma das representações da comunicação, que são as produções midiáticas dos cultos religiosos realizados sobre os terreiros de candomblé, demonstra apenas construções imagéticas apenas do ritual religioso, mas, internamente, muitas produções, como: vestimentas, adereços, gastronomia, objetos e alimentos para os rituais já movimentaram macro e micro economias que não são visibilizadas. Ao falarmos sobre a cultura de matriz africana não podemos restringir 54 países africanos presentes no continente, que contempla línguas, etnias, territórios, culturas a uma lógica ocidental distorcida, que provocou apagamentos de nossas histórias. Para Muniz Sodré (2017), “[...] essa cosmovisão do terreiro tem singularidades que se confrontam com a cosmovisão europeia”. Ao mostrarmos as fotografias de projetos já implementados pela ACBANTU, muitos se reconheceram nas imagens e foram provocados/as a exprimir seus sentimentos e lembranças.

[12] Djumbai significa convívio, reunião de pessoas, rodas de compartilhamento. O termo é originário da língua crioulo guineense, falado no país africano Guiné Bissau.

FIGURA 12 – PROJETO NGEEMBA - Recôncavo

Fonte: Portfólio da ACBANTU

Fonte: Portfólio da ACBANTU

Ao mostrar a imagem, Morango falou:

> "Ali é o local do qual eu to falando, se o ser humano da nossa religião, ou fora da religião se unissem, onde tem a casa, era para estar assim. E todas da área, dos moradores. Cada um teria sua couve, sua alface. Olha o galinheiro lá. Temos uma galinha maravilhosa. Se nós negros se conscientizassemos. Para que uma vida melhor, se você plantar e comer do que você planta? No meu quintal mesmo, ontem deu vontade de fazer um sobe desce… tirei algumas coisas do meu quintal, liguei para a vizinha: você tem quiabo ai? Peguei uns quatro quiabos doce dela. Aí eu digo a você. Eu vou a 100 anos. Mas, não queria ir sozinha, queria ir com minhas vizinhas, e elas dando aos filhos delas. Eu não consigo mais criar minha unha porque eu gosto de mexer com a terra. Tem coisa melhor que mexer com a terra? Você cuidando… E sair dando um coentro, um alface e assim sucessivamente. É isso que nós precisamos, primeiro que fortalece e segundo para as crianças, para que uma preocupação melhor que essa? chegou do colégio, vê ali no quintal se tem alguma coisa ali, um giló pra sua vó, pra sua mãe." (Morango, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

Dui diz: "Ali nós vemos crianças envolvidas no processo, né? Que provavelmente ela vai levar como meio de sobrevivência também. Ali tem os pais e os avós, e ali vai passar de família em família. Uma família de agricultores."

Lubitu falou:

> "Essa imagem tem uma particularidade, é uma retomada de saberes e fazeres de povos de terreiro. Isso porque é embutido na academia e no governo que o terreiro sempre está no urbano, e esquecem que tem terreiro que estão no rural. E quem é de terreiro rural, planta, tem animais, cria abelhas, trabalha com piscicultura. Então,

> essa imagem para mim é o início de uma retomada, para que os acadêmicos e os gestores pense terreiro enquanto o povo tradicional que traz a lembrança dos antepassados, e que os terreiros trabalham com produção. Como eles iriam se alimentar e fazer a oferendas se não comprassem? Era produzindo. Tem o seu próprio jeito de plantar e cuidar do seu próprio bicho." (Lubitu, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

Estudos na área de sociologia e antropologia trazem registros de que os africanos possuíam profundo conhecimento sobre espécies agrícolas, compreendendo a complexidade das técnicas de produção, desde a escolha e preparação do solo, passando pelo plantio e tratamento das plantas, até a colheita e, também processamento de produtos. Okademin foi no detalhe da fotografia e disse:

> "Essa foto é de uma ação da ACBANTU aqui no Recôncavo unindo quilombos e terreiros. Né? E ai… dessa imagem relacionado ao ensino e o aprendizado, eu concordo com tudo que vocês falaram e queria colocar só mais um tempero, uma muda nessa imagem. Que é aquela senhora ali que é o terreiro de Mãe Graça, lá em Santo Amaro e ela está segurando uma galinha. Ali ela ta aconchegando uma galinha. E a outra ali, é da família de Placidio, caboclo Gentil, tem uma menininha e do lado é uma cabra, se eu não me engano. É… É o Ailton Krenak que fala que não só ser humano, ensina ser humano. Ele fala que com os povos de terreiro ele aprendeu que inseto ensina ser humano, animal ensina ser humano, planta ensina a ser humano. Você observando os insetos, os homens, os profetas do tempo eles sabem dizer se aquele ano será um ano de pouca chuva ou muita chuva, só observando o trajeto que as formigas estão fazendo. Né? O lado onde o João de Barro deixa a porta da casa aberta quando ele faz a casinha dele, pra que lado ele deixa. Eles tem essa sabedoria de aprender com os animais. E então, ela tá ali ninando uma galinha, segurando ali a galinha. Não é um animal ou algo que só serve para comer. Mas, é um ser que faz parte do aprender, do ensinar, do convivio, do aconchego. Então, essa vivência de povo de terreiro. É uma planta que está do lado da outra, ela serve pra uma finalidade, mas dependendo da planta que está ao lado dela, ela já não serve mais para aquilo. Dependendo de qual horário que você colhe aquela folha, as folhas que vira, né? Ela serve para uma coisa, se você colhe depois, ao longo do dia, depois que ela virou já serve para outra coisa. Então, não é só um protagonismo só do ser humano ensinar e aprender. É um processo que envolve todos os seres. Então essa senhora segurando essa galinha me remete a algo que ensina e aprende também." (Okademin, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

Ao analisar essa fala de Okademin, podemos fazer uma relação direta com a cosmovisão africana, trazida por Muniz Sodré, o autor traz alguns recortes sobre o pensamento de terreiro, trago como recorte, pois falar desses saberes possui uma complexidade muito grande. Simone Marques afirma sobre essa relação única entre ser humano e natureza, trazida na fala anterior, explanada no círculo:

> "Esta é a questão do Antropoceno, a terra como Gaia, a entidade viva, e que nós não estamos separados de nada, mas em relação constante com os objetos. É a separação que traz o desastre climático e ecológico, as doenças. Para o pensamento africano,

> podemos todos ser diferentes, mas não separados. É a ideia do 'ubuntu', que é tanto substantivo quanto verbo, e eu só sou à medida que somos, ou seja, que estamos na mesma lógica de existência. Essa concepção, acrescenta o sociólogo, inclui seres humanos e não humanos." MUNIZ (2017 apud Marques, 2024).

Zuri relatou como foi realizar o acompanhamento do projeto e sobre os resultados positivos que impactaram na comunidade.

> "Eu me vi lá também…E minha filha. Então… Esse é o sistema PAIS. Ai foi um trabalho de um resgate mesmo das minhas vivências, e da minha formação base, né ? Que é da minha família. Sempre que eu estou trabalhando com agricultura familiar o que me remete a saber de onde eu vim, porque eu vim. Eu venho da agricultura familiar. E me alimento da agricultura familiar. E aí, recentemente, eu disse que eu não sei fazer outra coisa se não for uma coisa que faz parte de mim que independente de dinheiro, a gente consegue fazer e ter uns ganhos muito bons. O sistema PAIS foi exatamente isso. Hoje quando eu chego na rua, que eu encontro o pessoal e que as pessoas mandam mensagem… É só a gente pensar em como a gente conseguiu agregar um processo básico né? Que é o da segurança e sobrevivência, e soberania alimentar dessas comunidades. Algumas comunidades com mais desafios, outras mais tranquilas. Outras que se resolviam e precisava só daquele apoio nosso ali, mas que já estavam articulados, alguns que aprenderam a se articular a partir disso. Então me remete as minhas origens de fato, né? Pensar o sistema PAIS e pensar essas imagens é pensar de fato de onde eu venho, onde estou e onde eu quero permanecer." (Zuri, 07 de janeiro de 2025, Cachoeira)

As falas sobre a fotografia foram, surpreendentemente, adentrando nas categorias de educação popular e foi possível perceber no processo da escuta e nos olhares dos co-participantes o quanto o processo do compartilhamento de saberes a partir das trocas estimula e traz sentido para o modo de vida. Morango falou:

> "Eu tive uma ideia de a gente pegar o colégio que tem lá perto e fazer uma parceria. E pegar as hortaliças, porque tem algumas crianças, elas ficam o dia todo na escola, no caso é uma creche escola. Ai já faz o que.. tem aquelas mães que já estão ali e já fazem suas hortaliças, perai que vou pegar ali, para levar para o colégio, já faz uma sopa, bota todas as verduras. As cascas das verduras se torna farinha, torra para fazer farinha, utiliza os ovos. E aí já diminui de ficar nos postos de saúde. Porque? Isso faz parte da nossa negritude. Que vem de lá. Que tínhamos um pedaços de carne na brasa. [...] isso é nosso sonho e nosso futuro. E estamos lá lutando, em Belém para conseguir isso com todas as mulheres." (Morango, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

Zuri falou da experiência dela com as crianças, na qual relatou a experiência do Projeto Ngeemba e este relato estimulou uma criança iniciar o cultivo de verdura em sua comunidade:

> "Hoje eu entendo que o melhor caminho pra educação primeiro é as crianças, né? Eu acho que a gente precisa pensar no processo de educação a partir das crianças e eu acho que um caminho é a terra, sabe? Eu acho que o contato com a terra faz a

> diferença. E a partir desse projeto aí eu levei uma vivência pra um outro projeto também que é o de horta como uma tecnologia pedagógica pra o ensino das crianças e para o processo de eles se compreenderem no espaço, e também é escola. Foi num quilombo lá em Ilha de Maré, assim eu sempre trazia muito o PAIS, pois eles já vivem daquilo, é só se organizar melhor, mas já vivem da produção, já vivem da terra e aí as crianças também sabem fazer. Eu lembro de uma menininha ela nunca lembrava o meu nome, mas ela lembra o nome de Mani (minha filha) e aí eu lembro que eu fiz uma fala um dia que eu fui no terreiro que tinha um menino, um filho de santo da casa que chama Coragem, e eu brinquei… É o corajoso mais preguiçoso que eu conheço agora assim. E aí eu falando com eles dessa experiência e de como ele não tinha tanta afinidade ali e de fazer várias coisas e foi aprendendo. E aí eu sei que ela levou uma semente pra casa, se propôs a aprender, plantou e me mandou um áudio do celular da professora falando assim: Oh mãe de Mani, eu consegui fazer. Aí me mandou uma foto de uma cenoura que ela plantou e já tinha colhido a cenoura. Então, foi uma experiência. Eu acho fora do normal, o que o processo de educação que a agricultura familiar é capaz de movimentar." (Zuri, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

Dui ao olhar a imagem, afirmou:

> "Essa imagem aí para mim, só faltou pra ficar perfeita, foi uma escola. Olha. Temos o sustento por conta da terra, a irmã disse ali que é um galinheiro, então assim. Você vê que eles criam bichos e dá pra sobreviver e ter alimentação. Pode virar também uma fonte de renda, a saúde vem através das folhas e dos alimentos, fora isso, só faltou a escola." (Dui, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

E Lubitu disse: "A escola tá ali. Essa é que é a nossa escola. Como a criança vai tratar se os pais não ensinarem?" (Lubitu, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira). A educação acontece em todos os espaços. Assim como Freire propôs uma educação libertadora, os relatos só reforçam o quanto é transformadora a troca. E que alimentam sonhos de possibilidades reais de aprendizagens, por meio dessas maneiras não formais de aprendizagem. Para Freire:

> a educação acontece independente dos limites físicos do edifício escolar. Em qualquer lugar pode ocorrer o processo educativo, seja numa sala de aulas convencional de um prédio escolar, numa sombra de mangueira, em alguma parte da cidade ou do campo. (FREIRE, 1995, p. 99)

Além de Paulo Freire, outros autores reforçam a importância dos espaços naturais para o processo de aprendizagem, como exemplo a Pedagogia Waldorf, baseada no filosófo austríaco Rudolf Steiner, mas as comunidades tradicionais já executam efetivamente nas suas vivências há muito mais tempo, mas o processo de colonização invisibilizou essas práticas. A categoria

proposta, nesta pesquisa, que diz respeito a saberes tradicionais foi possível identificar facilmente nas falas. Dui disse:

> “Acredito que saberes tradicionais nos lembra dos ensinamentos que tivemos com nossos avôs, e de nossas famílias de axé, como cultuar o orixá, como tomar um remédio de folhas, que só os saberes tradicionais nos ensina, qual seria a folha ideal para cada tratamento. E educação popular é essa roda de conversas, né? Que traz a educação popular. A gente tá compartilhando e ouvindo nossas vivências, cada um tem o legado diferente, tem uma trajetória diferente, um pensamento diferente e é isso que engloba a educação popular.” (Dui, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

Hayalla também trouxe o aspectos de aprendizados com as gerações:

> “Para mim os saberes tradicionais é mesmo esse cotidiano dos nossos mais velhos. Né? Eu gosto muito de colher tudo que eu escuto, às vezes gestos que são feitos. Às vezes nem sempre a gente não pode perguntar o porque aquilo aconteceu. Como eu disse nestante: Olho viu, boca piu. E é assim, isso também faz parte da vivência da educação popular do nosso povo. E dessa forma que temos essa educação popular dentro da nossa realidade. Que é aprender olhando, aprender vivenciando.” (Hayalla, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

Morango além de trazer uma fala sobre o conhecimentos dentro da família, ampliou a perspectiva para a comunidade, e pensando nas mudanças de uma educação, a partir dos saberes tradicionais.

> “Saber cada um tá aqui, o que? Aprendendo mais um pouquinho, né? Para mim a gente… Estamos aqui trocando sabedorias. E educação, eu nasci com um poquinho, minha vó e minha bisavó trouxe mais um poquinho e eu vou tentando trazer para meus irmãos e minhas irmãs, que somos todos. Ai estou dando para elas, para ver se elas se conscientizam. Já que tô dando pra elas, que elas deem para os filhos e os filhos para os netos e assim sucessivamente. Para formarmos e não deixar cair. E porque não unirmos essa população em prol de uma educação melhor? Estamos na luta, vamos chegar lá!” (Morango, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

Zuri pontuou aspectos sobre as nomenclaturas e apropriação de determinados conhecimentos. Denunciou os saberes que foram roubados ou que outras culturas se apropriaram como suas, sem legitimar a origem.

> “A gente roda, roda e cai no mesmo lugar, né? Que é pensar em todo esse processo que a gente aprende com os pais e vai passando. E resgatar as coisas que a gente tem, toda essa bagagem. Que as pessoas trazem com nomes diferentes, e que foi criado por nós e tomado de nós ao mesmo tempo. É pegar o que já é nosso e fazer as coisas acontecerem a partir de nossas perspectivas, desses saberes e dessa educação. Aí normalmente o saber tradicional e a educação popular, eles caminhos juntos, não dissociaria eles.” (Zuri, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

Essa investigação transcorreu por Leis que permitiram o entendimento de conteúdos relacionados à educação para relações étnico-raciais tanto no âmbito de garantia de igualdade racial, quanto de combate à intolerância religiosa, dentro e fora da escola. Abdias Nascimento afirma que:

> [...] Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afochés, escolas de samba, gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei se erguem os quilombos revelados que conhecemos. Porém tanto os permitidos quanto os "ilegais" foram uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. (NASCIMENTO, 1980 p. 255).

Esse processo de quilombismo demoninado por Nascimento precisa ser fortalecido para abalar as estruturas educacionais. Pois, Nilma Lino afirma que "a presença de sujeitos pertencentes a coletivos diversos, e tratados, historicamente, como desiguais e inferiores, trouxe para as instituições educativas indagações sobre o conhecimento hegemônico que nelas perdura" (Lino, 2023). Essas falas são mobilizadoras de mudança, pois a partir da pesquisa, se reconhece que esses saberes tradicionais são legítimos e que é cabível buscar estratégias argumentativas nas esferas públicas e fora delas que possam concretizar ações já instituídas pela própria organização. Mais imagens foram mostradas para os presentes, e as temáticas abordadas foram o processo de autonomia, relação com o trabalho e as práticas de educação.

FIGURA 13 – SABERES TRADICIONAIS E FEIRA REALIZADA NO CENTRO HISTÓRICO

Fonte: Portfólio ACBANTU.

Fonte: Portfólio ACBANTU.

FIGURA 14 – PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR NA ÁREA DE GASTRONOMIA E SÍMBOLOS DA KITAANDA

Fonte: Portfólio ACBANTU

Fonte: Portfólio ACBANTU.

Hayalla trouxe lembranças saudosas sobre a fotografia das mulheres participando da formação em gastronomia e da feira, incluindo da liderança Mãe Bernadete (in memorian), com a qual eu tive muito contato e pude acompanhar a sua luta também quando ela estava ativa em sua comunidade. Infelizmente, é uma dura realidade das comunidades tradicionais que lutam pelos seus direitos à terra, pela manutenção do seu modo de vida, pela sua cidadania. E é muito triste relembrar de muitas lideranças que tiveram as suas vidas ceifadas por reinvidicarem o direito de ir e vir, previsto na Constituição Federal.

> “Essa cena ai foram milésimas vezes repetidas. Nos terreiros, onde a gente ia fazer as atividades. O irmão mesmo falou, que tudo começa na cozinha. No candomblé, a cozinha, o ajeum é uma coisa que parece que une toda a história. Todo lugar que a gente vai, tem que ter esse momento de sentar para comer, pra discutir. Fora dos saberes de alimentação, nós já tivemos aula de bordados, línguas, Konmmanjy já fez várias oficinas de yorubá e bantu. Tivemos muitas oficinas. Já tivemos trabalhos com a Alvacélia do trabalho que ela tinha com a palha da banana. O terreiro São Jorge, que eles são muito multiplicadores. Na época que tínhamos aquela feira da agricultura famliar, na praça, tivemos muita troca de conhecimento, com quilombos, lembro do quilombo da nossa saudosa Mãe Bernadete, que levava aquela militância dela, incansável. Ela sempre estava em nossas atividades, mostrando aquela resistência que ela tinha de fazer esse movimento no terreiro dela. Ela e a resistência das pessoas que não entendiam o que ela queria implantar, não vestirem a camisa dela, ou vestirem com dificuldade, mas mesmo assim ela nunca desistia. Ela sempre reclamava, mas as pessoas não levavam a sério. Nada disso fazia com que ela desistisse, e como diz a triste realidade: ela morreu lutando.” (Hayalla, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira).

Morango trouxe a memória de uma das vivências já relatadas nesta pesquisa. No qual, a Kitaanda reuniu muitas mulheres para aprimorar o manuseio das plantas.

> "Já participei de várias. Ali em São Francisco do Conde, foi jóia. Nós aprendemos a fazer xarope, uma coisa maravilhosa. E ela ensinou em Belém a fazer argila. A galera, foi, todo mundo participou e gostou. Eu fiz uma relação e estou tentando até hoje é mobilizar as mulheres, nossas vizinhas. Quando elas me falam vou levar o menino no médico que está tossindo. Eu digo: Poxa. Vocês tem um médico no quintal. Eu pergunto: cadê o xarope? Ai eu sai distribuindo as receitas novamente, tirei as cópias e disse, aqui em Cachoeira você só precisa comprar duas beterrabas e outros itens e você faz um xarope." (Morango, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

O intercâmbio no qual Morango relata foi a experiência da formação relatada anteriormente, com Lucely Pio, da comunidade de Cedro, em Goiás. Mas, no Recôncavo tem outras experiências voltadas para a autonomia das comunidades. E alguns deles com incentivo de empresas privadas. No quilombo do Tabuleiro da Vitória, por exemplo, tem uma experiência do projeto para mulheres, implementado pela Associação Mulheres do Quilombo Tabuleiro da Vitória e Adjacências, em parceria com o Instituto Meio e a Votorantim. O projeto visa proporcionar o aumento da renda e qualidade de vida das famílias da comunidade Quilombola do Tabuleiro da Vitória, por meio da implementação e melhorias da estrutura de produção de ovos caipiras. E a comunidade está conseguindo implementar e ampliar para outras famílias, além de comercializarem os ovos para os mercados locais.

Ao tratarmos sobre autonomia, Zuri reforçou:

> "Autonomia é o que a gente precisa. Eu sempre falo que pensar segurança alimentar e pensar soberania alimentar, as coisas não são separadas elas são juntas, então a gente precisa é… Resgatar o que todo mundo tirou da gente, né? Essas palavras bonitas da agroecologia, tudo isso já era feito. Então é resgatar de fato esse processo de autonomia não só de plantar, mas de plantar e fazer como uma forma de renda." (Zuri, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

Na sua fala Zuri também trouxe, posteriormente, a crítica ao que pessoas negras brasileiras estão enaltecendo: o Kwanza, no período natalino. E Okademin complementou:

> "Nessa perspectiva também de autonomia. A festa da colheita, mas eles, os afro-americanos associou a Kwanza com a festa da colheita lá no norte. Eles usam como uma comemoração do Natal, quando é a festa daqui pra nós da colheita é no São João. Sim. É em junho que a gente colhe né? Colheita. E é em junho que o milho, o amendoim, o feijão é colhido, ele fica mais barato, né? Acessível. Então, pra algumas autonomia é o que a terra traz e aí é associado também ao Nkisi Tempo, né? O tempo da colheita, né? A autonomia quando você fala no seu território, a agricultura você expressa seus saberes e os fazeres tradicionais naquele território. Então, quando tem

> uma invasão, por exemplo, que um jagunço, um latifundiário, comete o crime e invade a terra de uma comunidade quilombola e eles vão fazer uma denúncia. E essa denúncia chega, eles dizem assim: queimaram as nossas lavouras. Né? Ou seja, teve a quebra da soberania, da segurança alimentar. Teve uma quebra nos saberes e fazeres que são expressos ali na agricultura e é por isso que o Etnodesenvolvimento ele está ligado a autonomia, ele é a própria autonomia de um povo, né? É a gestão territorial a partir dos saberes e fazeres das comunidades tradicionais que se expressa na agricultura, se expressa no artesanato, se expressa num remédio, num chá, né? E é associado ao ser humano. E se o território está inseguro, todos os seres humanos que ali habita, os animais, também estão em insegurança, né?" (Okademin, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

Essa fala traz a denúncia de situações corriqueiras de ameaças que as comunidades tradicionais são submetidas com frequência. E não podemos negligenciar, pois esses conflitos fundiários interferem diretamente na relação das comunidades com o seu território tradicional e sagrado. Okademin complementa trazendo o aspecto da identidade cultural:

> "[...] A gente avança, mas eu não acredito quando a gente avança, adaptando o que eurocêntrico nos impõe. Para mim, a autonomia é a gente ser a gente mesmo, e ter a expressão dos nossos saberes e fazeres como nós somos, ai é onde a gente liga a identidade cultural. Não adaptar o que o outro tá te impondo." (Okademin, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

Esta fala reforça o quanto é vivo nestas comunidades a importância da valorização desses saberes, a cada observação conseguimos captar a importância desse reconhecimento e o quanto se faz necessária essa garantia de proteção e perpetuação dessa identidade. E o quanto a distorção desse pensar, desencadeia formas homogêneas de lidar com essas características.

Foi provocado, durante a pesquisa, uma necessidade de se manter registros sobre as práticas desenvolvidas. Inclusive um dos objetivos da pesquisa é descrever e sistematizar as práticas de educação popular vivenciadas pela Cooperativa Kitaanda Bantu. E foi possível apreender que mesmo com a utilização do site, portfólio e outras ferramentas, as práticas não estão sistematizadas como ações da Kitaanda, pois o braço ainda está atrelado à Associação. Sodré (2014, p. 14) reafirma a importância da mediatização, dizendo: No necessário rearranjo de pessoas e coisas, a comunicação revela-se como principal forma organizativa.

Zuri fala:

> "[...] Eu acho que uma coisa que a gente aprende lá traz, e ai chega gente com a terminologia nova, a gente parece que esquece. E uma coisa real é que a gente precisa pensar. E assim… Eu acho que a gente peca muito, eu acho que a gente cria as coisas, faz as coisas acontecerem, as comunidades geram esforços grandes e a gente deixa isso passar. A gente não faz um registro real disso, sabe? Assim, por exemplo, o sistema PAIS, daria um documentário ótimo. Porque não é só o processo, é o processo

> de relação com a terra, é o processo da família, porque a família se une para aquilo. É o processo que une quem tá mais distante e traz ali. então… São várias coisas. Acho que é pensar uma forma de darmos visibilidade para as comunidades como referência. Por exemplo, esse projeto nunca tinha acontecido para terreiros. É inédito na história da Bahia." (Zuri, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

E Okademin complementa:

> "E a própria pesquisa de Mestrado que a Dandara está fazendo, também é educação para nós. É educação popular. Ela está pegando as nossas percepções, os nossos entendimentos. Ela está pegando esses registros escritos que vai servir para várias e várias gerações que nós nunca fizemos. A Kitaanda nunca teve isso. O próprio exercício deste Mestrado é educação popular para gente também. E uma das palavras é legado." (Okademin, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

Mais uma vez, foi citada a autenticidade da pesquisa e o quanto se faz necessária investigações nesta área, como proposta de um legado para a instituição também. Durante a pesquisa observei que um dos documentos do portfólio da ACBANTU é o artigo que desenvolvi sobre a Kitaanda e isso reforça a relevância social do estudo.

O encontro também versou sobre futuro e possíveis conteúdos que os co-participantes avaliariam como necessidade para fortalecer o processo formativo. E foram trazidas a relação com o mercado.Okademin relatou experiências:

> "Temos experiências exitosas de feiras. Faziamos a Feira Nkaanda, não tinha um dia que voltavamos com produtos. O povo do Pelourinho já ficava aguardando o dia e consumia muito os produtos da agroecologia das comunidades tradicionais do Recôncavo e da Região Metropolitana de Salvador. Participamos também da feira nacional em Belém, do MDA e vendemos tudo. Quase que Jibaguê vende a camisa que estava no corpo. A valorização dos nossos produtos fora é muito grande. A Kitaanda é um espaço de se organizar contra o racismo estrutural." (Okademin, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

Hayalla reforça que não tem interesse em atender o mercado:

> "O mercado quer mão de obra barata. Eu tenho prazer em trabalhar com minha produção. Mas, eu faço meus trabalhos e vendo, além de participar de feiras. O mercado tem muitos atravessadores, por isso sou muito grata a Kitaanda. Tem bonecas que eu faço que não tem valor financeiro." (Hayalla, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira)

Dui falou É" isso. Para a comunidade, muitas vezes é necessário a prática. Precisamos de passos grandes, mudanças reais e concretas, dentro do agora." (Dui 7 de janeiro de 2025, Cachoeira) E Saputi fala da sua arte: "Eu vejo o futuro. Eu vejo o artesanato, uma obra. Não

existe um artesanato igual ao outro. Minhas imagens, elas que escolhem as roupas que querem vestir, eu só executo. O artesanato é a arte de transformar.” (Saputi, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira).

Sobre possibilidades futuras falaram:

> “Temos algumas demandas de diálogos que já fizemos. Pensamos em um intercâmbio em Kaonge, precisamos de formas de escoar os produtos, temos a demanda do espaço físico também, por conta lá, da situação do Pelourinho, dos vizinhos e tal. E precisamos pensar na individualidade de cada um dentro do coletivo.” (Hayalla, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira).

Okademin também traz demandas sobre possíveis conteúdos para a Kitaanda Bantu:

> “Um dos conteúdos que vejo importante é trazer sobre o Patrimônio Material e Imaterial, enquanto povo tradicional. Trazer sobre diversidade cultural. Esse patrimônio afrodiaspórico nosso é a nossa identidade. E assim podemos possibilitar vivências. Nossas comunidades são Muses Vivos. Olha. Temos também a experiência da Makota Itana que aqui na Kitaanda formou mais de 2 mil pessoas. Muitas pessoas foram formadas por Makota Itana e esse ofício serviu para geração de renda de muitas e que estão sobrevivendo através dessas vendas. Mandando encomendas para outros Estados.” (Okademin, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira).

Para finalizar, ou melhor, pausar essa prosa, deixo aqui a consideração feita por Lubitu durante o círculo:

> “Eu quero ressaltar que muitos de nós, como nossos antepassados a que aqui chegaram, foram tratados como peças e alguns de nós querem ser tratados, ainda hoje, como peças não reconhecendo sua auto identidade. A gente quando pensa um etnodesenvolvimento, a gente tem que trabalhar: Quem nós somos! Onde nós estamos! E para onde nós vamos! E o que será de nossos filhos. Somos negros e negras e nossa cultura é afro.” (Lubitu, 7 de janeiro de 2025, Cachoeira).

Essa afirmação nos faz refletir sobre caminhos futuros. E como queremos trilhar esse futuro. E essa provocação feita por Lubitu me lembrou da Cida Bento, pois essencialmente, neste trabalho estamos trazendo processos de educação revolucionários. E ela nos coloca também nesse papel de educadores e educadoras que almejam um futuro mais digno para nosso povo preto. Sabendo que avançamos, mas podemos ainda mais. Quando afirma que (BENTO, 2024)

> A nossa tarefa é muito difícil porque não é uma educação para preto, para indígena, é uma educação para o país. Não é uma civilização para este grupo ou pra aquele é ensinar ao país novos valores civilizatórios, que as mulheres negras na sua marcha do bem viver dizem. Se esse sistema ele precisa do mal viver pra sobreviver. Então, tudo isso que a gente está fazendo é pura revolução.

Os círculos reflexivos, assim como os diversos encontros que tive com os co-participantes da pesquisa para a realização dos registros, negociações, planejamentos, cada momento foi de muita aprendizagem. Cada olhar, cada gesto, cada símbolo e cada palavra. O lugar de pesquisadora atenta e fichando cada descoberta.

Os diários de campo trouxeram informações sobre os itens que foram atendidos no roteiro, itens que não foram atendidos e itens que emergiram e não estavam previstos. Sobre as observações dos itens que foram atendidos, temos as categorias de propostas e também a utilização de imagens para provocações e reconhecimento das práticas de educação vivenciadas pelas pessoas co-participantes da pesquisa. Os itens que não foram atendidos, destaco algumas perguntas que no momento da aplicação no círculo não foram aplicadas com a mesma rigidez do roteiro, pois busquei relacionar algumas palavras-chave da pergunta, a partir de falas realizadas durante as explanações no círculo, mas que foram aplicadas na intencionalidade de atender ao questionamento da pesquisa.

E também por ter observado que algumas falas, principalmente em Salvador, se dispersaram, em razão de ser o primeiro encontro de 2025 e as pessoas abordarem coisas que saiam do universo da pesquisa. Nos círculos também emergiram assuntos que não estavam previstos, como: saúde mental da população negra e de terreiros, relações interpessoais dentro de ambientes coletivos, dificuldade com educação financeira, possibilidade do escoamento dos produtos através de loja colaborativa, importância do lazer para empreendedores/as através de participação de manifestações culturais e intercâmbios; denúncia sobre a vulnerabilidade dos territórios das comunidades tradicionais e demandas de audiovisual para registros de ações de projetos.

6. CONCLUSÃO (COMEÇO, MEIO, COMEÇO)

> “Retomada não só da terra. Retomada da cultura, da espiritualidade, da dignidade.” Mestre Guarani Kaiowá

A proposta desse começo é não retroalimentar os silenciamentos. É compreender como Nego Bispo trouxe o processo de confluência: “Quando a gente confluencia, a gente não deixa

de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente.” (Bispo, 2023). Tudo começou através de um reencontro, e os encontros do rio com outro rio, na cosmovisão quilombola. Segundo Bispo, ele passa a ser ele mesmo, e também o outro fortalecido, e por isso, estamos vivenciando o meio de um novo começo. Esta pesquisa traz esse novo começo com a implicação de uma proposta prática em conexão com tudo que foi escutado e catalogado aqui.

A proposta de pergunta de pesquisa: Quais práticas de educação popular e saberes tradicionais da Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu se constituem como estratégias de fortalecimento da identidade cultural? E no decorrer da investigação fomos através da metodologia do tipo colaborativa, que prevê a participação dos homens e mulheres que contribuíram ativamente, desenhando um caminho para averiguar as potencialidades para este estudo, trazendo aspectos culturais, econonômicos, sociais, educacionais, emancipatórios e construídos para e pelos povos e comunidades tradicionais. Dentro do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos, pensando a concentração na área de educação, trabalho e meio ambiente, pude esmiuçar cada eixo, através do olhar direcionado e uma fluência na escrita, buscando ser leal aos meus princípios como educadora, pesquisadora, mulher negra de terreiro e que pretende deixar registros do que foi herdado de muitas mulheres negras que vieram antes de mim.

Os três eixos da área de concentração pretendem englobar pesquisas que pensem o mundo do trabalho, formação de professores e combate ao analfabetismo, vinculando as relações sociais e ambientais. O estudo proposto nos possibilitou trazer visibilidade para práticas de educação popular e saberes tradicionais de povos e comunidades que possuem um histórico de exclusão, mas que se reinventaram a partir de conhecimentos adquiridos através de muitas gerações anteriores. E que compreendem esses conhecimentos dos antepassados como de suma importância para a sobrevivência dos seres de hoje e das próximas gerações. Aprendi, como uma ndumbi educadora e como mulher de terreiro, durante a pesquisa, que os saberes tradicionais que pautam a preservação do meio ambiente, a partir da lógica contra colonial, são caminhos para continuarmos vivos e vivas, pautando a nossa concepção de mundo, de trabalho e de existência. E que nós ainda temos áreas preservadas em nosso país, e em nosso território baiano, em razão da existência destas comunidades que preservam esse território tradicional.

No aspecto educação, a preocupação que essas comunidades têm do processo de aprendizado fazer sentido na vida, de uma criança, de um jovem ou de um adulto é através da consideração de saberes próprios evidenciados por fatores da natureza, do autocuidado com a

sua espiritualidade, com a preservação dos seus ancestrais. E que consideram que a própria vida e a relação com a natureza é o próprio ensinamento, e está intrínseco na vida de cada um. A sistematização de modelos externos homogêneos distorce o processo de entendimento e cognição no processo de aprendizagem. Quando falamos em uma população que demorou muitos anos para ter acesso à educação formal, utilizar os próprios conhecimentos populares favorece o entendimento e proporciona uma percepção de mundo mais ampliada, não bancária, como o saudoso Paulo Freire preconiza.

A proposta metodólogica desta pesquisa seguiu o itinerário proposto por Ibiapina (2008), de uma reflexão crítica valorizando a participação colaborativa dos sujeitos. O percurso envolveu regras da observação, definição dos objetivos da observação, seleção do local e do grupo a ser observado, definindo quem, o que observar.No quadro abaixo é possível observar o rigor com o qual foi seguido o processo de investigação, a partir das ações previstas:

QUADRO 4 - Ciclo da Pesquisa Colaborativa

Ação 01	**Ação 02**	**Ação 03**	**Ação 04**
Descrição	**Informação**	**Confronto**	**Reconstrução**
Registros de todas as atividades	Instrumentos de utilizados para captar os conteúdos da pesquisa	Discussões reflexivas entre teoria e prática	Aprimoramento da prática
Quais são as práticas de educação popular?	Relacionar as práticas e as teorias educacionais	Para onde as práticas levam esses sujeitos/as?	O que pode ser modificado? Quais os próximos passos?

Fonte: Quadro adaptado pela pesquisadora (2025)

O caráter interventivo desta pesquisa permitiu uma grande interação entre a pesquisadora e os co-participantes e, através disso, pudemos identificar resultados tangíveis, propondo aplicabilidades a partir da cooperação e envolvimento dos sujeitos da pesquisa. Em alguns momentos me distanciei e olhei de fora como alguém que nunca tivesse tido acesso aos processos de ensinagem de terreiro e pude perceber que o aspecto da religião era um dos fatores, apesar de os saberes ali vivenciados faziam sentido para qualquer pessoa, religiosa ou não. Pois, as populações negras e esses povos que vieram bem antes da gente, tem um vasto conhecimento, que foi em certo momento da história colocado à prova, por nosso contexto de colonização.

Mas, a existência e resistência desses e dessas demonstra que há caminho para rompimento da lógica ocidental, no qual tudo é uma mercadoria. Krenak (2020. p. 101) traz que “acha gravíssimo as escolas continuarem ensinando a reproduzir esse sistema desigual e injusto. O que chama de educação é, na verdade, uma ofensa à liberdade de pensamento. [...] para mim isso não é educação, mas uma fábrica de loucuras que as pessoas insistem em manter.” E ao notar essas palavras e tudo que foi vivenciado durante a pesquisa, avalio como exequível mudanças. A pesquisa interventiva proporciona uma reconstrução da ação, através da reflexão crítica. E os dados trazidos são propulsores de concretizações no âmbito da Universidade, da comunidade e também da escola.

Como produto final desta pesquisa interventiva realizamos os dois círculos reflexivos que possibilitaram uma junção de percepções que foram cruciais para responder a questão da investigação. Para atender a pergunta da pesquisa, fizemos um caminho que reconhecemos ser importante, traçando os objetivos específicos da pesquisa: a) Apresentar a Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu, na perspectiva do etnodesenvolvimento e do cooperativismo, considerando a relação trabalho e educação; b) Descrever e sistematizar as práticas sociais de educação popular e saberes tradicionais vivenciados pela Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu; c) Analisar a relação entre os saberes tradicionais desenvolvidos na Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu e as práticas pedagógicas.

Ao apresentar a Cooperativa e a Associação podemos observar o processo de dependência, pela questão jurídica, ainda em razão da inexistência da cooperativa do ponto de vista legal, porém foi possível entender a perspectiva do etnodesenvolvimento. Etnodesenvolvimento este que pulsa dentro do fazer da Kitaanda Bantu, não somente como aspecto teórico, mas como modo de vida. Mesmo diante das dificuldades encontradas e a ausência de infraestrutura própria. O cenário atual da pesquisa, proporcionou uma nova articulação para futuros caminhos de implementações internas. E, foi possível a compreensão da relação trabalho e educação, que acabam se retroalimentando nas produções individuais e coletivas dos saberes e fazeres. Além disso,este trabalho tem simbiose com redes sustentáveis, com viés de desenvolvimento local, com ampliação para atuar nacionalmente. A proposta azeitada nos diálogos é a constituição da cooperativa formalmente, que prevê continuidade nas práticas formativas e o fortalecimento da perspectiva de rede, que já tem sua concepção, mas

que precisa de estratégias operacionais para redução de riscos.

Na descrição e sistematização das práticas, pudemos utilizar alguns exemplos de apresentações utilizadas anteriormente em congressos e seminários acadêmicos, o que proporcionou um olhar mais crítico da importância dessa sistematização para a própria cooperativa e o entendimento e reconhecimento do potencial articulador que as pessoas envolvidas tem e o quanto essas práticas podem ser replicadas em ambiente escolar e em outras comunidades. O olhar crítico que avalio como gestora de projetos é que além da necessidade de sistematização, que esta pesquisa colocou destaque, se faz também necessária a mensuração dos impactos que esses projetos, ações e atividades geraram nas comunidades e essas informações sejam utilizadas estrategicamente pela organização para propor um processo autônomo, que foi tanto enunciado.

Os saberes se entrelaçam o tempo todo com as práticas pedagógicas, as quais têm como essência esses saberes. No decorrer da análise pude perceber princípios da Pedagogia da Circularidade, proposta por Tássio Ferreira, já citado durante essa pesquisa; a Pedagogia da Alternância, prevista na proposta da Educação do Campo; a lógica das manifestações afro-pindorâmicas politeístas, conforme Nego Bispo e o Etnodesenvolvimento, e esses elementos trançados como a esteira, propõem um novo modelo circular para pensar a educação. Tudo na mesma confluência e com concepções futuras para um novo despertar educador unindo o protagonismo e as vozes das comunidades.

Apresentando os pressupostos, compreende-se que todas as práticas se constituem como fortalecimento da identidade cultural. Mas, ainda assim, algumas iniciativas carecem de articulação ampliada, para que mais pessoas acessem e entrem neste sistema educativo. A lógica de formação escolar é quem possibilita o direito à educação formalizada, porém como já foi apresentado anteriormente, temos um cenário ainda a ser aprimorado. Temos recentemente o exemplo do Programa Pé de Meia, que objetiva democratizar o acesso e reduzir a desigualdade social entre os jovens, além de fomentar a inclusão educacional e estimular a mobilidade social. Mas, analisando criticamente, como estão os conteúdos propostos neste curricular escolar? Precisamos reavaliar esse currículo e proporcionar encaminhamentos de proposições de formação de professores que estejam aptos a trazer exemplos de experiências exitosas como essas apresentadas neste estudo, contextualizando com as realidades existentes.

Um outro fator importante é acercade negros e negras, visto que, através das cotas raciais, Lei nº 12.711/2012, é determinado determina que metade das vagas (50%) de

instituições de ensino superiores públicas devem ser destinadas a negros/as. O Censo Escolar da Educação Superior de 2022 revelou que houve um aumento de 167% de ingressos na educação superior federal por meio de ações afirmativas, em dez anos. Dados como estes, revelam também o quanto ao estarmos em espaços como esses podemos pautar, academicamente, temáticas que deem voz às nossas realidades, enquanto estudantes negros e negras.

A partir das descobertas advindas do percurso asas foram criadas, dandoencaminhamento posterior à criação de um Programa de Etnodesenvolvimento com a proposta de acompanhamento e formação dos Núcleos Produtivos da Rede de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu, ao longo de seis meses com vistas a fortalecer as atividades em torno do etnodesenvolvimento nos territórios tradicionais de atuação da Rede Kitaanda Bantu, além da operacionalização de forma coletiva da constituição formal da cooperativa. O Programa foi montado diante das necessidades observadas durante o processo da dissertação e a ideia é que seja implementado para fortalecimento das práticas de educação popular e também para a rearticulação e constituição de estratégias de escoamento de produtos, para que as mulheres da Kitaanda Bantu possam acessar recursos para fortalecer a implementação da cooperativa. Este Programa propõe três eixos 1. Identidade e Patrimônio 2. Direitos e Povos e Comunidades Tradicionais 3.Futuro Ancestral, o detalhamento de cada conteúdo está proposto com maior detalhamento como apêndice.

No âmbito federal, foi lançado recentemente, o Programa Mais Gestão, que seleciona cooperativas e empreendimentos solidários da agricultura familiar, para atividades de formação, assessoramento e acompanhamento, objetivando a promoção e fortalecimento desses modelos de empreendimentos solidários da agricultura familiar, além de acesso a Programas relacionados a grupos coletivos de artesanato. O governo atual também possui uma Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar, vinculado ao MDA, que dispõe de recursos específicos voltados para cooperativismo.

O objeto de estudo proporcionou uma avaliação para as políticas públicas da EJA e identificou que a idealização de formações oferecidas aos docentes e discentes da EJA não fornecem estudos e reflexões, que contemplem as intenções e conhecimentos necessários para proposições libertadoras e emancipatórias, amparadas em conhecimentos e saberes tradicionais da população negra e de povos e comunidades tradicionais, e que os costumes dessas comunidades poderiam preservar e garantir legados. Pensar cursos de extensão que envolvam

as comunidades para pensar sobre políticas públicas, segurança alimentar e nutricional, saberes tradicionais, saúde da população negra, trabalho e geração de renda também são itinerários possíveis e que envolvem articulação de instituições da sociedade civil e órgãos do Poder Público. Uma proposição viável que também gerou provocações na realização dos círculos reflexivos foi o registro audiovisual, em parceria com o coletivo Azuele, para validar a proposta de momentos formativos e transmitir mensagens educativas, além de reverberar informações visibilizando a temática para maior acesso incrementando aspectos sonoros e visuais.

Caminhando para o começo, trago aqui que a intuição como uma tecnologia ancestral trazida por quem veio bem antes de mim, me trouxe até aqui, trilhando passos junto comigo, permitindo a licença pedida no início, e me dando alicerces para essa escrita. A academia que minhas tataravós, bisavós e avós não tiveram acesso, hoje, me permite trazer com o rigor acadêmico e metodológico a voz daqueles e daquelas que sempre ensinaram e sempre tiveram voz. E assim como eu, nós e toda a sociedade, como Ubuntu - indivíduo enquanto humanidade (MUNIZ, 2017), temos a responsabilidade pessoal e social de trilhar caminhos em prol do Bem Viver para continuarmos vivos e vivas e a educação é uma das sementes que podemos regar. E espero que esssa leitura te leve, assim como me levou, a acessar quem eu sou (nós somos), onde eu estou (onde estamos) e para onde eu quero ir (queremos ir). Tutoondele! Nós Agradecemos!

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

ARAÚJO, Laura Filomena Santos de; DOLINA, Janderléia Valéria; PETEAN, Elen; MUSQUIM, Cleiciene dos Anjos; BELLATO, Roseney; LUCIETTO, Grasiele Cristina. Diário de pesquisa e suas potencialidaddes na pesquisa qualitativa em saúde. **Revista Brasileira Pesquisa Saúde**, Vitória, Espírito Santo, p. 53-61, jul./set. 2013.

ARRUDA, Marcos. **Educação para uma Economia do Amor**. São Paulo: Editora Ideias&Letras, 2009.

AZANHA, Gilberto. "Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil." In LIMA, Antonio Carlos de Souza & BARROSO-HOFFMANN, Maria (orgs.): **Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas:** Bases para uma Novva Política Indigenista, pp. 29-37. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2002.

BATALLA, Guilherme Bonfil. **América Latina:** etnodesarrollo, etnocidio. Costa Rica: FLASCO, 1982.

BAUER, Martin. W. ; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som:** um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Pública, Educação Alternativa, Educação Popular e Educação do Campo:** Algumas Lembranças e Divagações. Educ. Soc., Campinas, 2021.

BRASIL. **Inep - Censo da Educação Superior.** Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ingresso-por-cotas-aumentou-167-nas-universidades. Acesso em: 02 de dez. de 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 1988. Disponível em: Acesso em: 01 de dez. de 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009. **Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/educacao-escolar-indigena/politica-nacional-dos-territorios-etnoeducacionais Acesso em: 01 de dez. de 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA . Diário** Oficial da União , Brasília, Sessão1, Acesso em: 5 de nov. de 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB no 16/2012.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 05 jun. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/18693-educacao-quilombola . Acesso em: 12 de out. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB n. 8, de 20 de novembro de 2012. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 21 nov. 2012a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/18693-educacao-quilombola . Acesso em: 12 de out. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO CNE/CP nº 1, DE 16 DE AGOSTO DE 2023. **Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior.** Disponivel em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucao-cne-cp-2023 . Acesso em: 16 de jan. de 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999. **Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Portaria nº 86, de 1º de Fevereiro de 2013. **Institui o Programa Nacional de Educação do Campo -PRONACAMPO e define suas diretrizes gerais.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, nº 24, Seção 1, p. 28, Acesso em: 04 de fev. de 2013.

BRASIL. Resolução CNE/CEB1, de 3 de abril de 2000**. Institui diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 32, Acesso em: 9 de abr. de 2002.

CAETANO, Edson. Considerações sobre o binômio trabalho e educação: um olhar pantaneiro. **Trabalho necessário**, ano 9, n. 13, edição especial, p. 1-17, 2011. Disponível em: http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN13UFMT.pdf . Acesso em: 17 de jan. de 2025.

CAPUCHO, Vera. **Educação de Jovens e Adultos:** Prática Pedagógica e Fortalecimento da Cidadania. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese de Doutorado.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de fazer. 16. ed. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro. Populações Tradicionais e A Convenção Da Diversidade Biológica. **Revista de Estudos Avançados,** São Paulo, V. 13, N. 36, P. 147-163, Maio/Ago. 1999. DOI: 10.1590/S0103- 40141999000200008.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa:** aportes metodológicos. 5. ed. Campinas: Editora Papirus, 2012.

FERREIRA, Luís Carlos Ferreira; RUBIM, Cristina Varandas. Comunidades que ensinam e Adultos que aprendem: a Educação Moçambicana de Adultos no debate com as comunidades de aprendizagem. **Revista Áquila.** nº 21. Ano IX. Ago/dez, 2019.

FERREIRA, Maria Salonide. A Abordagem Colaborativa: uma articulação entre pesquisa e formação. In: SAMPAIO, Maria Narciso, SILVA, Rosália de Fátima. (Orgs.) **Saberes e Práticas da Docência.** Campinas: Mercado de Letras, p. 359 – 396, 2012.

FERREIRA, Tássio Santana. **Pedagogia da circularidade:** ensinagens de Terreiro. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2021.

FLEURI, Reinaldo Matias. Conversidade, Decolonialidade e Bem Viver ressignificam as práticas de extensão universitária. **Revista de Educação Popular**, Edição Especial, p. 23–40. Uberlândia, 2022.

FRANTZ, Walter. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez, 2001, p. 247, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Que fazer:** teoria e prática em educação popular. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes,1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores.** Rede escola de governo, 2005. Disponível em: http://www.pb.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201179171745208frigotto_ciavatta_ramos_o_trabalho_como_principio_educativo.pdf . Acesso em: 15 de jan. de 2025.

GADOTTI, Moacir. Educação De Jovens E Adultos: Correntes E Tendências. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. (Org.). **Educação De Jovens E Adultos**: Teoria, Prática E Proposta. 12 Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política:** impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 2.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal: direitos e aprendizagens dos cidadãos(ãs) em tempos de Coronavírus. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 7, p. 10-20, 2020. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3259. Acesso em: 8 de ago. de 2021.

GOMES, Nilma Lino. Descolonizar o conhecimento para incluir saberes indígenas e negros. **Revista Educação.** Edição 292, São Paulo, 03 abril. 2023. Disponível em: https://revistaeducacao.com.br/2023/04/03/nilma-lino-gomes/ . Acesso em: 25 de jan. de 2025.

HALL, Stuart. identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, 1996.

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. **Pesquisa Colaborativa:** Investigação, Formação e Produção de Conhecimentos. Brasília: Liber Livros Editora, 2008.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep. Disponível: https://www.gov.br/inep/pt-br Acesso em: 02 de dez. de 2024.

KI-ZERBO Joseph. **História Geral Da África:** I. Metodologia E Pré-História Da África. São Paulo: Ática; Unesco, 1982.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton; MAIA, Bruno. **Caminhos para a cultura do Bem viver.** Cultura do Bem Viver, 2020.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Conhecimento e Competências no Trabalho e na Escola**. Boletim Técnico do SENAC, v. 13, n. 1, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção Do Espaço.** Trad. Doralice Barros E Sérgio Martins (Do Original: La Production De L'espace. 4 ª Éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira Versão: Início – Fev. 2006.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. & BARROSO-HOFFMANN, Maria (orgs.). 2002a. **Etnodesenvolvimento e políticas públicas:** bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2002.

LIMA, Márcia; RAMOS, Paulo. **Educação e Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil De 2003 A 2014.** Frederich Ebert Stiftung (FES), Brasil. Julho, 2017.

LITTLE, Paul E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, ano 2, n. 3, p. 33-52, Campo Grande, 2002.

LOPES, Dandara Correia. Saberes Tradicionais: Processo De Ensino E Aprendizagem Dos Empreendedores Da Cooperativa De Etnodesenvolvimento Kitaanda Bantu In: **Revista Educação E Ciências Sociais** V.2, N. 2, 2019, P. 41-61. Disponível Em: Revista Educação E Ciências Sociais Revista Educação E Ciências Sociais (uneb.br). Acesso em: 20 de maio de 2023.

MAMANI, Fernando Huanacuni. **Buen Vivir / Vivir Bien:** filosofia, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas. Lima: Coodinadora Andina de Organizaciones Indígenas (CAOI), 2010.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico**. Revista da Educação**. Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116, jan./abr. 2015.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NATORP. Paul. **Pedagogía Social:** teoria de la educación de la voluntad. Madri: La Lectura, 1913.

NOGUEIRA, João Carlos. **Desenvolvimento e empreendedorismo afrobrasileiro:** desafios históricos e perspectivas para o século 21. Florianópolis: Atilênde, 2013.

NÚÑEZ PÉREZ, V. **Los Nuevos sentidos de la tarea de enseñar:** más allá de la dicotomía "Enseñar vs asistir". Revista bero-Americana de Educación, n.33, set./dez. 2003. Disponível em: http://www.rieoei.org/rie33a01.htm . Acesso em: 24 de nov. de 2024.

PAIVA, Vanilda Pereira. **MOBRAL:** Um Desacerto Autoritário – O MOBRAL e a legitimação da ordem. Síntese nova fase, nº. 23, v. 8, set./dez., 1981.

PEREIRA, Antonio. **Pesquisa de Intervenção em Educação.** Salvador: EDUNEB, 2019.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024. **Lei Nº 13.005**, De 25 De Junho De 2014, Que Aprova O Plano Nacional De Educação (PNE) E Dá Outras Providências. Brasília: Edições Da Câmara, 2014.

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 23 DE JULHO DE 2024 – **Resolução nº 12, de 23 de julho de 2024** – Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br/condraf/atos-normativos/2024/resolucao_n__12__de_23_de_julho_de_2024.pdf .

SÁ-SILVA, Jackson Ronié; ALMEIDA, Cristovão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, Jul., 2009.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos:** modos e significações, Brasília, INCT/UnB, 2015.

SANTOS, Carla Liane Nascimento dos. **Sociabilidades itinerantes dos trabalhadores ambulantes em Salvador-Bahia:** um percurso de "desqualificação social"?. Tese de Doutorado. UFBA, Salvador, 2010.

SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino. (Org.). **Diálogos Na Educação De Jovens E Adultos.** 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum:** notas para o método comunicacional. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

SODRÉ, Muniz. **Pensar nagô**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: Uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**, ano 1985, v.9, n.1, p. 11-44, jan. 2018. Disponível em: . Acesso em: 15 de fev. de 2022.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, produção associada e produção de saberes. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v.10, n. 2, p. 116-122, mai./ago. 2006. Disponível em: file:///C:/Users/House/Downloads/6050-18558-1-SM.pdf . Acesso em: 03 de dez. de 2024.

TRILLA, Jaume. A educação não-formal. In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Educação formal e não-formal.** São Paulo: Summus, p. 15-55, 2008.

UFRGS. **Perspectivas científicas africanas resistem à desvalorização e ao apagamento.** UFRGS - Jornal da Universidade, Rio Grande do Sul, 01 ago. 2024. Reportagens. Disponível em: https://www.ufrgs.br/jornal/perspectivas-cientificas-africanas-resistem-a-desvalorizacao-e-ao-apagamento/ . Acesso em: 25 de jan. de 2025. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

UNESCO. **Declaração Universal Dos Direitos Humanos.** Brasília: UNESCO, 1998.

APÊNDICE A - DIÁRIO DE CAMPO

Este instrumento possibilitou o registro de informações adicionais ao roteiro de entrevistas e nos círculos reflexivos. Foram observados gestos, emoções e momentos que chamem a atenção durante a aplicação da pesquisa.

a) Participantes da pesquisa
b) Data do círculo reflexivo
c) Hora de início e hora de término
d) Itens do roteiro atendidos
e) Itens do roteiro não atendidos
f) Itens que emergiram e não estavam previstos no roteiro
g) Observações
h) Registros fotográficos

APÊNDICE B - PROPOSTA INTERVENTIVA DO PROJETO DE PESQUISA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - MESTRADO PROFISSIONAL - PPGEJA

DANDARA LOPES CORREIA

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA: EDUCAÇÃO POPULAR E SABERES TRADICIONAIS DOS (AS) SUJEITOS (AS) DA COOPERATIVA DE ETNODESENVOLVIMENTO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS KITAANDA BANTU: UM CAMINHO DE PESQUISA COLABORATIVA

Projeto de Intervenção Pedagógica, como parte dos requisitos para a dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos - Mestrado Profissional - PPGEJA, do Departamento de Educação, do Campus I da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Área de Concentração 1: Educação, Meio Ambiente e Trabalho. Orientadora: Profa. Carla Liane Nascimento dos Santos.

Salvador,
2024

PROPOSTA INTERVENVENÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA
CÍRCULOS REFLEXIVOS

Círculo Reflexivo 01	
Tema	Práticas de educação e saberes tradicionais
Objetivos	● Descrever e sistematizar as práticas sociais de educação popular e saberes tradicionais vivenciados pela Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu. ● Analisar a relação entre os saberes tradicionais desenvolvidos na Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu e as práticas pedagógicas.
Metodologia	A metodologia utilizada para a realização dos círculos foi a participativa com a proposta de ser um momento de reflexão sobre os saberes e fazeres das pessoas que participarem da pesquisa, um dos dispositivos de diálogo foram fotografias de atividades realizadas pela Kitaanda Bantu e ACBANTU e também perguntas norteadoras, conforme roteiro. Etapa 1: Boas vindas e explicação sobre a proposta dos círculos reflexivos Etapa 2: Apresentar imagens para as/os cooperadas/es no datashow com imagens do saber-fazer coletivo da cooperativa. As imagens serão disparadores para as reflexões no círculo 01 e expressões sobre a imagem. Etapa 3: Finalização e agradecimento

Perguntas norteadoras	1. Quais as práticas de educação popular a cooperativa realiza? 2. Como as práticas de educação popular se mostram no cotidiano da cooperativa? 3. Perguntar sobre quais as práticas de saberes tradicionais a cooperativa realiza? 4. Como os saberes tradicionais se mostram no cotidiano da cooperativa? 5. Como são pensadas as práticas pela cooperativa? 6. Existe uma descrição e sistematização dessas práticas de educação popular e saberes tradicionais? 7. Vocês gostariam de ter alguma vivência formativa que envolva práticas de educação popular e saberes tradicionais? 8. Quais temas e como vocês gostaria que ocorresse?
Local	Sede da ACBANTU - Salvador
Carga horária	4 horas
Data	03/01/2025
Recursos	Datashow, cadeiras, canetas, papel ofício, gravador de voz, esteira redonda com elementos peças artesanais de mulheres que realizam trabalhos manuais, material gráfico de atividades realizadas pela ACBANTU e Kitaanda Bantu, uma cabaça, um caxixi, o Estatuto de Igualdade Racial e Intolerância Religiosa da Bahia e os nomes Saberes Tradicionais, Etnodesenvolvimento e Educação Popular escritos a mão no papel ofício.

Círculo Reflexivo 02	
Tema	Etnodesenvolvimento, Educação Popular e Saberes Tradicionais
Objetivo	● Descrever e sistematizar as práticas sociais de educação popular e saberes tradicionais vivenciados pela Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu. ● Analisar a relação entre os saberes tradicionais desenvolvidos na Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu e as práticas pedagógicas.
Metodologia	A metodologia utilizada para a realização dos círculos foi a participativa com a proposta de ser um momento de reflexão sobre os saberes e fazeres das pessoas que participarem da pesquisa, um dos dispositivos de diálogo foram fotografias de atividades realizadas pela Kitaanda Bantu e ACBANTU e também perguntas norteadoras, conforme roteiro. Etapa 1: Boas vindas e explicação sobre a proposta dos círculos reflexivos Etapa 2: Apresentar imagens para as/os cooperadas/es no datashow com imagens do saber-fazer coletivo da cooperativa. As imagens serão disparadores para as reflexões no círculo 01 e expressões sobre a imagem. Etapa 3: Finalização e agradecimento
Perguntas norteadoras	1. O que é Etnodesenvolvimento? 2. O que você educação popular e saberes tradicionais? 3. Considerando os produtos que são comercializados,

	como a autonomia é gerada a partir dessa comercialização? Conta um pouco 4. Vocês observam inseguranças a partir desse trabalho e geração de renda? Quais seriam? 5. E quais seriam os pontos de segurança? 6. Vocês gostariam de ter alguma vivência formativa que envolva práticas de educação popular e saberes tradicionais? 7. Quais temas e como vocês gostaria que ocorresse?
Local	Casa Fundação Paulo Dias Adorno - Cachoeira
Carga horária	5 horas
Data	07/01/2025
Recursos	Datashow, cadeiras, canetas, papel ofício, gravador de voz, esteira redonda de tranças de palha circular, a mesma utilizada no primeiro círculo, mas além das peças artesanais de mulheres que realizam trabalhos manuais, material gráfico de atividades realizadas pela ACBANTU e Kitaanda, o caxixi, os nomes Saberes Tradicionais, Etnodesenvolvimento e Educação Popular escritos a mão no papel ofício, uma tintura de alecrim produzida por uma erveira, produtos da agrícultura familiar das comunidades de Cachoeira (banana e manjericão), Nsabas (folhas sagradas), a bandeira da ACBANTU, um cesto de produção dos povos originários, uma caneca de barro e um pano de cozinha produzido de crochê.

APÊNDICE C - PROPOSTA DO PROGRAMA DE ETNODESENVOLVIMENTO

Implantação do Programa Etnodesenvolvimento

Cooperativa de Etnodesenvolvimento Kitaanda Bantu

O Programa de Etnodesenvolvimento tem a proposta de formação coletiva e participativa para as mulheres da Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu acompanhando e desenvolvendo habilidades com a temática Etnodesenvolvimento e fortalecimento da promoção de (etno)desenvolvimento integrado e sustentável.

Objetivo Geral: Fomentar a Rede Kitaanda Bantu: Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais em sua organicidade e no acesso aos mercados institucionais e privados de comercialização potencializando assim, o etnoempreendedorismo das mulheres negras e seus grupos produtivos que compõem a Rede apoiando a formalização de uma Cooperativa.

Objetivos Específicos:

a) Realizar o diagnóstico utilizando ferramentas de gestão
b) Realizar atividades formativas para as mulheres da Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu acompanhando e desenvolvendo habilidades diálogos para fortalecimento da promoção de (etno)desenvolvimento integrado e sustentável.
c) Buscar estratégias para regularizar a cooperativa.

Eixo Identidade e Patrimônio - 2 meses

- Neste eixo foram realizados dois encontros coletivos presenciais/virtuais com realização de roda de diálogos com carga horária de 4h cada encontro. Foi realizado um diagnóstico inicial com análise do perfil, habilidades e apresentação do programa. Foram abordados temáticas sobre Patrimônio Material e Imaterial; Identidade Cultural; Saberes Tradicionais; Tecnologias Sociais e Cooperativismo.

Eixo Direitos e Povos e Comunidades Tradicionais - 2 meses

- Neste eixo foram realizados dois encontros coletivos presenciais/virtuais com realização de roda de diálogos com carga horária de 4h cada encontro. Foram abordadas temáticas sobre Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais; Modelos de Desenvolvimento Econômico Sustentável; Desenvolvimento de Liderança.

Eixo Futuro Ancestral - 2 meses

- Neste eixo foram realizados dois encontros coletivos presenciais/virtuais com realização de roda de diálogos com carga horária de 4h cada encontro. Foram abordadas temáticas sobre Atividades Produtivas Sustentáveis; Modelos de Produção, beneficiamento e escoamento; Mapeamento de Públicos Estratégicos.
- Foram realizados encontros de Monitoramento e Avaliação durante 2 meses após a realização das atividades do Programa.